

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**PAPEL DO CONSELHO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO RURAL: A EXPERIÊNCIA DE
ESPÍRITO SANTO DO PINHAL**

JOAQUIM ALVES FERREIRA

CAMPINAS, SP
DEZEMBRO DE 2002

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**PAPEL DO CONSELHO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO RURAL: A EXPERIÊNCIA DE
ESPÍRITO SANTO DO PINHAL.**

“Dissertação submetida à banca examinadora para
obtenção do título de Mestre em Engenharia
Agrícola na área de concentração em Planejamento
e Desenvolvimento Rural Sustentável”.

JOAQUIM ALVES FERREIRA

Orientador: Prof. Dr. JOÃO LUIZ CARDOSO

CAMPINAS, SP
DEZEMBRO DE 2002

“Creio nos serviços ao público de que faço parte, no direito que tem em contar com minha lealdade e o meu entusiasmo para propagar seus princípios estabelecidos e os ideais dos que buscam e encontram a verdade”.

MIGUEL BECHARA

À Marilene e aos filhos André, Ricardo e Marcos, pelo carinho, dedicação e entusiasmo nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. João Luiz Cardoso, orientador desta dissertação de mestrado, meus agradecimentos pela confiança e pelos ensinamentos que me foram creditados.

Aos membros da banca examinadora do Exame de Qualificação de Mestrado, Prof. Dr. Mauro José Andrade Tereso e Dr. Ralph Panzutti, SESCOOP/OCESP, meu reconhecimento pelas valiosas sugestões apresentadas.

Ao corpo diretivo, professores e funcionários da FEAGRI (Faculdade de Engenharia Agrícola), em especial aos professores do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, pela minha receptividade como aluno e extensionista da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral).

Ao chefe da Casa da Agricultura de Espírito Santo do Pinhal, Engº Agrº José Eduardo Cruz e Maria Helena Angilleli Baitelo, Oficial de Apoio Agropecuário, minha gratidão pela colaboração quanto ao acesso aos dados e informações prestadas.

Aos conselheiros do CMDR (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural), que atenderam prontamente ao responderem os questionários solicitados e pelas sugestões apontadas.

Ao Sr. Alexandre Husemann da Silva, presidente do CRDR (Conselho Regional de Desenvolvimento Rural) da região de São João da Boa Vista, pelas sugestões apresentadas.

Às entidades locais, Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Pinhal e Sindicato Rural de Pinhal pelo apoio emprestado durante a pesquisa.

Aos Engenheiros Agrônomos Benedito de Freitas Bueno e Maristela Dellalibera Piccinini, professores do CREUPI (Centro Regional Universitário de Pinhal), pelas sugestões dadas sobre a metodologia e a análise dos dados.

À Karina Maria Cuquieri, pela leitura, correção do texto e sugestões apresentadas, meus agradecimentos.

Aos produtores rurais do município de Espírito Santo do Pinhal, que responderam prontamente aos questionários apresentados, agradeço pelas informações, sem as quais não seria possível a realização desta pesquisa.

À minha esposa, aos meus filhos e nora, que sempre me apoiaram e colaboraram em todas as horas nesta caminhada.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xii
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xiv
1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	1
2. OBJETIVOS	4
2.1. Objetivo Geral	4
2.2. Objetivos Específicos	4
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	5
3.1. Introdução	5
3.2. Conselhos Municipais	6
3.2.1.Caracterização	6
3.2.2. Os Conselhos Municipais e a Organização Social	7
3.3. O Desenvolvimento Sustentável Local	11
3.4. O Conselho, o Plano Diretor Municipal e o Plano Diretor Agrícola Municipal	18
3.5. Histórico e Evolução dos Conselhos	20
3.6. Organização da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo ..	22
3.6.1. Escritório de Desenvolvimento Rural – Regionais Agrícolas	25
3.6.2. Nova Composição dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural	26
3.7. O Município de Espírito Santo do Pinhal – São Paulo	27
3.7.1. Caracterização da Área de Ação da Pesquisa	28
3.7.2. Infra-estrutura de Produção	29
3.7.3. Organização Social do Setor Rural	30
3.8. Plano Diretor do Município de Espírito Santo do Pinhal	31
3.9. O Conselho Agrícola Municipal (CAM) de Espírito Santo do Pinhal – São Paulo	32
3.9.1. Introdução e Justificativas.....	32

3.9.2. Alteração da Denominação de CAM para CMDR	34
3.9.3. Ações do CAM/CMDR de Espírito Santo do Pinhal	35
3.9.4. Resultados das Atividades do CAM/CMDR	35
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
4.1. Estratégia de Obtenção de Dados	37
4.2. Diretrizes Adotadas	37
4.2.1. Características do Universo a ser Pesquisado	38
4.2.2. Seleção da Amostra	38
4.2.3. Questionários	39
4.2.4. Análise dos Dados Levantados	40
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
5.1. Perfil dos conselheiros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	42
5.2. Funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – visão dos conselheiros	44
5.3. Perfil dos produtores rurais – Espírito Santo do Pinhal - 2001	54
5.4. Funcionamento do CMDR na visão dos produtores rurais	59
6. CONCLUSÕES	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
APÊNDICES	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Escritórios de Desenvolvimento Rural – Regionais Agrícolas	25
Figura 2. Distribuição do número de propriedades e áreas médias em hectares por estratos	55
Figura 3. Distribuição do número de propriedades e ocupação da área, em porcentagens por estratos	55
Figura 4. Utilização de crédito rural – Município de Espírito Santo do Pinhal, 2001.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estratificação do universo das unidades de produção agrícola, em estratos de acordo com a área.....	30
Tabela 2. Estratificação do universo e número de unidades de produção amostradas de acordo com a área	38
Tabela 3. Perfil dos conselheiros – Espírito Santo do Pinhal – 2001	43
Tabela 3.1. Perfil individual dos conselheiros – Espírito Santo do Pinhal 2001....	95
Tabela 4. Funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – síntese dos conselheiros - Espírito Santo do Pinhal - 2001.....	45
Tabela 4.1. Funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - por conselheiro - Espírito Santo do Pinhal – 2001.....	96
Tabela 5. Perfil dos produtores rurais – Espírito Santo do Pinhal – 2001.....	56
Tabela 5.1. Perfil dos produtores rurais – Estrato de $0 < X \leq 5,0$ hectares - Espírito Santo do Pinhal – 2001	100
Tabela 5.2. Perfil dos produtores rurais – Estrato de $5,0 < X \leq 20,0$ hectares - Espírito Santo do Pinhal – 2001	101
Tabela 5.3. Perfil dos produtores rurais – Estrato de $20,0 < X \leq 50,0$ hectares - Espírito Santo do Pinhal – 2001	103
Tabela 5.4. Perfil dos produtores rurais – Estrato de $50,0 < X \leq 88,0$ hectares - Espírito Santo do Pinhal – 2001	105

Tabela 5.5. Perfil dos produtores rurais – Estrato de $88,0 < X \leq 500,0$ hectares - Espírito Santo do Pinhal – 2001	106
Tabela 5.6. Perfil dos produtores rurais – Estrato de $500,0 < X \leq 1000,0$ hectares - Espírito Santo do Pinhal – 2001.....	108
Tabela 5.7. Perfil dos produtores rurais – Síntese dos seis estratos - Espírito Santo do Pinhal – 2001	109
Tabela 6. Funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – síntese dos produtores rurais - Espírito Santo do Pinhal – 2001.....	61
Tabela 6.1. Funcionamento do Conselho – Estrato de $0 < X \leq 5,0$ hectares - Espírito Santo do Pinhal – 2001.....	111
Tabela 6.2. Funcionamento do Conselho – Estrato de $5,0 < X \leq 20,0$ hectares - Espírito Santo do Pinhal – 2001.....	113
Tabela 6.3. Funcionamento do Conselho – Estrato de $20,0 < X \leq 50,0$ hectares - Espírito Santo do Pinhal – 2001	117
Tabela 6.4. Funcionamento do Conselho – Estrato de $50,0 < X \leq 88,0$ hectares - Espírito Santo do Pinhal – 2001.....	121
Tabela 6.5. Funcionamento do Conselho – Estrato de $88,0 < X \leq 500,0$ hectares - Espírito Santo do Pinhal – 2001.....	123
Tabela 6.6. Funcionamento do Conselho – Estrato de $500,0 < X \leq 1000,0$ hectares - Espírito Santo do Pinhal – 2001	125

Tabela 6.7. Funcionamento do Conselho – síntese dos seis estratos - Espírito Santo do Pinhal – 2001	127
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS

CA	-	Casa da Agricultura
CAM	-	Conselho Agrícola Municipal
CATI	-	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CEDR	-	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural
CEDRS	-	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEPAM	-	Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal
CETESB	-	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CMDR	-	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CMDRS	-	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMN	-	Conselho Monetário Nacional
CNDRS	-	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CRDR	-	Conselho Regional de Desenvolvimento Rural
CRDRS	-	Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável
EDR	-	Escritório de Desenvolvimento Rural
GAT	-	Grupo de Apoio Tecnológico
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAA	-	Ministério da Agricultura e do Abastecimento
PAM	-	Plano Agrícola Municipal
PDM	-	Plano Diretor Municipal
PM	-	Prefeitura Municipal
PMDR	-	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PMDRS	-	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
PRONAF	-	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAA	-	Secretaria de Agricultura e Abastecimento
SEIAA	-	Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento
SIMPOA	-	Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal

RESUMO

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) constitui um amplo canal de participação da comunidade na definição de prioridades, na coordenação das ações técnicas e educacionais para o meio rural.

A partir 1988, com a promulgação da Constituição Federal e 1989, com a realização do Fórum de Debates em Espírito Santo do Pinhal, o conselho elegeu, como prioridade para o município, a coordenação do processo de desenvolvimento rural sustentável.

Esta prioridade envolve a preservação do meio ambiente e a necessidade da expansão econômica permanente interagindo com as questões de ordem social, aproveitando as vantagens locais.

A pesquisa procura analisar de que maneira as funções do conselho são executadas no município, usando como principais instrumentos a articulação das forças locais, a elaboração, a coordenação, a fiscalização e a avaliação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR).

Os dados primários levantados junto aos conselheiros e 10% das unidades produtivas do município de Espírito Santo do Pinhal foram analisados de forma descritiva e comparativa para a obtenção dos resultados.

Estes resultados da pesquisa mostram que as dificuldades encontradas pelos conselheiros na condução de suas atividades estão vinculadas à falta de participação efetiva dos produtores e à falta de maior orientação quanto ao papel dos próprios conselheiros no desempenho das respectivas funções. Estes fatos indicam a necessidade de orientação voltada para o atendimento das necessidades dos conselheiros e dos produtores rurais a fim de que possam exercer adequadamente as respectivas atividades. Esta orientação deverá enfocar, principalmente, a missão do conselho na sociedade como articulador do processo de desenvolvimento rural sustentável local, envolvendo a participação interativa da comunidade do município.

Palavras - chaves: comunidade; conselho; desenvolvimento sustentável; meio ambiente; meio rural; participação interativa; produtores rurais.

ABSTRACT

The Municipal Council of Rural Development (CMDR) constitutes a wide channel of the community's participation in the definition of priorities and in the coordination of the technical and educational actions for the rural site.

Since 1988, with the promulgation of the Federal Constitution and 1989, with the accomplishment of the Forum of Debates in Espírito Santo do Pinhal, the council chose, as priority for the town, the coordination of the process of sustainable rural development.

This priority involves the preservation of the environment and the necessity of the permanent economical expansion interacting with the subjects of social order, benefiting the local advantages.

The research tries to analyze how the functions of the council are executed in the town, using as main instruments the articulation of the local forces, the elaboration, the coordination, the supervision and the evaluation of the Municipal Plan of Rural Development (PMDR).

The primary data rising close the counselors and 10% of the productive units of the municipal district of Espírito Santo do Pinhal were analyzed in descriptive and comparative way to obtain the results.

These results present that the difficulties found by counselors in the conduction of your activities are linked to the lack of effective participation of the producers and the lack of orientation regarding the paper of the counselors in the act of their part. These facts indicate the necessity of orientation directed to the attendance of the necessities of counselors and of the rural producers to make possible the exercise of their activities appropriately. This orientation should focus, mainly, the mission of the council in the society as articulator of the process of local

sustainable rural development, involving the community of the town interactive participation.

Key-words: community; council; sustainable development; environment; rural site; interactive participation; rural producer.

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, tornou-se obrigatória a elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDRs) em todos os municípios da Federação. Tal fato veio a fortalecer a necessidade e a importância da criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), com o intuito de integrar as ações de assistência técnica, pesquisa, treinamento e infra-estrutura de forma descentralizada.

O CMDR é um órgão criado pelo Poder Legislativo Municipal, tendo sua importância vinculada a um processo geral de desenvolvimento global do setor agropecuário no âmbito de um Plano Diretor Municipal (PDM).

O papel do conselho na condução da política agrícola municipal é o de gestor do Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) integrado ao PDM, responsável pela coordenação na elaboração do plano, fiscalização, acompanhamento e avaliação das ações programadas e executadas no meio rural.

O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) é um dos principais mecanismos utilizados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) para estimular a articulação e a participação das forças locais ligadas ao meio rural, com a finalidade de promover o desenvolvimento local.

Novas estratégias locais para os países em desenvolvimento redefiniram o papel dos municípios como lugar de comando e de gestão sobre o planejamento. Os municípios são os elos desta rede, formando um espaço regional ou nacional. A articulação do local com o global condiciona as exigências de modalidades de ações a serem programadas e implementadas. A idéia de um desenvolvimento que se encerra apenas nos limites administrativos de um município passa a ser excluída.

A Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo, por intermédio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), iniciou, em 1992, um processo de reestruturação da instituição, no qual se previa a criação de 40 (quarenta) Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural

(CRDRs), tendo como sedes as 40 (quarenta) unidades administrativas dos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs). Recomendava-se também a necessidade da criação de um CMDR em cada município do Estado de São Paulo (SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 1995).

No município de Espírito Santo do Pinhal, o Conselho Agrícola Municipal (CAM) foi criado no ano de 1990, a partir do FÓRUM de debates realizado em 1989, com a participação das lideranças municipais, regionais, estadual e dos produtores rurais.

Tais fatos vieram com a proposta de contribuir para o processo de mudanças do meio rural nos seus aspectos econômicos, sociais e na melhoria da qualidade de vida, respeitando as condições ambientais. A partir da sua constituição, o CAM realizou, em conjunto com o diagnóstico do município e com a participação das entidades locais, a coordenação e a elaboração do PMDR, tendo como eixo principal a política rural e fazendo parte do PDM de Espírito Santo do Pinhal.

Em geral, há evidências sobre a falta de participação dos produtores nas ações dos conselhos municipais, a deficiência de executores para realizar as atividades programadas, a pouca divulgação dos trabalhos, o desconhecimento do papel dos conselhos e a falta de mecanismos adequados para articular as forças locais ligadas ao setor rural. Assim, podem ocorrer dificuldades para a coordenação e execução das atividades programadas, a falta de continuidade na implementação de projetos e ações que contribuam para o processo de desenvolvimento do município e da região. A hipótese provável é a de que as ações do conselho, quando tomadas de forma participativa e em nível local, influenciam, de maneira mais eficaz, o desenvolvimento do município e da região do que as ações que são idealizadas e propostas a partir de origens externas e de natureza pública ou privada, sobretudo quando há falhas no processo participativo.

Esta pesquisa procura mostrar a importância do CMDR como fórum de discussão e de formulação de políticas agrícolas para o meio rural, cabendo aos

conselheiros a elaboração e a coordenação do plano de desenvolvimento, com a participação efetiva dos produtores rurais e da sociedade.

Para melhor compreensão do tema, propõe-se efetuar, nos capítulos seguintes, um estudo histórico sobre a origem e o funcionamento dos Conselhos Agrícolas, procurando recuperar suas características e suas ações voltadas para a necessidade da organização e da participação dos produtores neste sistema, para promover o desenvolvimento local e regional. Serão também efetuadas análises sobre a implantação e funcionamento dos planos municipais rurais e sobre o desenvolvimento sustentável local e regional.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa tem como objetivo analisar de que maneira as funções do conselho são executadas, no sentido de contribuir para o processo de desenvolvimento sustentável local, no Município de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo.

2.2 Objetivos Específicos

Busca-se, de forma específica, investigar os fatos relacionados à origem e ao processo de evolução dos Conselhos Regionais e Municipais de Desenvolvimento Rural no Estado de São Paulo, enfatizando, em particular, a situação do CMDR de Espírito Santo do Pinhal e procurando destacar ações facilitadoras e entraves existentes para o melhor desempenho das suas funções.

Além disso, trata-se de analisar as principais dificuldades relacionadas à elaboração, acompanhamento, fiscalização e avaliação do PMDR, bem como de propor possíveis mudanças, no sentido de subsidiar os órgãos públicos e entidades locais, ou seja, do município a ser estudado.

Ainda, pretende-se verificar as condições de representatividade do conselho e a respectiva atuação junto aos produtores rurais e entidades locais, no sentido de implantar as políticas agrícolas.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. Introdução

A pesquisa a respeito da origem e evolução dos Conselhos Agrícolas inicia-se em buscas levadas a efeito no Boletim de Agricultura, da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, a partir do ano de 1900. A primeira manifestação de organização e representação em nível de município deu-se em junho de 1913, com a publicação da relação das Comissões Municipais de Agricultura.

Este fato é um marco histórico no processo inicial da organização da representação dos produtores neste sistema, evoluindo no decorrer dos anos com a evolução da agricultura do estado e chegando na atualidade com a denominação de Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR).

O objetivo proposto nesta revisão da literatura é o de buscar no passado as características dos conselhos, nas diferentes épocas, interpretá-las no presente e ter uma melhor compreensão do assunto estudado, para entender suas funções atuais e propor possíveis mudanças para o futuro.

Esta análise da origem dos conselhos iniciou-se com os dados da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, no seu Boletim de Agricultura, onde consta a relação das Comissões Municipais de Agricultura instaladas em 172 municípios do Estado de São Paulo (SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SÃO PAULO, 1913). Em Espírito Santo do Pinhal, esta comissão foi instalada em 09 de maio de 1913.

Na Série Manuais, ficou relatado o surgimento dos primeiros Conselhos Municipais no Estado de São Paulo, onde foram instituídas Comissões de Agricultura, que remontam ao começo do século passado (FUNDAÇÃO FARIA LIMA, 1994).

O Decreto 752, de 15 de março de 1900, que regulamentou a Lei 678, de 13 de setembro de 1899, informa que estas comissões eram formadas por lavradores residentes no município, com um presidente indicado no ato da

nomeação, feita pelo Secretário Estadual da Agricultura, pelo prazo de dois anos (SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SÃO PAULO, 1913).

Estes fatos sinalizam a origem e a criação de conselhos do setor agrícola no estado.

Os estudos continuam permeando os documentos e instituições ligadas ao meio rural, na busca de indicadores que mostrem o caminho a seguir para esclarecer os fatos e a evolução do Conselho Agrícola e sua participação no processo de desenvolvimento local.

Foram consultados as Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica Municipal, Leis, Decretos, Resoluções e outros documentos ligados ao tema, desde o ano de 1900 até a presente data.

3.2. Conselhos Municipais

3.2.1. Caracterização

O Conselho Municipal é o mais amplo canal de participação da comunidade na definição das prioridades e ações educacionais. Na verdade, constitui um espaço de discussão sobre todos os mecanismos gerenciais, tais como: plano diretor agrícola, estrutura organizacional, organização de informações agrícolas básicas, instituições auxiliares, parcerias.

Conselho, de acordo com o próprio nome, é uma orientação dada a alguém que dela necessita ou que a solicita. É uma maneira de refletir um pouco mais, antes de decidir sobre que caminho tomar, tornando mais nítidas as vantagens e inconvenientes de uma decisão. É um mecanismo fundamental de apoio à gestão educacional e de socialização da informação, que se torna mais democrático quanto mais compartilham responsabilidades e compromissos com o planejamento, com as ações desencadeadas e com os resultados esperados.

Os Conselhos Municipais são órgãos colegiados previstos na legislação e têm características próprias: são órgãos permanentes, de caráter consultivo e deliberativo, devendo as deliberações ser homologadas pelo Poder Executivo

Municipal. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e Estadual de 1989, os conselhos passaram a ser exigidos como requisitos básicos para o repasse de recursos da União e dos Estados aos Municípios.

As Leis Orgânicas dos Municípios trataram de se adequar à Constituição de 1988, criando esses colegiados (FUNDAÇÃO FARIA LIMA, 2000).

3.2.2. Os Conselhos Municipais e a Organização Social

O Município, como unidade básica do exercício da cidadania, passa por um processo de transformação, no qual a participação da sociedade constitui fator decisivo. Tudo o que puder ser planejado e feito pela sociedade deve ser feito por esta e não pelo poder público, como forma de participação social. Esta nova postura implica em uma mudança de mentalidade da sociedade e do poder público. Os poderes da Prefeitura e da Câmara Municipal são fundamentais, mas a cada dia surge um outro poder, cada vez mais importante, que é o da sociedade civil, das organizações das comunidades. O planejamento e a execução são compartilhados com o controle social, a fonte é o Plano Diretor Municipal e a forma adotada de flexibilização é a das organizações sociais que, para o setor rural, são representadas pelo CMDR, cujo suporte é o PMDR, que tem como foco o desenvolvimento sustentável local. O conselho sujeita-se a regulamentos próprios e tem, como papel central, a implantação de políticas agrícolas municipais, compartilhando o poder e trabalhando junto com a sociedade (MONTORO, 1998).

Uma análise sobre as questões para implantação das organizações sociais nos municípios orienta que as associações devem ser criadas dentro de um plano de desenvolvimento global do município; não devem ser implantadas isoladamente, mas fazer parte de uma proposta de mudanças do município, com o controle da sociedade na prestação de serviços voltados para os setores socioeconômicos. Na composição do conselho, há a participação do município, através de setores representativos da sociedade civil. O município vai deixar de fazer o que a sociedade pode executar com mais excelência. Ele apenas controla e transfere recursos públicos que, na realidade, são recursos financeiros oriundos

do contribuinte. As transferências de recursos financeiros do setor público para as organizações sociais dão-se por convênios, mediante contratos de gestão, com a participação e controle da sociedade civil na administração da própria entidade, não tendo nenhuma finalidade de exploração econômica (MOREIRA, 1998).

A partir de julho de 1983, a SAA deu início a um amplo programa para operacionalizar, mediante políticas dinâmicas conduzidas pela comunidade, os princípios básicos da proposta de participação e descentralização. O foco deste processo foi o Plano Agrícola Municipal, que passou a ser conhecido simplesmente pela sigla de PAM (SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 1983).

Experiência relatada acerca da atuação do Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP, de Curitiba, mostra a organização social num contexto de município, focando a questão da produção de bens e serviços pelo poder público: o estado deve “deixar de ser fazedor e passar a ser gestor, pois é essa a função do poder público e a existência de um segmento da sociedade em processo de fortalecimento institucional na produção de bens públicos” (CAPRIGLIONE, 1998).

Nas organizações sociais, o poder continua com o Estado, que define as políticas e repassa exclusivamente a execução dos serviços, adotando como princípios uma visão estratégica e de qualidade de vida. A organização social, sozinha, não vai resolver os problemas do município; a proposta é de uma gestão compartilhada, estando o enfoque sempre no cidadão-cliente; ele é o mais importante. A ênfase está, pois, nos resultados, não mais nos processos. Neste contexto, a fonte é o Plano Diretor e a forma adotada de flexibilização é a das organizações sociais. O município passa a assumir um novo papel de parceria entre o poder público e a sociedade. Reduz o papel de executor ou de prestador direto de atividades e assume o papel de regulador e promotor. A entidade social qualificada recebe, mediante contrato de gestão, recursos financeiros e administra, cumprindo o estabelecido em contrato. Espera como resultado das organizações sociais, junto aos conselhos agrícolas, obter maior qualidade nas prestações de serviços não exclusivos do Poder Público, por intermédio da

otimização de recursos com ênfase nos resultados e nas necessidades do cidadão-cliente, mediante maior controle social (CAPRIGLIONE, 1998).

As ações dos conselhos e das organizações sociais resultam, muitas vezes, na utilização de recursos financeiros por parte dos agricultores. No entanto, muitos produtores rurais no Brasil não têm ainda acesso ao crédito rural. Os pequenos produtores, apesar de responderem por um número maior de contratos de crédito, receberam tradicionalmente um volume bem menor de recursos financeiros, quando comparados com a situação dos grandes produtores rurais. Com a restrição do volume de créditos disponibilizados para o setor rural, a partir de 1994 e 1995, aconteceu também forte limitação de recursos financeiros destinados aos grandes produtores. Estes fatos contribuíram para uma mudança de enfoque da política de distribuição de crédito rural para as diferentes categorias de produtores rurais. Uma destas mudanças ocorreu com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), destinado ao atendimento financeiro das atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família (CARDOSO, 2001).

Apesar das dificuldades enfrentadas na implantação e continuidade do PRONAF, este programa deve merecer atenção especial das autoridades, no sentido do aperfeiçoamento das medidas para eliminar as dificuldades na aplicação de programas de crédito rural em nível local ou regional, visando o atendimento da agricultura familiar, através dos agentes financeiros.

O modelo institucional de execução do PRONAF, em nível local, repousa em CMDRs que coordenam a elaboração e implantação de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDRs). As necessidades de financiamentos de infra-estruturas estão previstas nos Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (PMDSSs), representando uma evolução dos PMDRs, onde vêm sendo trabalhadas pelo PRONAF, infra-estrutura e serviços. O êxito do processo descentralizado de identificação da infra-estrutura foi atestado pela experiência do PRONAF em 1018 (um mil e dezoito) municípios do país, que elaboraram os PMDRs neste período. Análises realizadas pela Secretaria Executiva Nacional do PRONAF mostram que, de uma forma ou de outra, embora ainda esteja longe de atingir a qualidade

desejada, tem havido participação dos agricultores familiares e suas organizações na construção dos PMDRs. Este novo modelo institucional de gestão da política de desenvolvimento rural, baseado na expansão da agricultura familiar, fará com que os trabalhos de planejamento e implantação das ações concretas sejam realizados em nível local pelas próprias comunidades e sob a coordenação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRSs), segundo recomendação dos PMDRs. Em nível regional, existem Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CRDRSs), nos quais são buscadas as sinergias entre os municípios vizinhos em torno da execução dessa política de desenvolvimento rural. Em nível estadual, existe o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), cujas atribuições estão relacionadas ao acompanhamento e avaliação dos trabalhos dos CRDRSs e CMDRSs. O modelo completa-se com a existência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), cujas ações de apoio à agricultura familiar são em nível nacional.

O Plano de Safra 2001/2002 considerava o fortalecimento dos agricultores familiares como a base para o desenvolvimento sustentável dos pequenos municípios brasileiros. Cerca de 70% dos municípios têm menos de 20 mil habitantes e sua base econômica e social provém da agricultura familiar (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001).

Dentre as várias medidas tomadas pelo Ministério para garantir a efetiva aplicação dos recursos alocados no Plano de Safra, 2001/2002, para os agricultores familiares são destacadas: “diversas pesquisas e estudos objetivando a avaliação e o monitoramento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRSs) e dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável; estruturação e apoio a um processo continuado de capacitação de conselheiros municipais integrantes dos CDRSs; novas ações do CNDRSs através de suas Câmaras Técnicas”.

É cada vez mais evidente nos dias atuais, a inviabilidade do desenvolvimento de ações isoladas por parte de municípios em uma série de atividades. Para facilitar a integração micro regional, os CMDRSs são estimulados

a se articularem com o objetivo de formar os CRDRSs, com estruturas e objetivos semelhantes aos CMDRSs. Na verdade, em regiões que os municípios apresentem um nível melhor de mobilização e articulação, esses conselhos podem evoluir até para Agências Regionais de Desenvolvimento.

Após a aprovação, pelo CMDRS, do PMDRS, a respectiva implantação deve ser imediatamente iniciada, envolvendo todos os organismos públicos e privados que tenham assumido responsabilidades por cada uma das ações definidas e contidas no plano. O CMDRS, para a execução do PMDRS, deve contar com uma secretaria executiva, cujo secretário deve ficar à disposição do conselho e recomenda-se que haja um gerente para cada instrumento definido no plano: crédito, assistência técnica, verticalização da produção, entre outras. A estrutura da secretaria executiva deve ser financiada pela prefeitura municipal, que pode alocar profissionais que já integram o quadro de funcionários. Eventualmente, os recursos municipais podem ser complementados por aporte dos governos federal e estadual para a realização de despesas de acompanhamento, controle e avaliação (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001).

3.3. O Desenvolvimento Sustentável Local

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, revela-se um documento de especial importância, tendo em vista que reflete um conjunto de princípios adotados por consenso por dirigentes de todo o mundo, no sentido de garantir o desenvolvimento em base sustentável para o próximo século. Deve-se entender como desenvolvimento sustentável “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (AGENDA 21). Na formulação da Agenda, não se pautou apenas em estratégias globais; buscou-se um enfoque simultâneo, global e local. As estratégias esboçadas para a solução dos problemas pautam-se na combinação de uma cooperação descentralizada e uma ação localizada, por

meio da implantação de políticas e programas que mobilizem, ao mesmo tempo, instituições locais, regionais, nacionais e internacionais. O Brasil, como país signatário desse documento, tem o compromisso de formular e implantar a Agenda 21 Brasileira (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992).

Outra definição de desenvolvimento sustentável combina desenvolvimento e sustentabilidade ecológica. Assim, “desenvolvimento sustentável pressupõe a expansão econômica permanente, com melhorias nos indicadores sociais e a preservação ambiental” (GOMES, 1995).

Na análise das Diretrizes de Políticas para o Novo Rural Brasileiro, consta que o desenvolvimento local deve ser, acima de tudo, um processo de reconstrução social que deve se dar “de baixo para cima”, com a participação efetiva dos atores sociais. Aponta, ainda, que qualquer iniciativa de planejamento local deve se iniciar pela caracterização sócio-econômica e ambiental dos recursos disponíveis e pelo zoneamento territorial, de modo que se tenha uma ocupação territorial organizada em níveis locais e regionais, respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento local possibilita o delineamento de políticas de desenvolvimento rural que dêem suporte à pluralidade no meio rural, com o objetivo de aumentar a renda familiar. Neste sentido, as diretrizes para as políticas públicas seriam: “identificar as potencialidades locais, incluindo as atividades não agrícolas; organizar a participação das comunidades locais; solucionar os entraves de infra-estrutura que dificultam o aproveitamento das oportunidades; reestruturar os instrumentos institucionais para que favoreçam as ações intersetoriais; e rever as formas de atuação das instituições de pesquisa agropecuária e de extensão rural do setor público” (CAMPANHOLA e SILVA, 1999).

A Secretaria de Reforma Agrária (SRA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, vem trabalhando na institucionalização do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) em regiões prioritárias, com a finalidade de promover ações de mobilização, sensibilização e articulação dos atores sociais nessas regiões (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2002).

Consta do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural, como um dos seus objetivos, ajudar as microrregiões rurais e garantir bem estar e cidadania aos que nelas preferirem viver. A proposta do PNDRS (em sua primeira versão) é que, no Plano Plurianual (PPA) 2004-2006, o macro objetivo seja de Promover o Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural, centrado em pelo menos quatro programas estratégicos: Promoção do Acesso à Terra; Fortalecimento da Agricultura Familiar; Renovação da Educação Rural; Diversificação das Economias Rurais. Outra estratégia prevista é o fortalecimento das organizações locais: o desenvolvimento somente será sustentável se for efetivamente promovido por organizações locais, a exemplo das associações representativas das comunidades rurais, os sindicatos dos trabalhadores rurais, as entidades dos empresários rurais e urbanos, o Governo e o Legislativo Municipal.

O modelo de gestão proposto pela SRA, baseado em Instâncias Regionais, Equipes Asseguradoras Regionais e Estaduais, Conselhos Municipais e Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável procura fazer face às diversidades verificadas entre as regiões, assim como a dar mais flexibilidade à ação do Estado enquanto promotor de políticas públicas.

Em nível local os PMDRS's aprovados pelos CMDRS's devem ser consolidados em nível micro regional, de forma a articular a atuação das instituições governamentais e não-governamentais naquele âmbito. Originando, daí, os PRDRS's que deverão ser analisados, aprovados e depois acompanhados pelos CRDRS's com participação da sociedade civil. Os Planos Municipais e Regionais consolidam as várias propostas de atendimento para o meio rural, de forma a constituir o Plano Estadual de Ação. Este plano constitui a base para aporte de recursos da União, adicionalmente às participações de estados, municípios e demais organizações. A coordenação nacional do sistema deve ser constituída por instância colegiada, no âmbito do CNDRS, responsável, entre outras ações, pelo monitoramento e avaliação continuada do plano, verificando o alcance dos objetivos propostos.

O processo de municipalização já vinha ganhando forças e se iniciou, de fato, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1998. Tal fato propiciou experiências novas de participação e de discussão sobre mudanças nas políticas para o setor agropecuário em nível dos municípios. A falta de instrumentos políticos de participação da sociedade civil na definição das políticas públicas é uma outra característica da grande maioria dos municípios brasileiros. Para que o processo de desenvolvimento tenha perspectiva de sustentação em longo prazo, tem que partir do potencial econômico e social local. A agricultura é a principal força geradora do desenvolvimento da grande maioria dos municípios brasileiros, proporcionando também o desenvolvimento dos setores comercial, industrial e de serviços, ou seja, mais impostos arrecadados e desenvolvimento social e econômico (DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS - DESER, 1997).

Para viabilizar este desenvolvimento é fundamental a elaboração participativa de um Plano de Desenvolvimento Municipal Rural Sustentável, coordenado pelo poder público municipal, através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, integrado em níveis regional, estadual e federal.

As conclusões contidas no trabalho sobre Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável mostram um amplo processo de debates que vem ocorrendo há bastante tempo, por iniciativa de algumas ONGs (Organizações não Governamentais), OGs (Organizações Governamentais), Organismos das Nações Unidas e de cooperação técnica internacional sobre este tema. Merecem destaque as propostas políticas do Instituto de Política do Fórum Brasília Século XXI e o papel inovador desempenhado pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento e por outras entidades ambientalistas, ao colocarem na pauta a questão da Agenda 21 Local. Destes debates, resultou, por consenso, o primeiro conceito sobre desenvolvimento local integrado sustentável, que ficou assim formulado: “desenvolvimento local sustentável é um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas

potencialidades específicas, além de formular o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais” (FRANCO, 1998).

O conceito de local não é sinônimo de pequeno e não alude necessariamente à diminuição ou redução. Adquire, pois, a conotação de alvo socioterritorial das ações e passa, então, a ser definido pelo próprio desenvolvimento local integrado e sustentável. Essa questão vem sendo tratada e está em fase de implantação em mais de 1.800 cidades do mundo e em franca expansão no Brasil, de uma forma bem mais ampla. Este desenvolvimento preocupa-se não só com a ocupação e geração de renda, mas com uma nova maneira de olhar o crescimento, que aponta para novos modelos ou para novas configurações sócio-econômicas mais sustentáveis. Neste sentido, defende-se que: “o desenvolvimento local integrado e sustentável deve ter, em seus fundamentos, as premissas do desenvolvimento sustentável, conforme definidas na Agenda 21 e na Agenda Habitat, e deve, além disso, referenciar-se também nas experiências concretas de implantação da chamada Agenda 21 Local” (FRANCO, 1998).

Uma importante preocupação para viabilizar esta nova tendência é transformar estes consensos em múltiplas iniciativas de desenvolvimento local integrado sustentável que estão ocorrendo em todo o país. Assim, “o desenvolvimento local integrado e sustentável requer a presença de agentes de desenvolvimento governamentais, empresas sociais e da sociedade civil, voluntários e remunerados, colocando, por um lado, as questões da mobilização e da contratação e, por outro, a questão da capacitação desses agentes” (FRANCO, 1998, p. 19).

Tratando da Metodologia para Determinação da Sustentabilidade do Desenvolvimento Rural: Uma Demarcação Municipal, PETTER e WAQUIL (2000), observam: “que o desafio do desenvolvimento sustentável está por ser vencido e a realidade da maior parte dos municípios da região da produção evidencia-se a necessidade de superar a barreira do desenvolvimento econômico e social pela melhoria de seus indicadores básicos correspondentes aos aspectos produtivos e sociais. No entanto, uma das faces do processo de desenvolvimento é a sua

desigualdade ou heterogeneidade no espaço, que se faz sentir intra-regionalmente”.

Busca-se, em nível de município, analisar os aspectos do desenvolvimento sustentável, levando-se em consideração o grande número de variáveis.

Procuram-se também indicadores capazes de avaliar a sustentabilidade, associando dados qualitativos e quantitativos que possibilitem uma análise comparativa do nível em que a sustentabilidade está incorporada nas diferentes dimensões que influem no âmbito do município.

O desenvolvimento pode ser considerado sustentável quando atende os aspectos ecológicos, econômicos e sociais e suas respectivas interações.

A viabilidade do processo de desenvolvimento sustentável implica na necessidade de mudanças no papel do estado, que pressupõe uma efetiva participação e atuação de todos os segmentos da sociedade e também depende de instrumentos que permitam a identificação das principais variáveis que devem ser priorizadas para um planejamento sustentável do desenvolvimento do município.

Neste contexto de desenvolvimento rural sustentável o CMDR deve exercer papel fundamental como instituição que representa o setor rural, identificando as prioridades e propondo soluções conjuntas, utilizando como instrumento de ação o PMDR.

As estratégias a serem adotadas em níveis regionais e locais para promoverem o desenvolvimento sustentável resultam na aplicação de recursos financeiros em setores tidos como não lucrativos. Algumas atividades ligadas à preservação ou recuperação das condições ambientais, que implicam em gastos sem retorno direto de resultados econômicos, muitas vezes são proteladas ou mesmo esquecidas pelos produtores e autoridades. Conforme observado por CARDOSO, (2001) “constituem exemplos disso as obras destinadas a prevenir a degradação ambiental, como as de controle de erosão, recomposição da mata ciliar, saneamento rural, controle de poluição dos cursos de água, entre outras. Todavia, por não trazerem benefícios imediatos, também o produtor fica reticente quanto a adotar medidas visando a sustentabilidade ambiental (em geral, não

proporcionam lucros diretos). Da mesma forma, do lado da instituição financeira, em operações do tipo mencionado, deve haver relativa segurança quanto ao reembolso da dívida por parte do produtor. Por isso, medidas que tendem a assegurar o bem-estar presente e de gerações futuras merecem atenção especial na formulação e distribuição da política de crédito”.

Os produtos e serviços oriundos do setor rural estão diversificando com novas alternativas econômicas, associadas ao desenvolvimento e ao bem estar no meio rural, como as agroindústrias de artesanatos, pesque e pague, hotéis fazendas, ecoturismos e outros serviços, que devem merecer atenção das políticas voltadas para este setor. CARDOSO (2001) relata que “o campo não deve constituir apenas o local de exercício das atividades agropecuárias: é necessário conciliar ao mesmo tempo, o ambiente de vivência e de bem-estar indispensáveis ao meio rural”.

Para promover o desenvolvimento rural sustentável em nível local, são aconselhadas medidas descentralizadas de créditos que atendam às necessidades das comunidades, utilizando os recursos existentes nas localidades. Nesta direção, recomenda-se o fortalecimento da representatividade dos produtores rurais, reforçando a atuação dos CMDRs em um contexto de enfoque regional. Os PMDRs, como instrumentos de políticas agrícolas nos municípios, elaborados com a participação dos representantes da sociedade, deverão constituir-se como norteadores das ações locais. “Assim, é fundamental a participação dos representantes da comunidade envolvida para opinar quanto às diretrizes e na supervisão do programa em nível local. É muito importante a atuação dos agentes de extensão rural e dos próprios representantes de produtores rurais que, em geral, participam dos conselhos regionais e municipais de desenvolvimento rural” (CARDOSO, 2001).

Há caminhos alternativos para o desenvolvimento local. A organização da produção, dos produtores e do mercado, com produção econômica em pequenas propriedades, empregando mão-de-obra e proporcionando distribuição de renda, constitui uma das estratégias possíveis. É importante observar que o desenvolvimento agrícola não é a única alternativa para gerar empregos e

distribuição de renda. Cada vez mais fica difícil a distinção entre atividades rurais e urbanas. O caminho mais viável é a definição de estratégias para o desenvolvimento local, que envolva todos os tipos de atividades, sob uma perspectiva regional de desenvolvimento, com a participação das comunidades organizadas (FLORES, 1998).

3.4. O Conselho, o Plano Diretor Municipal e o Plano Diretor Agrícola Municipal.

Para o desenvolvimento dos pequenos e médios municípios brasileiros, MARTIN (1998) aponta uma proposta: a de orientar a ação em nível municipal, através do Plano Diretor. Deste plano deriva o Plano Diretor Agrícola, que não envolve apenas as questões rurais, como todas as atividades que a ele estão relacionadas, bem como os aspectos regionais, que muitas vezes estão associados ao desenvolvimento da agricultura local. Como “documento avaliatório do potencial do município, o Plano Diretor revela o universo de suas contradições e estabelece, a partir desse conhecimento, objetivos, prioridades e diretrizes estratégicas e globais, que orientam a adoção imediata de providências concretas para a consecução dos resultados almejados. É necessário que seja amplamente discutido entre a sociedade civil e o poder público (Executivo e Legislativo), até que se chegue à sua expressão última, na forma de lei municipal”. É “fundamental para a boa execução do Plano Diretor o acompanhamento das principais atividades desenvolvidas na região, com o propósito de aferir o sucesso ou insucesso das medidas voltadas para a defesa dos interesses do município” (MONTEIRO, 1998).

O Plano Diretor Agrícola Municipal deve ser elaborado, coordenado e fiscalizado pela sociedade local, através de suas organizações de representação civil, visando o desenvolvimento do agronegócio local, em todos os sentidos, através de ações que precisam ser inter-relacionadas com as demais atividades econômicas e sociais do município, considerando inclusive suas relações com a economia regional (MARTIN, 1998).

O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR de Campinas, promulgado em março do ano de 2000, estabelece como objetivo: “melhorar a qualidade de vida do homem no meio rural, evitando o êxodo e mantendo a agricultura como atividade econômica, sustentável e de grande importância no município”. A necessidade da elaboração do plano nasceu do diagnóstico feito pelo CMDR, que foi criado pela Lei Municipal 9.804 de 16 de julho de 1998 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2000).

O Plano Diretor do Município de Campinas, promulgado em 1991, estabelecia como diretriz para o setor agrícola: “o incentivo à criação de um cinturão verde na área de controle ambiental – ACA, que deveria atender às disposições do artigo 185 da Lei Orgânica do Município, que seria disciplinado pelo Plano Municipal de Meio Ambiente e PMDR” (SHIMIZU, 1997).

Para solucionar de maneira planejada e eficaz os problemas levantados, o CMDR elaborou, de forma participativa, o PMDR de Campinas, composto de Programas e Projetos, objetivando setorizar as ações a serem desenvolvidas. O CMDR de Campinas estava estruturado com um presidente, um vice-presidente, um secretário e um suplente. A representação no conselho era exercida por uma pessoa titular de cada entidade ligada ao setor rural, totalizando 20 (vinte) participantes, sendo que os suplentes correspondiam a 28 (vinte e oito) elementos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2000).

A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária), nos últimos anos, procurando ampliar sua missão institucional, multiplicando seus canais de interação com a sociedade, tem migrado na direção de tornar-se um modelo organizacional bem mais complexo. Com este objetivo a EMBRAPA elaborou e implantou o I Plano Diretor, para o período de 1988-1992. Para dar cumprimento à sua missão, após análise e identificação das dificuldades e oportunidades dos pontos fortes e fracos, elaborou o seu II Plano Diretor para o período de 1994-1998, visando a atender novas diretrizes e ações estratégicas. O III Plano Diretor surgiu para atender as necessidades de aumentar estrategicamente a empresa nos cinco anos seguintes (período 1999-2003). Para vencer novos desafios

provocados pelas mudanças que estão ocorrendo nos cenários mundiais e nacionais, foi elaborado o Plano Plurianual (PPA).

O III Plano Diretor da EMBRAPA definiu sua missão, seus objetivos e suas estratégias com base no contexto das grandes transformações econômicas e sociais por que passa o Brasil e nas diretrizes de política do governo federal e nas novas orientações do PPA (EMBRAPA, 2000).

Finalmente é importante ressaltar que o CMDR deve ser o gestor do plano, sendo responsável por toda a sua coordenação (elaboração, fiscalização e avaliação). A execução é mais ampla, passando pelo poder público e pelas organizações representativas da sociedade (MARTIN, 1998).

3.5. Histórico e Evolução dos Conselhos

Em 23 de novembro de 1927, pela Lei 2.209, foi criado o Conselho Superior do Ensino de Agricultura do Estado de São Paulo, tendo por fim orientar e fiscalizar o Ensino Agrícola e Veterinário do Estado de modo a torná-lo capaz de atender à evolução da agricultura e da pecuária. Naquela oportunidade, existia a preocupação de estruturar o setor agropecuário com representantes de todas as Instituições da Secretaria da Agricultura. Os principais objetivos do conselho foram os de fomentar o Ensino Agrícola sob todas as suas formas, propondo ao governo a criação ou reforma de estabelecimentos de ensino agrícola e veterinário, propor modificações nos programas de ensino, velar pela melhor execução do fomento agrícola, dentre outras funções. Para a boa execução da mencionada Lei, foi observado o Regulamento 4.369, de fevereiro de 1928, que especificava e dava competência ao conselho para exercer as suas funções, mostrando assim a preocupação em organizar o setor do Ensino Agrícola, base para o desenvolvimento rural (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1927). Em virtude da complexidade e amplitude dos assuntos e problemas econômicos envolvendo a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, foi criado o Conselho Consultivo Econômico, pelo Decreto 4.812, de 31 de dezembro de 1930, no estado de São Paulo. Este conselho foi criado em

substituição ao Conselho Superior do Ensino Agrícola, objetivando ampliar as suas funções. Neste sentido, foram desenvolvidos estudos contínuos dos meios para promover o desenvolvimento da agricultura, indústria e comércio, aplicar os recursos financeiros do Estado, influenciar na legislação fiscal, facilitar o transporte e tudo o que pudesse ter efeito para promover o desenvolvimento ou o que o dificultava. O conselho não tinha nenhuma competência administrativa ou executiva, cabendo-lhe apenas proceder a inquéritos ou estudos, por iniciativa própria ou por determinação do Secretário do Estado, submetendo à resolução deste suas conclusões sob a forma de indicações ou pareceres. Os membros do conselho, com exercícios permanentes eram representantes das Instituições vinculadas à Secretaria. As pessoas, com mandatos de 2 (dois) anos, escolhidas livremente pelo Secretário de Estado, eram personalidades estranhas ao funcionalismo público que possuíam especial competência sobre os assuntos relativos aos trabalhos a cargo do conselho. Os componentes do conselho nenhuma remuneração percebiam pelos serviços prestados e os conselheiros se colocavam em 3 (três) comissões: Agricultura, Indústria e Comércio. O Secretário da Agricultura era o presidente do conselho e das comissões.

Observava-se uma abertura à participação de personalidades estranhas à Secretaria no conselho. Por outro lado, existia uma vinculação muito forte e uma dependência do conselho ao Secretário de Estado da Agricultura, a quem cabia distribuir às comissões os trabalhos que por elas tinham que ser executados, determinando quais deveriam ser sujeitos ao conselho em sessão plenária, sem prejuízo dos que fossem de iniciativa do conselho ou da Secretaria (SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1930).

Baseado em experiências semelhantes às que levaram à criação do Conselho Consultivo Econômico da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, “crêa o Conselho Técnico da Produção no Ministério da Agricultura e dá outras providências” (Decreto 22.914). A estrutura e funcionamento deste conselho, previstos neste Decreto, guardavam nítidas

identidades com o Conselho Econômico implantado pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (GOVERNO DA UNIÃO, 1933).

A partir de 1952, pelo Decreto 21.326, foi criado o Conselho de Política da Agricultura do Estado de São Paulo, seguindo as características dos conselhos anteriores. Observava-se que, no início da criação dos conselhos, mudanças sucessivas ocorreram ao longo de sua existência, possivelmente procurando adaptar-se às novas realidades do setor agrícola (SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1952).

Assim é que, em 1967, pelo Decreto 47.799 e, posteriormente, pelo Decreto 48.019, foram criados o Conselho Técnico de Coordenadores Regionais e os Conselhos Agropecuários Municipais (SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1967).

Em 1969, pelo Decreto 48.228/67, o Governo do Estado criou o Conselho Agrícola Municipal – CAM, os Conselhos Agrícolas Regionais e o Alto Conselho Agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Iniciou-se, assim, o sistema de órgãos colaboradores externos, a prestação de serviços em nível local, a coordenação em nível regional e a consultoria em nível da Secretaria (SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1969).

3.6. Organização da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo

No ano de 1978, pelo Decreto 11.138, foram organizadas a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e o Alto Conselho Agrícola, dispondo sobre a composição, atribuição e competência do conselho. Em 1981, com a publicação do Decreto 16.877, foi revogado o Decreto 48.228/67 que criou os Conselhos Agrícolas Municipais (SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1981).

A organização da sociedade, a utilização racional dos recursos naturais, a proteção do meio ambiente, a cooperação das diferentes instituições mediante a

descentralização e o planejamento regional e local sinalizaram na direção de uma condição mais social e democrática em nível federal, estadual e municipal.

Considerando esta nova perspectiva e a importância crescente dos assuntos relacionados ao setor agropecuário, como as políticas agrícolas, fundiárias e reforma agrária, a Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988, no capítulo referente à Ordem Econômica e Financeira, em especial o artigo 174, parágrafos 1, 2, 3, e 4, dedicou especial atenção ao setor agrícola, ressaltando a importância do planejamento e do desenvolvimento nacional equilibrado. A Constituição Federal mostra a necessidade de incorporar e compatibilizar os planos nacionais e regionais de desenvolvimento, destacando a importância do setor rural, a organização social e a participação dos municípios (BRASIL. Constituição, 1988).

Ato contínuo, a Constituição do Estado de São Paulo, promulgada em 05 de outubro de 1989, adotou os mesmos princípios da Constituição Federal. No capítulo da política agrícola, agrária e fundiária, em especial o artigo 184, inciso X, parágrafo 2, contempla o que segue: “O Estado, mediante lei, criará um Conselho de Desenvolvimento Rural, com objetivo de propor diretrizes à sua política agrícola garantindo a participação de representantes da comunidade agrícola, tecnológica e agrônômica, organismos governamentais, de setores empresariais e de trabalhadores”. A Constituição Estadual sinalizou na direção de uma cooperação do Estado com os municípios, objetivando o desenvolvimento rural, compatível com a preservação do meio ambiente, estimulando a elaboração e execução de planos de desenvolvimento agropecuários (SÃO PAULO. Constituição, 1989).

Visando adequar o setor rural à nova realidade constitucional do país e do estado, foi regulamentado o artigo 184 da Constituição Estadual e a SAA criou o Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento – SEIAA (Decreto 35.673), prevendo a criação do Conselho de Desenvolvimento Rural. Dentre os objetivos previstos neste Decreto, estava o atendimento de forma preferencial aos imóveis rurais que cumprissem com a função social da propriedade e, especialmente, aos mini e pequenos produtores rurais e aos beneficiários de projetos de reforma agrária e também o apoio ao desenvolvimento do

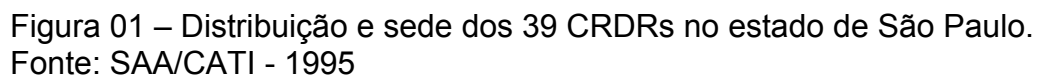
cooperativismo e do associativismo rural. A função social da propriedade rural foi definida pela Constituição Federal, artigo 186, quando “atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado do solo; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores” (BRASIL. Constituição, 1988, p. 35).

O decreto 35.673 definiu os instrumentos básicos do SEIAA, o Conselho de Desenvolvimento Rural, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural – CRDR e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDR, com suas respectivas atribuições. Previa a integração dos municípios, mediante a instalação de um CMDR, por meio de um convênio com a Secretaria, incluindo a elaboração, o acompanhamento e a avaliação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Município (SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1992).

Novas mudanças ocorreram no setor da agricultura do Estado de São Paulo. O Decreto 40.103, de 1995, organizou o SEIAA e revogou o Decreto 35.673, de 1992. Os objetivos e os instrumentos básicos permaneceram os mesmos definidos anteriormente. O sistema de integração com os municípios obedeceu praticamente às mesmas recomendações, com algumas alterações no que diz respeito à composição dos Conselhos Municipais, acrescentando o modelo de Termo de Convênio que entre si celebravam o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e o Município. A SAA definiu o objeto do convênio, as obrigações comuns dos partícipes e as obrigações específicas das partes envolvidas.

O Decreto 41.718, de 16 de abril de 1997, alterou dispositivos do Decreto 40.103, de 1995, que organizou o SEIAA, especificamente os artigos 4 e 5 e definiu os CRDRs como órgãos consultivos e de assessoramento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA). Os CRDRs, em número de 39 (trinta e nove), passaram a ter sede e área de atuação correspondentes às dos Escritórios de Defesa Agropecuária (EDAs) e dos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs),

3.6.1 Escritórios de Desenvolvimento Rural - Regionais Agrícolas



Com a reestruturação da SA, a CATI passou por uma mudança estrutural e filosófica que exigiu mudanças na postura dos agricultores e maior participação dos CMDRs. Uma dessas mudanças foi a municipalização da gestão da agricultura local, para desenvolver tarefas pertinentes ao processo de organização e desenvolvimento do meio rural do município. A maioria dos municípios da região de Campinas não avançou no que se refere às questões da municipalização, em função da desarticulação, da falta de interesse e força dos agricultores locais (SHIMIZU, 1997).

Dada a importância dos conselhos junto ao setor rural, a SAA criou o Grupo de Apoio Tecnológico (GAT), através da Resolução SAA-8, de 14 de maio de 1997, com a função de auxiliar na atuação dos CRDR. O GAT foi constituído por representantes dos vários órgãos da SAA, cuja finalidade era prestar informações técnicas e acompanhar o andamento das ações requeridas pelo conselho no âmbito de sua área temporal.

Pela Resolução SAA-10, de 27 de junho de 1997, foi instituído o Regimento Interno para funcionamento dos CRDR, definindo suas atribuições, seu funcionamento e outros assuntos de interesse do conselho. As constantes mudanças no setor rural apontavam para a ênfase em características e necessidades próprias de cada município do estado. Isto implicava em mudanças institucionais na agricultura paulista. Esta discussão envolvia as comunidades locais, os agentes ligados ao setor, a integração entre governo e sociedade, buscando encontrar caminhos alternativos e soluções viáveis (SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997).

3.6.2. Nova Composição dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural.

Por conta destas mudanças e visando garantir maior representatividade das entidades ligadas à agricultura, a SAA manteve quase todas as características dos CRDRs anteriores, alterando as suas composições para um número variável de membros titulares eleitos pelos CRDRs e designados pelo Secretário de

Agricultura e Abastecimento. Alterou-se também o critério de escolha do Secretário Executivo do CRDR que poderia ser o Diretor do EDR, EDA ou Diretores dos Núcleos Regionais de Pesquisas. Neste período, por conta da modernização do setor agrícola e, possivelmente, por questões de ordem política, os CRDRs passaram a ser compostos por números variáveis de membros titulares, designados pelo Secretário de Agricultura e Abastecimento, de forma a garantirem a maior representação das entidades ligadas à agricultura, podendo alcançar um número superior a 75 (setenta e cinco) membros por Conselho Regional (SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1999).

A nova composição do conselho objetivou alcançar maior eficiência dos serviços de assistência técnica, extensão rural, orientação aos agronegócios e das ações de defesa agropecuária prestadas ao setor agrícola municipal. Previa-se a elaboração do Plano de Desenvolvimento Agropecuário Plurianual, aprovado pelo CMDR, contempladas as diretrizes da SAA. O SEIAA dispunha sobre o termo de convênio entre o Estado, por intermédio da SAA, e o município, visando à integração das ações voltadas ao desenvolvimento da agropecuária. Estavam definidas pelo SEIAA as obrigações dos partícipes, bem como as atividades específicas de cada instituição envolvida no convênio (SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2000).

Dada a importância dos conselhos para o setor rural, o Presidente da República tomou medidas no sentido de estimular o funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CNDR), visando dar melhor atendimento ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O PRONAF foi constituído por organismos institucionais co-participantes, cujas ações deverão fluir do CNDR para os Conselhos Estaduais vinculados ao PRONAF, integrando-os com os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (GOVERNO DA UNIÃO, 1999).

3.7. O Município de Espírito Santo do Pinhal – SP

3.7.1. Caracterização da Área de Ação da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no município de Espírito Santo do Pinhal – SP, cuja fundação ocorreu em 27 de dezembro de 1849. Conta, hoje, com mais de 150 anos de existência, tendo na agricultura sua principal atividade e fonte de rendas. O município pertence à bacia do rio Mogi-Guaçu e está situado na zona fisiográfica denominada “Cristalina do Norte”, vertente sul da Serra do Bebedouro, contrafortes da Serra da Mantiqueira, na região da Mogiana, fazendo divisa com o sul de Minas Gerais, o que lhe confere características próprias favoráveis à cultura do café.

Os tipos de solos predominantes são: os podzólicos vermelho amarelo orto, latossolo vermelho amarelo orto e podzolizados com cascalho, apresentando características férteis e medianamente férteis. Contém textura arenosa nas partes mais montanhosas e argilosas nas regiões de relevo mais suave. Dadas as suas propriedades e condições de uso do solo com predominância de culturas perenes e pastagens naturais, a área do município não apresenta problemas graves de erosão. O clima favorável do município atribui-lhe uma temperatura média anual entre 19° e 21° C. No inverno, a média é de 16° a 18° C e, no verão, é de 21° a 23°C. O regime de chuvas é relativamente bem distribuído durante o ano todo, apresentando uma pluviosidade média de 1.500 mm/ano. O menor índice médio ocorre no mês de julho, com 42 mm, e o maior índice acontece no mês de dezembro, com 230 mm.

Outras particularidades do município são apontadas a seguir: a altitude média está entre 700 e 800 m, a longitude é de 46° 17' e a latitude de 22° 17'. Estas condições proporcionam ao município um clima tropical de montanha ou subtropical. Quanto à questão hidrográfica, o município é bem servido, com a existência de dois rios principais: o Ribeirão dos Porcos e o Rio Mogi-Guaçu, com boa distribuição de nascentes, córregos, riachos e pequenos reservatórios d'água. A ocupação do espaço territorial apresenta-se assim distribuída: a área rural é de 40.564 hectares e a urbana de 1.200 hectares, totalizando 41.764 hectares. A cultura do café ocupa uma área de 12.000 hectares, as outras culturas anuais e

perenes ocupam 10.000 hectares e a área com pastagem ocupa 11.500 hectares. Além do café, como atividade principal, o município explora em quantidades expressivas a cana-de-açúcar, leite, milho, feijão, arroz, fruticultura, horticultura, eucalipto, avicultura de corte, suinocultura, eqüinocultura, bovinocultura de corte, piscicultura e outras explorações de menor valor econômico (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, 1996).

Dada esta situação específica do município, voltada para a cultura do café, disponibilizando atividades agrícolas o ano todo, a maioria das unidades de produção é administrada pelos proprietários propriamente ditos e seus familiares. Existe uma parcela muito pequena de produtores ocupantes ou parceiros e mesmo arrendatários. A distribuição da população, neste espaço territorial, está assim representada: a população do setor urbano é de 34.566 pessoas e a população do setor rural é de 5.714 pessoas. Assim, a população total do município é de 40.280 pessoas (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, 2000).

A história e a vida econômica do município de Espírito Santo do Pinhal estão intimamente ligadas à cultura do café. Isto confere ao município uma relevância nacional como centro de produção e comercialização de café, bem como de industrialização e vendas de máquinas agrícolas destinadas a este setor. Uma das características da economia local foi o surgimento de atividades integradas entre si, vinculadas ao café, tais como: atividades relacionadas aos setores da agricultura, indústrias, comércio e serviços. Este conjunto de ações compõe o agro-negócio do café (SERVIÇO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA, 1999).

3.7.2. Infra-estrutura de Produção

O número de unidades de produção agrícola no município é de 633, distribuídas conforme a tabela 1.

Analisando os dados, pode-se verificar que as 317 propriedades, de até 20 hectares, representam 50,1% do número total das unidades de produção, ocupando somente 7,3% da área total.

Tabela 1. Estratificação do universo das unidades de produção agrícola em estratos de acordo com a área.

Área (ha)	Número de Propriedades	Área Total (ha)
Até 5,0	105	317,50
5,1 - 20,0	212	2.640,30
20,1 - 50,0	44	4.595,10
50,1 - 100,0	65	4.657,30
100,1 - 500,0	91	17.550,90
500,1 - 1000,0	16	10.802,90
Totais	633	40.564,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, PMDR, 1996.

As propriedades de 20,1 a 100 hectares, em número de 109 unidades, ocupam 22,8% da área total, correspondendo a 17,2% do número de propriedades existentes e as propriedades acima de 100 hectares, em número de 107, representam 69,9% da área e 16,9% do número de propriedades. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, 1996).

Estes dados como áreas, ocupação e uso da mão-de-obra na produção conferem ao município grande número de unidades produtivas enquadradas como potencialmente familiares, onde aproximadamente 50,0% das propriedades têm até 20,0 hectares e ocupam 7,3% da área, enquanto as outras 50,0% ocupam 92,7% da área, mostrando a tendência da maior concentração da terra nas unidades de produção acima de 20 hectares.

3.7.3. Organização Social do Setor Rural

A organização dos produtores rurais é representada pelo Sindicato Rural Patronal, com 103 (cento e três) sindicalizados. Este sindicato está integrado ao PMDR e ao CMDR, assumindo a execução dos projetos de inseminação artificial e

de formação de mão-de-obra rural, além de cumprir com suas finalidades específicas de defesa e assistência jurídica aos seus sindicalizados.

A Cooperativa dos Cafeicultores de Espírito Santo do Pinhal, com 300 (trezentos) associados, atuando na defesa dos interesses econômicos e sociais dos cooperados, está integrada ao PMDR, ao CMDR e a CA, participando ativamente na execução das atividades dos programas e projetos do setor rural do município.

O município conta também com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com uma Cooperativa de Prestação de Serviços (mão-de-obra) e algumas associações (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, 1996).

3.8. Plano Diretor do Município de Espírito Santo do Pinhal

O Plano Diretor do Município de Espírito Santo do Pinhal, instituído pela Lei 1.861, de 09 de abril de 1992, definiu como um dos seus objetivos promover uma política agrícola de desenvolvimento da zona rural, em conjunto com a CA e o CAM. Quanto à política de desenvolvimento rural, o plano previa a coordenação efetiva da política agrícola municipal através da CA e do CAM, com um trabalho entrosado com a Prefeitura Municipal. Ampliava as atividades, contemplando a extensão rural e as outras atividades locais ligadas ao setor, priorizando os pequenos e médios produtores rurais, obedecendo alguns pré-requisitos agrônômicos mínimos, tais como: capacidade de uso do solo, controle de erosão, proteção dos recursos naturais, preparação de mão-de-obra, reflorestamento e diversificação de culturas, proteção dos recursos hídricos, melhoria da produtividade cafeeira e produção de alimentos básicos, controle sanitário e aumento de produtividade da pecuária e a melhoria de vida do homem do campo.

No que diz respeito à questão financeira, o Plano Diretor previa dotação orçamentária, para viabilizar a política agrícola de desenvolvimento rural, inclusive a possibilidade de convênios com entidades legalmente constituídas e ligadas à área rural, como o CAM e a CA. Todos os investimentos financeiros provenientes

do Estado ou de outras entidades para execução de programas especiais, voltados para o setor rural, deveriam passar preliminarmente pela análise do conselho para melhor direcionamento de suas aplicações.

O Plano Diretor Municipal destacava a importância do CAM para viabilizar a política agrícola de desenvolvimento rural, inclusive com a possibilidade de dotação orçamentária, cabendo ao CAM encontrar formas para compatibilizar o acesso a estes recursos, com ações voltadas para atingir os objetivos do desenvolvimento rural local (ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, 1992).

3.9. O Conselho Agrícola Municipal (CAM) de Espírito Santo do Pinhal – São Paulo

3.9.1. Introdução e Justificativas

O setor rural do município de Espírito Santo do Pinhal vem se transformando continuamente no decorrer dos últimos anos. Estas mudanças procuram acompanhar a dinâmica abrangente e sistêmica que envolve todos os segmentos das cadeias agroalimentares do setor rural.

Para atender a esta nova realidade, foram necessários conjuntos de providências, visando a oferecer suporte ao setor agropecuário local, procurando viabilizar economicamente a produção, a industrialização e a comercialização dos produtos oriundos das atividades agrícolas, tendo como foco o aumento da renda da propriedade, melhorando as condições de vida, principalmente dos pequenos e médios produtores e respeitando as condições do meio ambiente.

As políticas agrícolas futuras, voltadas para o meio rural, deveriam materializar-se no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, cujos objetivos e normas estariam harmonizados com as diretrizes do desenvolvimento regional e das políticas agrícolas estaduais e federais.

Com esta nova visão de desenvolvimento rural, o CAM de Espírito Santo do Pinhal teve a sua origem a partir do ano de 1990. Foi uma iniciativa dos funcionários da CA que, em 1989, lideraram um processo de transformação na

maneira de desempenhar suas funções junto ao setor agrícola local, até então vinculadas a programas especiais e de extensão rural em nível de Estado.

A CA, como unidade descentralizada, representativa da SAA em nível de município, procurou liderar o processo de integração com todas as entidades vinculadas ao setor rural voltadas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. As razões desta iniciativa prendiam-se a dois motivos principais: a necessidade de aumentar o conhecimento sobre o setor rural e a de ampliar a perenidade dos serviços prestados à comunidade.

O primeiro passo na direção da formação do CAM deu-se a partir da realização do “FÓRUM” de debates em 1989, em Espírito Santo do Pinhal, com a participação de lideranças municipais, regionais e estaduais, relacionadas ao setor rural. Os principais objetivos deste evento foram levantar os problemas da agropecuária local e estabelecer as estratégias para a formação do CAM e a elaboração do Plano Diretor Rural. Tal fato veio a ocorrer em 1990, com a promulgação da Lei Municipal 1.744 (ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, 1990).

A preocupação do conselho, após sua criação, foi implementar instrumentos contingências, apesar de não obrigatórios, necessários para melhor integrar o processo de desenvolvimento local. Dentre estes instrumentos, destacaram-se as políticas públicas locais, o plano agrícola municipal, os programas e projetos direcionados para o setor rural, requerendo um conhecimento mais criterioso da realidade local, nos seus aspectos sociais, econômicos, administrativos e financeiros, visando ao desenvolvimento, opondo-se ao imprevisto e aos fatos ocasionais.

O CAM procurou estabelecer uma conjugação de esforços com as instituições locais, públicas e privadas dos produtores rurais, no sentido de aumentar a representatividade e a participação dos conselheiros, identificando entraves e facilidades, propondo mudanças transformadoras possíveis, tendo como foco de análise o desenvolvimento rural local sustentável.

A SAA, visando adequar esta nova tendência, reformulou a CATI, tornando realidade esta idéia de mudanças no setor rural, propondo, inclusive, a municipalização das CAs e iniciou a descentralização das ações da SAA (Decreto

44.642). Estes fatos sinalizavam a ênfase dada às características e necessidades próprias de cada região do Estado, procurando inverter o fluxo das decisões que ocorriam anteriormente.

A SAA fez um diagnóstico (PROJETO LUPA, 1996) e estabeleceu prioridades para as questões que afetavam o setor rural, a fim de aumentar a competitividade dos agronegócios, oferecendo, em troca, apoio e parceria aos produtores rurais. Estas questões e discussões objetivavam o envolvimento e o comprometimento das instituições ligadas às cadeias produtivas e às comunidades regionais e locais organizadas. Da integração entre a SAA, a Casa da Agricultura (CA), o CAM, o Poder Municipal, as Entidades Rurais e a Sociedade, surgiram as propostas e apareceram as possíveis soluções para o setor rural (SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2000).

Apesar da CA de Espírito Santo do Pinhal não ter sido municipalizada oficialmente, as suas ações, na prática, foram. A coordenação e a execução de todos os projetos de desenvolvimento do setor agrícola foram feitas pela CA, com a aprovação e acompanhamento do CAM, tendo como eixo da política rural o PMDR, que fez parte do Plano Diretor Municipal (PDM) (ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, 1990).

O Conselho Agrícola de Espírito Santo do Pinhal foi instituído como novo parceiro dos produtores rurais, com a missão de cumprir este papel no processo de desenvolvimento rural sustentável local.

3.9.2. Alteração da Denominação de CAM para CMDR

A denominação de Conselho Agrícola Municipal (CAM) foi alterada para Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), a partir de 1998, com o objetivo de se adequar ao processo de desenvolvimento do setor agropecuário, estimulando a participação dos produtores, aumentando a representatividade e procurando contribuir para a melhoria das condições de vida da comunidade rural. O conselho caracterizou-se como sendo um órgão consultivo e de

assessoramento do Poder Executivo e deliberativo, no âmbito de sua constituição (ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, 1998).

3.9.3. Ações do CAM/CMDR de Espírito Santo do Pinhal

Uma vez constituído o CAM, estruturado e organizado legalmente, iniciou-se o levantamento censitário minucioso da realidade do setor rural. Neste censo, usou-se, como instrumento de trabalho, um modelo de questionário elaborado pela SAA/CA. A aplicação dos questionários junto aos produtores rurais deu-se por uma ação integrada entre as entidades: CA, Faculdade de Agronomia “Manoel Carlos Gonçalves” de Espírito Santo do Pinhal e Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal. Os dados obtidos neste censo serviram de base para a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), que contemplava alguns programas e projetos de desenvolvimento para o Município, tais como: conservação do solo e recursos hídricos, reflorestamento, preparação de mão-de-obra, laboratório de análises de produtos de origem animal e de água, instalação de mini-usina de leite, matadouro municipal, incentivo à organização de produtores.

3.9.4. Resultado das Atividades do CAM/CMDR

O principal objetivo dos conselheiros foi a elaboração e aprovação do PMDR. Os trabalhos foram concentrados na direção do PMDR até a sua aprovação em 1996 (PREFEITURA MUNICIPAL, 1996).

Outras prioridades foram sendo identificadas e apresentadas. Neste sentido, um dos principais programas priorizados pelo conselho foi a criação do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIMPOA), evitando assim, com a sua implantação, a distribuição de leite cru diretamente para a população. Com a presença de entidades e especialistas ligados a esta temática, os conselheiros reuniram-se para debater este assunto e propor possíveis soluções. Foram examinadas as questões relativas à criação do SIMPOA, as

implicações legais de saúde pública, a implantação, funcionamento, fiscalização e outras exigências, bem como suas finalidades: criação de mini-usinas para pasteurização e comercialização do leite com a participação da SAA, da Secretaria da Saúde, da Prefeitura Municipal, da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), da Faculdade de Medicina Veterinária de Espírito Santo do Pinhal e dos produtores interessados (CONSELHO AGRÍCOLA MUNICIPAL, 1993).

Dentro do possível, o conselho deu continuidade à programação estabelecida em conjunto com a CA, executando os projetos de apoio e coordenando as atividades e a política agrícola do município (CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 1998).

No ano de 2000 e início de 2001, não aconteceram reuniões do CMDR. No entanto, as atividades programadas e coordenadas pelo conselho e executadas, em parte, pela CA e entidades envolvidas com os projetos tiveram o seu curso normal. No mês de maio, por solicitação de produtores, encaminhada por um dos membros do conselho, foi feita uma reunião com a finalidade de rearticular as atividades do CMDR. Em virtude da discussão, os conselheiros concluíram que havia necessidade da continuidade das reuniões e das atividades, bem como da reestruturação do conselho. Uma idéia foi à ampliação da representatividade no conselho, com as presenças de representantes das outras entidades do setor rural e principalmente dos pequenos e médios produtores. Para esta nova situação seriam necessárias mudanças na Legislação Municipal específica que criou o CMDR (CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 2001).

Estas mudanças sobre o funcionamento do conselho deverão ser propostas ao Poder Executivo Municipal, para que conste na legislação. Acredita-se que esta será a direção a ser seguida pelo novo conselho, sugerindo alterações e buscando soluções para atender as novas demandas do setor e promover o desenvolvimento rural em curso no Município.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1. Estratégia de Obtenção dos Dados

Os materiais básicos de consultas e análises para o desenvolvimento desta pesquisa, considerando-se os objetivos propostos, foram obtidos com os seguintes procedimentos: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contatos diretos com os conselheiros e os produtores rurais. Foram analisados os seguintes documentos: Lei Orgânica do Município de Pinhal, Plano Diretor Municipal, Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, Legislação Municipal sobre Planos e Conselhos Agrícolas, Regimento Interno do Conselho, Livro de Atas de Reuniões do Conselho. Especial atenção foi dada à documentação bibliográfica existente na Casa da Agricultura de Espírito Santo do Pinhal, envolvendo levantamentos, planos, projetos, registros em fichas, consultas ao pessoal técnico e administrativo, às Constituições Federal e Estadual, Legislação Estadual, Municipal e levantamentos feitos pela SAA/CATI/CA em níveis estadual, regional e municipal.

Foram realizadas também entrevistas, usando questionários elaborados e padronizados, com a finalidade de obtenção de dados junto aos conselheiros e aos produtores, nas respectivas unidades produtivas, relativos ao ano agrícola 2000/2001.

4.2. Diretrizes Adotadas

Para viabilizar a pesquisa, foi realizado o levantamento local, exploratório, qualitativo e quantitativo, com a finalidade de obter os dados primários e secundários do CMDR de Espírito Santo do Pinhal e a busca documental dos dados históricos secundários dos CMDRs do Estado de São Paulo.

4.2.1. Características do Universo pesquisado

Participaram desta pesquisa os atuais conselheiros do CMDR e 10% das unidades de produção agrícola do município de Espírito Santo do Pinhal. Atualmente, o CMDR conta com 9 (nove) conselheiros na sua composição e o município possui, na sua totalidade, 633 (seiscentas e trinta e três) unidades de produção agrícola (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, 1996).

4.2.2. Seleção da Amostra

Como as unidades de produção não são homogêneas quanto à área, este universo de 633 unidades de produção foi dividido em 6 (seis) estratos, de acordo com as áreas.

O método adotado foi o não probabilístico e a amostragem foi por cotas. Devido às dificuldades de obtenção de dados no campo e os custos elevados da pesquisa, optou-se pela escolha da amostra, utilizando o estabelecimento de cotas, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Classificação do universo das 633 unidades de produção de acordo com suas áreas, utilizando-se o mesmo critério adotado pelo PMDR, 1996 (conforme a tabela I, mencionada anteriormente), alterando-se o quarto estrato (50,1 - 100,0) para $50,0 < X \leq 88,0$ hectares e o quinto estrato (100,1 - 500,0) para $88,0 < X \leq 500,0$ hectares (conforme a tabela 2). Esta alteração visa identificar, pelo critério de áreas, as unidades de produção potencialmente familiares que, na região, são de até 4 (quatro) módulos fiscais. O módulo fiscal da região de Espírito Santo do Pinhal, definido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), é de 22 hectares. Busca-se atender a, pelo menos, um dos critérios utilizados para enquadramento e respectiva Declaração de Aptidão do agricultor como potencial “produtor familiar”;

- b) Distribuição do número de unidades de produção por estrato, determinação da respectiva porcentagem em relação ao universo e o número de unidades de produção amostradas;
- c) A cota de determinação do número de unidades de produção amostradas foi de 10% (tabela 2);
- d) Para a pesquisa de campo, foram retirados, aleatoriamente, os números de unidades de produção amostradas correspondentes a cada estrato do universo, totalizando 63 (sessenta e três) unidades, que foram pesquisadas, de acordo com MARTINS (2001, p. 195-196).

Tabela 2. Estratificação do universo e número de unidades de produção amostradas de acordo com a área.

Estratos das unidades de produção (ha)	Números de unidades de produção	Porcentagens	Unidades de produção amostradas
$0 < X \leq 5,0$	105	16,59	10
$5,0 < X \leq 20,0$	212	33,49	21
$20,0 < X \leq 50,0$	144	22,75	14
$50,0 < X \leq 88,0$	57	9,00	6
$88,0 < X \leq 500,0$	99	15,64	10
$500,0 < X \leq 1000,0$	16	2,53	2
Totais	633	100,00	63

Fonte : Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, 1996 e dados da pesquisa

4.2.3. Questionários

Para a coleta de dados, foram utilizados quatro tipos de questionários: dois de informações gerais e outros dois específicos. Para os conselheiros do CMDR, foram aplicados dois questionários próprios. Para os produtores rurais, foram aplicados outros dois questionários que identificaram também os produtores familiares em potencial (apêndice 1).

O questionário de informações gerais para os conselheiros (apêndice 1) visa a obter o perfil dos conselheiros, identificando a idade, o nível de escolaridade, a condição funcional, o nível de organização social, bem como a vinculação com outras atividades não agropecuárias.

O questionário específico para os conselheiros tem a finalidade de identificar as características de funcionamento do conselho, na visão dos conselheiros.

O questionário de informações gerais para os produtores rurais visa a obter o perfil dos produtores rurais, a ocupação do solo, o uso de máquinas, equipamentos e insumos.

O questionário específico para os produtores rurais tem a finalidade de identificar as características de funcionamento do conselho na visão dos produtores (apêndice 1).

Os questionários apresentam, em comum, algumas questões específicas e outras questões iguais para os dois públicos pesquisados, conselheiros e agricultores. A técnica adotada foi a da entrevista individualizada e formal, utilizando os questionários como instrumentos para registros das respostas.

A aplicação deste método garante maior abrangência em termos de comparação das respostas, quantificação e qualificação dos dados e fidelidade dos resultados. Com o procedimento adotado, pode-se reduzir a liberdade do entrevistador e a espontaneidade do entrevistado, mas espera-se um ganho maior quanto à precisão nas respostas às perguntas pré-concebidas (ALMEIDA, 1989).

4.2.4. Análise dos dados levantados

Os dados foram obtidos em 2 (dois) níveis: num primeiro momento, com os questionários de informações gerais e, posteriormente, com os questionários específicos, aplicados em dois públicos: conselheiros e produtores rurais. Foram então adotados os procedimentos para a realização de análises descritivas das respostas obtidas, tanto nos questionários de informações gerais como nos específicos, a fim de possibilitar uma visão geral do perfil dos produtores rurais e

do funcionamento do conselho. Para uma melhor compreensão das respostas, foram adotadas providências para análises comparativas dos dados primários obtidos junto aos entrevistados. Busca-se averiguar se as funções do Conselho estão sendo executadas de modo adequado, no sentido de contribuir para o processo de desenvolvimento rural sustentável local. Investigar os fatos relacionados à origem e ao processo de evolução dos CMDRs e CRDRs, procurando destacar ações facilitadoras e entraves existentes para o melhor desempenho de suas funções. Analisar as principais dificuldades relacionadas à elaboração, fiscalização e avaliação do PMDR visando a propor possíveis adequações ou mudanças. Ainda, pretende-se verificar as condições de representatividade do conselho e a respectiva atuação junto aos produtores rurais e entidades locais objetivando implantar as políticas agrícolas.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo como base de análise os dados levantados junto aos conselheiros do CMDR e os produtores rurais do município de Espírito Santo do Pinhal, relativos ao ano de 2000/2001, serão apresentados diagnósticos do meio rural, bem como características dos conselheiros e dos produtores rurais sobre o funcionamento do CMDR.

As características apontadas, mostrando o perfil do município, as funções do conselho, suas dificuldades e facilidades, as formas de participação dos produtores em nível local, contribuíram para identificar o papel do conselho no processo de desenvolvimento sustentável no município.

5.1. Perfil dos conselheiros.

Os dados do perfil dos conselheiros do CMDR foram obtidos entre representantes do conselho. Procurou-se alcançar características como idade, nível de escolaridade e de organização, entre outras que mostrassem, dentro do possível, a realidade dos conselheiros no exercício de suas funções junto ao conselho.

Os dados coletados foram tabulados, mostrando o perfil geral dos 9 (nove) conselheiros que fizeram parte do conselho até o ano de 2001 (tabela 3, consolidados da tabela 3.1, do apêndice 2).

Os conselheiros apresentam uma idade média em torno de 51 anos, com faixa etária entre 39 e 65 anos, especialmente com a presença da maioria do sexo masculino, com cerca de 88,9%. Observou-se, neste período, a presença de uma só representante do sexo feminino, aproximadamente 11,1%, não obstante os indicadores apontarem um aumento crescente da participação das mulheres no meio rural.

Tabela 3. Perfil dos Conselheiros - Espírito Santo do Pinhal - 2001.

Características	Número	Porcentagem
Sexo :		
Masculino	8	88,89
Feminino	1	11,11
Nível de escolaridade :		
1º grau	0	0,00
2º grau	1	11,11
3º grau	8	88,89
Auto – identificação (posse da terra) :		
Proprietário	8	88,89
Outras	1	11,11
Nível de organização :		
Cooperados	7	77,78
Sindicalizados	7	77,78
Associados	2	22,22
Exerce apenas atividade agropecuária :		
Sim	5	55,56
Não	4	44,44

Fonte: Dados da pesquisa

Outro fator importante para a análise do perfil dos conselheiros é quanto ao nível de escolaridade. Os dados mostram que 88,9% dos conselheiros completaram o curso superior, enquanto somente 11,1% cursaram até o segundo grau completo. Estes dados sinalizam que a representação no conselho é de pessoas que tiveram maiores oportunidades de acesso ao ensino e à educação.

Com exceção do secretário executivo, que, por força de instrumento legal, é o representante da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, todos os outros membros do conselho de Espírito Santo do Pinhal são produtores e proprietários, representantes ou não de instituições ligadas ao meio rural.

Com base na análise dos dados sobre a participação dos conselheiros nas organizações associativas do município, ficou constatado que 77,8% são cooperados da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Espírito Santo do Pinhal e, ao mesmo tempo, são também sindicalizados do Sindicato dos Produtores Rurais do município. Somente 22,2% são associados de outras organizações de produtores rurais.

Os dados mostram que os conselheiros participam, formalmente, das organizações associativas dos produtores do município, sinalizando um comportamento participativo nas ações voltadas para o desenvolvimento do meio rural.

A maioria dos produtores (55,6%) dedica-se somente às atividades agropecuárias e os demais exercem outras atividades, principalmente no comércio.

5.2. Funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – síntese dos conselheiros

Buscou-se, neste trabalho, identificar, entre outras características, o tempo médio de permanência dos conselheiros no exercício de seus mandatos no conselho, a forma de ingresso, o cumprimento de objetivos, a participação dos produtores, as principais dificuldades encontradas pelo conselho no desempenho de suas funções.

Os dados obtidos estão na tabela 4, consolidados da tabela 4.1, do apêndice 3.

Preliminarmente, deve-se esclarecer que o tempo médio de permanência dos conselheiros na administração do CMDR de Espírito Santo do Pinhal foi de 7,6 anos. O mandato normal, recomendado pela legislação, é de 2 (dois) anos, podendo haver recondução ao cargo uma vez, por igual período (SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1995).

Tabela 4. Funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – Síntese dos conselheiros - Espírito Santo do Pinhal, 2001.

Características	Número	Porcentagem
Formas de ingresso no CMDR:		
Por eleição	1	11,11
Por indicação	8	88,89
Por nomeação	0	0,00
O CMDR cumpre com seus objetivos:		
Sim	1	11,11
Não	2	22,22
Em parte	6	66,67
Não sabe	0	0,00
O CMDR recebe solicitações, informações e sugestões dos produtores:		
Sim	3	33,34
Não	5	55,56
Não sabe	1	11,10
Nove conselheiros são suficientes para representar o conselho:		
Sim	7	77,78
Não	2	22,22
A atual legislação atende as necessidades do conselho:		
Sim	4	44,44
Não	1	11,12
Em termos	4	44,44
Desconhece o assunto	0	0,00
Quanto ao conceito proposto de Desenvolvimento rural sustentável:		
Concorda totalmente	1	11,11
Concorda em parte	8	88,89
Discorda totalmente	0	0,00
Desconhece o assunto	0	0,00
Finalidades do CMDR:		
Cumprir exigências legais	2	22,22
Receber verbas públicas	1	11,11
Atender o setor rural	6	66,67
Atender interesses dos conselheiros	0	0,00
Atender outras finalidades	0	0,00
Origem das propostas para o CMDR:		
Dos próprios conselheiros	4	44,45
Dos técnicos da área	2	22,22
Dos produtores rurais	1	11,11
Das autoridades do setor	2	22,22
De outras fontes	0	0,00

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 4. Funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – Síntese dos conselheiros - Espírito Santo do Pinhal, 2001(continuação).

Características	Número	Porcentagem
Participação no CMDR para a elaboração do PMDR:		
Dos membros do conselho	8	88,89
Dos técnicos da área	0	0,00
Dos produtores rurais	0	0,00
Das entidades do setor	0	0,00
Da Prefeitura Municipal	1	11,11
Participação dos produtores no conselho:		
Passiva – recebe informações	4	44,45
Consultiva – sem interação	4	44,45
Funcional – cumpre objetivos	0	0,00
Interativa – cooperativa	0	0,00
Decisões próprias – individual	1	11,10
Mecanismos usados pelo CMDR:		
O PMDR	6	66,67
As verbas públicas	0	0,00
O cumprimento das leis	2	22,22
As forças locais	0	0,00
As reivindicações dos produtores	1	11,11
Causas das dificuldades do CMDR:		
Falta de participação dos produtores	2	22,22
Interferências políticas	1	11,11
Falta de executores	5	55,56
Falta de divulgação	0	0,00
Falta de continuidade das ações	1	11,11
Ações do conselho que facilitam o desenvolvimento do município	PMDR SIMPOA Patrulha mecanizada	
Problemas que dificultam as ações do CMDR e o desenvolvimento do município	Falta de executores Falta orientação aos conselheiros Pouca participação da Prefeitura Falta de divulgação das ações do conselho Falta política agrícola	

Fonte : Dados da pesquisa

Tal fato vem ocorrendo, possivelmente, em virtude de um processo de acomodação dos próprios conselheiros e pela baixa participação e cobranças das entidades e pessoas ligadas ao meio rural.

Esta situação indica a necessidade dos conselheiros refletirem sobre a possibilidade de mudanças na forma de representação do conselho, oferecendo maiores oportunidades às pessoas para o surgimento de novas lideranças no meio rural.

Quanto ao processo de ingresso dos conselheiros no CMDR, ficou constatado que aproximadamente 88,9% foram indicados pelas instituições que representam, como Cooperativa, Sindicato, Associações, Prefeitura Municipal e outras; somente um representante (11,1%), foi indicado por eleição direta. Em seguida, todos os representantes foram nomeados pelo prefeito municipal.

Considerando uma proposta compartilhada de gerenciamento do conselho, dentro de um contexto das organizações sociais, e visando obter maior representatividade e qualidade na prestação de serviço no município, o modelo democrático de eleição direta poderia ser mais abrangente e consistente. Neste sentido, cada instituição vinculada ao setor rural, bem como as categorias de produtores não organizadas formalmente, poderiam adotar, como recomendação, o critério de eleições diretas para indicarem seus representantes como membros do conselho.

O CMDR é constituído para realizar seus objetivos junto ao setor rural do município. Na visão dos conselheiros, os dados mostram que 66,7% entendem que o conselho vem cumprindo, em parte, as finalidades propostas; somente 11,1% afirmam que o conselho cumpriu integralmente seu papel junto aos produtores rurais e 22,2% acreditam que não vem atendendo os interesses do setor.

A visão dos conselheiros, a este respeito, mostra uma certa sintonia com a proposta de MARTIN (1998), quando relata que o CMDR deve ser o gestor do plano, sendo responsável por toda a sua coordenação (elaboração, fiscalização e avaliação). A execução é mais ampla, passando pelo poder público e pelas organizações representativas da sociedade.

Para MONTORO (1998), o conselho sujeita-se a regulamentos próprios e tem, como papel central, a implementação de políticas agrícolas municipais, compartilhando o poder e trabalhando junto com a sociedade.

As variações, quanto à percepção dos conselheiros sobre as formas de cumprimento dos objetivos pelo conselho, junto aos produtores, podem estar ligadas à capacidade de interpretação individual e aos critérios de avaliação empregados.

Buscou-se conhecer também, entre os conselheiros, se o conselho vem recebendo informações, solicitações e sugestões dos produtores rurais.

Pode-se observar que 33,3% dos conselheiros entendem que o conselho vem recebendo estas manifestações por parte dos produtores, sendo que 55,6% apontam não receberem solicitações e que 11,1% não têm informações sobre esta questão, preferindo não opinar.

Os resultados indicam que existem, na visão dos conselheiros, interpretações diferenciadas quanto ao entendimento da questão apresentada.

Outro fator que contribui para uma melhor caracterização do perfil dos conselheiros é quanto ao número de participantes no conselho. A este respeito os dados da pesquisa mostram que 77,8% dos conselheiros manifestaram que 9 (nove), o atual número de integrantes, é suficiente para representar os produtores no conselho.

A maioria defende a idéia de que o importante, no conselheiro, é a sua qualidade e a sua representatividade junto ao setor e às entidades locais. Entretanto, 22,2% entendem que 9 (nove) representantes no conselho de Espírito Santo do Pinhal, não é o ideal. Podendo, este número, variar de acordo com a complexidade do município, quanto ao número de entidades existentes, unidades de produção e diversificação de atividades econômicas, oferecendo oportunidades para as pessoas dos segmentos menos organizados e com maiores dificuldades de participação opinarem e influenciarem nas decisões do conselho, com propostas surgidas em nível local, ou adequando à realidade do município os planos de origens externas.

Esta diversidade no número de representantes pode ser observada no CMDR de Campinas. Quando da elaboração do PMDR do município, o conselho era composto por uma pessoa titular de cada entidade ligada ao setor rural, totalizando 20 (vinte) participantes, sendo que os suplentes correspondiam a 28 (vinte e oito) elementos.

O CMDR, como órgão integrante do Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, tem como objetivo a integração dos serviços de assistência técnica, extensão rural e orientação dos

agronegócios e das demais ações voltadas ao desenvolvimento da agropecuária local e regional (SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2000).

Neste sentido, quanto aos aspectos legais que disciplinam o funcionamento do conselho, os conselheiros assim se posicionaram: 44,4% acreditam que a atual legislação atende as necessidades para o bom funcionamento do conselho. Por outro lado, 44,4% entendem que a legislação cumpre, em parte, as exigências e 11,1% manifestaram que não satisfaz as necessidades para o funcionamento adequado do conselho.

A este respeito, a Constituição do Estado de São Paulo oficializou a criação do CMDR, com o objetivo de propor diretrizes à sua política agrícola, garantindo a participação de representantes da comunidade agrícola, tecnológica e agrônômica, de organismos governamentais, de setores empresariais e de trabalhadores.

Os conselheiros apontam a necessidade de uma discussão sobre a atual legislação, principalmente sobre o que diz respeito à representatividade dos produtores e a forma de nomeação e gerenciamento, no sentido de melhor conduzir suas ações na direção do desenvolvimento rural sustentável local.

Nas questões seguintes, os conselheiros manifestaram suas opiniões de acordo com a preferência e a importância atribuídas ao assunto em questão.

Os valores dos quesitos vão de 1 (um), menor valor na preferência do conselheiro, até 5 (cinco), maior valor. A indicação do valor 5 (cinco) significa que o conselheiro priorizou esta resposta em detrimento das demais alternativas, que passaram a ser consideradas menos importantes em ordem decrescente de valores (4, 3, 2 e 1).

A Agenda 21 formulou um conceito de desenvolvimento sustentável como sendo aquele “que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Neste sentido, a pesquisa propõe aos conselheiros um conceito de desenvolvimento rural sustentável local que será alcançado com mudanças na estrutura fundiária, acesso à terra, melhoria nas condições ambientais, uma nova agricultura baseada

na agroecologia e no aumento da renda para o setor rural, obtendo os seguintes resultados: todos os conselheiros têm algum conhecimento sobre o tema apresentado; um dos conselheiros (11,1%) concorda totalmente com a proposta e entende que este é o caminho mais adequado para promover o desenvolvimento sustentável; a maioria (88,9%) concorda, em parte, com a proposta sugerida, fazendo restrições quanto à possível mudança na estrutura fundiária e no acesso à terra como forma de promover o desenvolvimento rural sustentável local.

As caracterizações apontadas pelos conselheiros sobre esta proposta de desenvolvimento rural constituíram “panos de fundo”, o que permitirá uma melhor compreensão de alguns aspectos da prática como participantes do atual conselho, o que será visto em seguida.

A maneira de atuação dos conselheiros, ao analisarem as principais dificuldades relacionadas à elaboração, acompanhamento, fiscalização, avaliação do PMDR e propostas de possíveis mudanças, tem levado às discordâncias dos conselheiros, ao indicarem suas respostas, mostrando suas formas diferenciadas de atuações. Os dados apontam para um certo receio às possíveis mudanças, principalmente àquelas ligadas às alterações na estrutura agrária e no acesso à terra.

O CMDR foi criado em nível de município para atender as várias finalidades. Os conselheiros apontaram as mais importantes para o setor rural; a grande maioria (66,7%) entende que o conselho foi criado com o principal objetivo de identificar e propor soluções conjuntas com os produtores e com as entidades para minorar os problemas do meio rural. No entanto, 22,2% apontam que o cumprimento de exigências legais é a principal função da existência do conselho e 11,1% manifestaram que o conselho foi criado com o principal objetivo de receber verbas públicas.

A visão sobre a origem e a participação no CMDR leva a refletir sobre os critérios mais utilizados pelos conselheiros quando do estabelecimento de prioridades para o setor rural do município, principalmente quanto à elaboração do PMDR. Em função dos dados obtidos, estas contribuições tiveram como origem das propostas a participação dos próprios conselheiros, com 44,4%, seguida da

colaboração dos técnicos ligados ao setor agrícola, com 22,2%, das autoridades vinculadas às Instituições que representam, com 22,2% e, finalmente, dos produtores que pertencem a outras categorias não organizadas, com 11,1%.

Nota-se, neste processo, a pouca participação dos produtores na elaboração de propostas, possivelmente em decorrência da falta de representatividade deste segmento e da pouca divulgação do papel do conselho no meio rural.

MARTIN (1998) recomenda que o PMDR deve ser elaborado e coordenado pela sociedade local. Na definição das prioridades para o setor rural pelos conselheiros, o CMDR contou com a participação mais efetiva dos membros do conselho, com 88,9%, e com a colaboração da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, com 11,1%. Como participação secundária, foram indicados os técnicos do setor, seguidos das entidades que representam os agricultores do município.

Os dados mostram a participação predominante dos conselheiros na elaboração do plano em relação às outras instituições. No entendimento de FRANCO (1998), a participação do poder local é condição necessária, embora não suficiente, para o êxito de projetos de desenvolvimento local integrado e sustentável.

Quanto à participação dos produtores rurais na elaboração de propostas e acompanhamento das soluções no CMDR, os dados mostram que 44,4% dos produtores têm participação passiva, ou seja, são informados dos acontecimentos que já ocorreram ou estão por acontecer. Outros 44,4% foram considerados na categoria de consultivos, ou seja, somente relatando os problemas aos conselheiros, sem nenhuma forma de interação na elaboração de propostas e no encaminhamento das soluções. Pequena parcela dos produtores (11,1%), participa tomando iniciativas próprias para mudar a situação do meio rural, independente das ações do CMDR. Não foram observadas, por parte dos conselheiros, as participações funcionais dos produtores, quando fazem parte de grupos que cumprem objetivos pré-estabelecidos em ações do CMDR e a

participação interativa, onde os produtores participam de forma cooperativa, interagindo com as ações e análises conjuntas do CMDR.

Estas análises mostram o comportamento passivo e consultivo dos produtores, seguidas de iniciativas individualistas no encaminhamento e solução dos problemas no meio rural, sem, contudo, caracterizar ações interativas e funcionais com o conselho.

O CMDR utiliza alguns mecanismos para estimular a participação e a articulação das forças locais, ligadas ao setor rural. Um destes mecanismos é o PMDR, que representa 66,7% destas forças. Outros instrumentos são o cumprimento das leis específicas para o setor rural, com 22,2%, e as reivindicações dos produtores, com 11,1%.

As possibilidades de contar com verbas provenientes dos setores públicos, bem como as forças oriundas de instituições locais, não foram citadas como mecanismos utilizados pelo conselho, no cumprimento de suas finalidades. Isto mostra a importância do PMDR, como instrumento articulador das forças locais, junto ao conselho, no sentido de viabilizar o desenvolvimento do município.

As dificuldades do CMDR, na elaboração e na condução de suas atividades, estão vinculadas, principalmente, à falta ou deficiência de executores das ações programadas (55,6%). A pouca participação dos produtores (22,2%) nas atividades do conselho tem dificultado o processo de desenvolvimento local. A interferência política (11,1%) tem mostrado pouca influência nas decisões do conselho. Estes dados mostram a necessidade do conselho desenvolver ações no sentido de facilitar a participação dos produtores, nas atividades do conselho, definir e orientar os executores quanto aos programas de trabalhos.

Com menor frequência, quanto à importância das dificuldades encontradas pelo conselho, foi mencionada a falta de continuidade das ações programadas, com 11,1%, sendo que a divulgação das ações planejadas e executadas não foi citada pelos conselheiros.

Entretanto, no entendimento de FRANCO (1998), o desenvolvimento local integrado e sustentável exige uma nova base de informação desagregada, que permite uma análise mais apurada da economia e da realidade social local, bem

como novos indicadores locais de desenvolvimento, que incorporem índices capazes de aferir os níveis de qualidade de vida e de sustentabilidade alcançados nos diversos momentos do processo.

Estas opiniões dos conselheiros mostram a necessidade de implementar mecanismos para execução e controle das atividades programadas pelo conselho, objetivando viabilizar o processo de desenvolvimento local.

Este grupo, composto de 9 (nove) conselheiros, que apresenta uma certa homogeneidade, aponta, como principais ações do CMDR, que estão contribuindo para o desenvolvimento do setor rural: a elaboração do PMDR, como instrumento para viabilizar a política agrícola local; a criação da patrulha mecanizada rural, como suporte para a preservação das vias de acesso ao setor rural e para a prestação de serviços para os pequenos produtores que não dispõem de máquinas agrícolas; criação do SIMPOA, objetivando orientar, fiscalizar e oferecer alimentos em melhores condições para a saúde pública dos munícipes.

Outras contribuições foram registradas, como a participação dos conselheiros na elaboração do Plano Diretor Municipal, na discussão da Lei Orgânica Municipal, na conscientização dos produtores sobre o manejo e destino das embalagens de produtos tóxicos, bem como no encaminhamento da solução para o lixo da cidade.

Quanto aos problemas ou dificuldades encontrados pelos conselheiros no desempenho de suas funções para o desenvolvimento do município, a pesquisa aponta os principais: nem todas as propostas identificadas e encaminhadas pelo conselho são executadas; a falta de executores remunerados, com funções definidas para desempenharem atividades específicas; o conselho, sendo somente consultivo e não deliberativo, perde parte de sua importância como instituição; a pouca integração com a Prefeitura Municipal; a falta de treinamentos para criar condições favoráveis ao espírito participativo e empreendedor dos conselheiros sobre suas funções e o papel do conselho na sociedade; o pouco interesse e participação da Prefeitura Municipal e dos produtores rurais; finalmente, faltam estratégias e meios para divulgar as ações do conselho e definir políticas agrícolas para o desenvolvimento do setor rural no município.

5.3. Perfil dos produtores rurais – Espírito Santo do Pinhal - 2001.

Os dados do perfil dos produtores rurais do município de Espírito Santo do Pinhal foram obtidos nas 63 unidades de produção, pesquisadas com a aplicação de questionários específicos (apêndice 1). Procurou-se alcançar, junto aos produtores, dados como áreas das propriedades, trabalhos empregados na produção, ocupação do solo, entre outras características que retratassem, dentro do possível, a realidade dos produtores do município.

Os resultados destes levantamentos estão representados na tabela 5, consolidados das tabelas 5.1 a 5.7, do apêndice 4.

A análise dos dados mostrou uma certa sintonia quanto ao perfil dos produtores, distribuída nos seis estratos (tabela 2). Também demonstrou que todos os entrevistados são proprietários (tabela 5). Saliente-se que a média de área das unidades produtivas é de 74,1 hectares (tabela 5.7).

Por outro lado, as figuras 2 e 3 sinalizam, por estrato, que as pequenas e médias unidades de produção de até 88,0 hectares, em número de 518, representando 81,8% do total, ocupam, em quantidades e porcentagens relativas, uma pequena área do município de 28,7%, enquanto as 115 unidades de produção com áreas acima de 88,0 hectares representam 18,2% do total, ocupando a maior área do município, com 71,3% (tabelas 1 e 2, citadas anteriormente).

Os fatos apontados indicam uma tendência de maior concentração da terra nestas unidades de produção, consideradas médias e grandes, pertencentes aos estratos de maiores áreas.

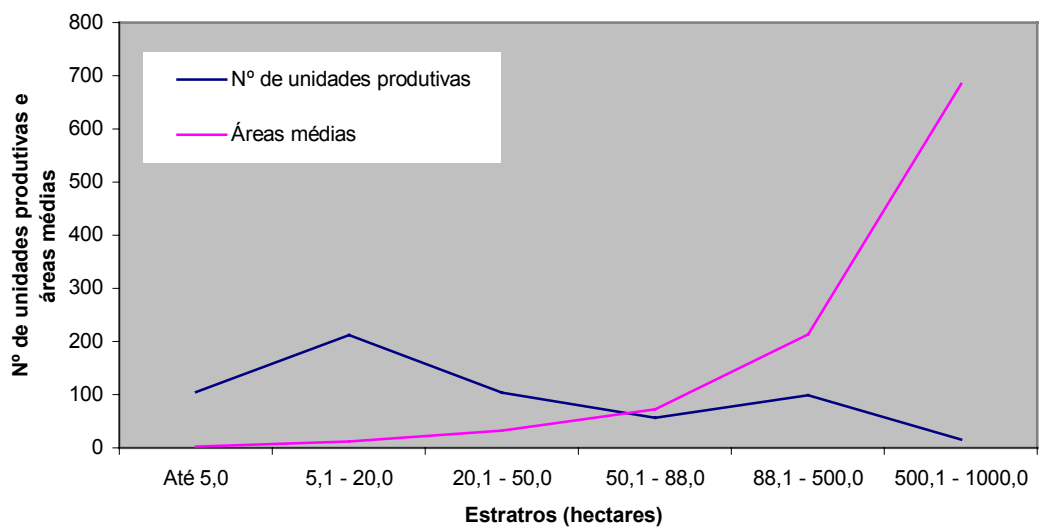


Figura 2 - Distribuição do número de unidades produtivas e áreas médias, em hectares, por estratos. Espírito Santo do Pinhal – 2001.

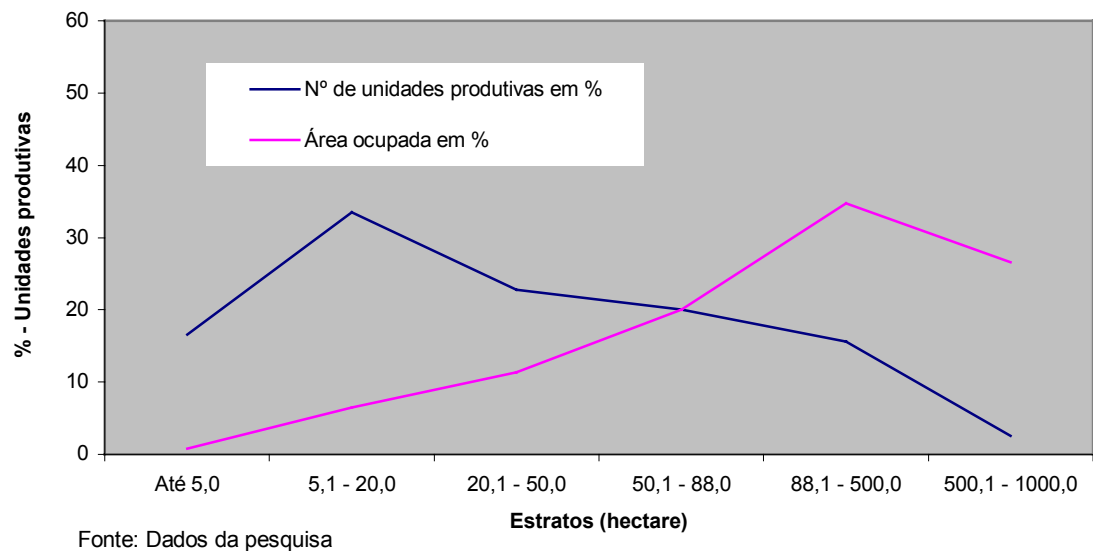


Figura 3 – Distribuição do número de unidades produtivas e ocupação da área, em porcentagens, por estratos – Espírito Santo do Pinhal – 2001.

Os dados levantados mostram que somente 27,0% dos produtores residem no meio rural com seus familiares, em número de 61 pessoas (da família). O

trabalho utilizado nas unidades de produção é realizado em 7,9% do total pelos familiares, em 47,2% por trabalhos temporários e em 44,8%, são permanentes (tabela 5).

Tabela 5 – Perfil dos produtores rurais – Espírito Santo do Pinhal - 2001.

Características	Número	Porcentagem
Condição do produtor:		
Proprietário	63	100,00
Outras	0	0,00
Residentes nas unidades de produção:		
Não	46	73,02
Sim	17	26,98
Formas de trabalhos:		
Familiar	60	7,92
Temporário	358	47,23
Permanente	340	44,85
Atividades econômicas não agrícolas:		
Não	59	93,65
Sim	4	6,35
Quais	--	Comércio
Nível de organização:		
Cooperativa	40	63,49
Sindicato	24	38,09
Associação	12	19,05
Conselho agrícola	3	4,76
Outras	0	0,00
Nenhuma	17	26,98
Uso de crédito rural:		
Não	33	52,40
Sim	30	47,60
Corrente	26	39,80
Especial	4	7,80
Qual	--	PRONAF
Atividade rural exclusiva:		
Sim	20	31,75
Não	43	68,25
Quais	--	Comércio, aposentado, outras.

Fonte: Dados da pesquisa

As principais explorações agropecuárias estão representadas pela cultura do café, ocupando 25,6% da área do município, seguida de outras atividades, como suinocultura, avicultura de corte, eqüinocultura, culturas do milho, feijão e do eucalipto, fruticultura e olericultura. Os usos de máquinas e equipamentos (como tratores, secadores) e insumos agrícolas (como adubos, defensivos), efetivamente

constatados no município, podem ser considerados indicadores do nível tecnológico empregado nas unidades de produção.

Das unidades produtivas analisadas, a minoria dos produtores (6,3%) desenvolve outras atividades econômicas comerciais não agrícolas e a maioria (93,7%) dedica-se exclusivamente às explorações agropecuárias.

O nível de organização dos produtores é representado por 63,5% de cooperados, 38,1% de sindicalizados, 19,1% de associados e 27,0% não pertencem a nenhuma forma de organização social. Vale lembrar que um produtor poderá estar associado a uma ou mais instituição social.

O crédito rural é utilizado por 47,6% dos produtores analisados, sendo que, destes, 39,8% usam o crédito corrente, 7,8% usam a modalidade especial PRONAF e a maioria (52,4%) não utiliza créditos para financiar suas atividades agropecuárias (figura 4).

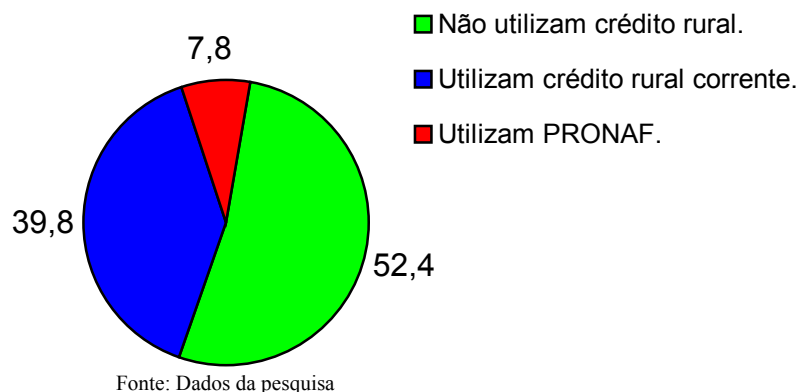


Figura 4 – Utilização de crédito rural, em porcentagem – Espírito Santo do Pinhal, 2001

Os produtores que se dedicam, exclusivamente, às atividades agrícolas são 31,7%, enquanto a maioria (68,3%) tem outras atividades fora do meio rural, complementando a renda familiar (tabela 5).

A tabela 2, que aparece anteriormente, mostra que as unidades de produção de até 88,0 hectares representam 81,8% do total, potencialmente familiares pelo critério de área. Em princípio, estas unidades poderiam ser atendidas pelo crédito familiar PRONAF; no entanto, incluídos na faixa mencionada, somente 6,3% dos produtores envolvidos na pesquisa, tiveram, no ano agrícola analisado, no município, acesso a esta modalidade de crédito.

Esta baixa adesão ao PRONAF pode estar ligada ao fato de que somente 27,0% dos produtores residem no meio rural, sendo que destes, apenas 31,8% desenvolvem atividades exclusivamente agropecuárias, o que impede a maioria de ser enquadrada na condição de agricultor familiar e, também, à pouca divulgação desta modalidade de crédito junto a este público alvo.

Conforme relata CARDOSO (2001), para esta modalidade de crédito PRONAF, houve naturais dificuldades de implantação na fase inicial, no Brasil, devido ao pouco conhecimento acerca do programa, bem como pela demonstração de pouco interesse, nesta etapa, por parte dos agentes financeiros. Mas, gradualmente, ainda com alguns entraves, o programa passou a ter desenvolvimento.

Uma análise comparativa do perfil dos conselheiros e dos produtores rurais mostra que todos os produtores são proprietários e 88,9% dos conselheiros também são produtores e proprietários (tabelas 3 e 5), fato este que sinaliza a ausência de representantes de outros segmentos da sociedade, não produtores, no conselho, tais como do setor comercial, industrial, ensino superior, associação dos engenheiros, entre outros.

Ficou constatado que todos os conselheiros estão vinculados a alguma forma de organização social, que representa os produtores, como cooperativa, sindicato e associações. Quanto aos produtores rurais, 27,0% não pertencem a nenhuma instituição associativa que os representa no município; este fato leva a recomendar a ação preferencial dos conselheiros na direção de integrar estes produtores, não associados, no processo associativo e nas atividades identificadas e programadas pelo conselho.

Por outro lado, 44,4% dos conselheiros exercem outras profissões fora do setor agropecuário, como comerciantes, autônomos e empregados, enquanto os produtores rurais (68,3%) também exercem profissões em outros setores econômicos, objetivando complementar a renda familiar. Esta realidade mostrada acima pode estar indicando que a maioria dos produtores do município não está conseguindo produzir o suficiente para sustentar a família com os resultados econômicos oriundos somente da produção do setor rural.

5.4. Funcionamento do CMDR na visão dos produtores rurais.

O questionário específico para produtores rurais foi composto de 13 (treze) questões, numeradas de 32 a 44, apresentando 3 (três) características (apêndice 1). As 4 (quatro) primeiras perguntas, numeradas de 32 a 35, são objetivas e buscam obter dos produtores, classificados por estratos, informações sobre o cumprimento dos objetivos pelo conselho, sugestões por parte dos produtores, consultas sobre o número de conselheiros e se a legislação pertinente atende às necessidades do conselho.

Para as 7 (sete) questões seguintes, numeradas de 36 a 42, foram propostas 5 (cinco) alternativas, as quais deveriam ser assinaladas pelos produtores de acordo com o seu entendimento e na ordem crescente de prioridade, entre um a cinco.

Este conjunto de questões teve como objetivo levantar, junto aos produtores, suas percepções sobre desenvolvimento rural sustentável local, finalidades do conselho, critérios mais utilizados para o estabelecimento de prioridades para o setor rural, participação das entidades na elaboração do PMDR, participação dos produtores na construção de propostas e no acompanhamento das soluções, mecanismos que o CMDR utiliza para articular as forças locais ligadas ao setor rural e dificuldades encontradas pelo conselho na execução de suas atividades.

As 2 (duas) últimas questões, numeradas de 43 a 44, são de caráter mais abrangente, onde os produtores poderiam se manifestar sobre o funcionamento

do conselho, indicando três ações, conforme seu conhecimento, que tenham contribuído para o desenvolvimento do setor rural e apontar três situações ou problemas que tenham dificultado o progresso do meio rural no município.

A visão dos conselheiros e dos produtores rurais, sobre o funcionamento do conselho, apresenta uma certa sintonia em relação à maioria dos temas propostos (tabelas 4 e 6). No entanto, 55,6% dos produtores desconhecem se o CMDR cumpre com seus objetivos junto ao meio rural, enquanto todos os conselheiros afirmam ter conhecimento sobre o cumprimento dos objetivos pelo conselho. Situação semelhante à anterior ocorre com relação ao fato do CMDR receber ou não solicitações, informações e sugestões dos produtores, onde 11,1% dos conselheiros não sabem, enquanto a maioria dos produtores (66,7%) desconhece o assunto.

Merece destaque o fato de 63,5% dos produtores desconhecerem a legislação sobre o funcionamento do conselho e também quanto a outros temas propostos, que mostram divergências de conhecimentos e entendimentos, entre os conselheiros e os produtores rurais, indicando a necessidade de maior divulgação e esclarecimentos por parte dos conselheiros junto aos produtores.

Estas divergências estão ocorrendo, de maneira especial, no que diz respeito à origem das propostas para o funcionamento do conselho, à participação dos produtores na definição de prioridades e na elaboração do PMDR para o setor rural do município e quanto às causas das dificuldades encontradas pelo CMDR no cumprimento do seu papel junto ao meio rural.

A análise das manifestações dos produtores, distribuídas nos 6 (seis) estratos, de acordo com as áreas das unidades de produção, sobre o funcionamento do conselho, pode ser observada na tabela 6, onde estão consolidados os dados detalhados no apêndice 5, nas tabelas 6.1 a 6.7.

A visão dos 63 produtores rurais pesquisados pode ser observada na tabela 6, onde somente 9,5% acreditam que o CMDR vem cumprindo com seus objetivos junto ao setor rural no município de Espírito Santo do Pinhal, 3,2% acreditam que não, 31,8% entendem que cumpre em parte e 55,6% não sabem informar sobre este assunto.

Tabela 6. Funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – Síntese dos produtores rurais – Espírito Santo do Pinhal –2001.

Características	Número	Porcentagem
O CMDR cumpre os objetivos:		
Sim	6	9,52
Não	2	3,17
Em parte	20	31,75
Não sabe	35	55,56
O CMDR recebe solicitações, informações e sugestões dos produtores :		
Sim	9	14,29
Não	12	19,05
Não sabe	42	66,66
Nove conselheiros são suficientes para representar no conselho:		
Sim	61	96,83
Não	2	3,17
A atual legislação atende às necessidades do conselho:		
Sim	11	17,46
Não	1	1,59
Em termos	11	17,46
Desconhece o assunto	40	63,49
Quanto ao conceito proposto de Desenvolvimento Rural Sustentável:		
Concorda totalmente	6	9,52
Concorda em parte	55	87,31
Discorda totalmente	0	0,00
Desconhece o assunto	2	3,17
Finalidades do CMDR:		
Cumprir exigências legais	6	9,52
Receber verbas públicas	3	4,76
Atender o setor rural	53	84,13
Atender interesses do conselho	0	0,00
Atender outras finalidades	1	1,59
Origem das propostas para o CMDR:		
Dos próprios conselheiros	11	17,46
Dos técnicos da área	22	34,92
Dos produtores rurais	27	42,86
Das autoridades do setor	3	4,76
De outras fonte	0	0,00

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6. Funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – Síntese dos produtores rurais – Espírito Santo do Pinhal –2001 (continuação).

Características	Número	Porcentagem
Participação no CMDR para a elaboração do PMDR:		
Dos membros do conselho	38	60,32
Dos técnicos da área	15	23,81
Dos produtores rurais	7	11,11
Das entidades do setor	1	1,59
Da Prefeitura Municipal	2	3,17
Participação dos produtores no CMDR:		
Passiva –recebe informações	30	47,61
Consultiva – sem interação	8	12,70
Funcional – cumpre objetivos	0	0,00
Interativa – cooperativa	1	1,59
Decisões próprias – individual	24	38,10
Mecanismos usados pelo CMDR:		
O PMDR	36	57,14
As verbas públicas	1	1,59
O cumprimento de leis	14	22,22
As forças locais	1	1,59
As reivindicações dos produtores	11	17,46
Causas das dificuldades do CMDR:		
Falta de participação dos produtores	32	50,79
Interferências políticas	4	6,35
Falta de executores	18	28,57
Falta de divulgação	5	7,94
Falta de continuidade das ações	4	6,35
Ações do CMDR que facilitam o desenvolvimento do município	- PMDR SIMPOA Patrulha mecanizada	
Problemas que dificultam as ações do CMDR e o desenvolvimento do município	- Falta de executores Falta orientação aos conselheiros Participação da Prefeitura Falta divulgação das ações do conselho Falta política agrícola	

Fonte: Dados da pesquisa

Entretanto, a categoria de produtores referentes a áreas de até 5,0 hectares, que representa as menores unidades de produção do município (apêndice 5; tabela 6.1), ao ser consultada sobre o funcionamento do conselho, mostrou completo desconhecimento sobre os temas abordados. Quando questionada a respeito do cumprimento dos objetivos pelo conselho no meio rural, todos os entrevistados afirmaram total desconhecimento das ações executadas pelo conselho.

A resposta apresentada por um dos agricultores da categoria analisada é bastante esclarecedora: “ *desconheço a existência do conselho. Deveria ser representativo de todos os produtores rurais, dando ampla divulgação de sua existência, funcionamento e ações desenvolvidas no município*”.

O maior número de produtores rurais concentra-se no estrato de unidades acima de 5,0 até 20,0 hectares (apêndice 5; tabela 6.2), iniciando-se, neste grupo, indicações acerca de conhecimento sobre a existência de algumas ações do conselho. Observa-se que 4,8% dos produtores têm conhecimento de que o CMDR vem cumprindo com seus objetivos junto ao setor rural, enquanto 38,1% afirmam que atende em parte os referidos objetivos e 57,1% alegam desconhecer o assunto.

A maioria dos grupos de produtores, distribuída por estratos de áreas, apresenta características semelhantes sobre o cumprimento dos objetivos pelo CMDR junto ao setor rural.

À medida que aumenta a área das unidades de produção, observa-se um grau de conhecimento maior dos produtores sobre as questões vinculadas ao CMDR. Estas características podem ser observadas no apêndice 5 (tabela 6.5), onde se nota que, dentre os produtores com áreas superiores a 88,0 até 500,0 hectares, 30,0% acreditam que o conselho cumpre com seus objetivos, 10,0% entendem que não, 40,0%, em parte e 20,0% não sabem informar.

Por outro lado, apenas 14,3% dos 63 produtores pesquisados entendem que o CMDR recebe solicitações, informações e sugestões dos agricultores, 19,0% acreditam que não e 66,7% desconhecem o assunto (tabela 6).

Cabe ressaltar que no estrato de unidades com áreas de mais de 50,0 até 88,0 hectares (apêndice 5; tabela 6.4), 50,0% dos participantes afirmam que o conselho não recebe sugestão dos produtores e 50,0% não sabem informar sobre o assunto tratado.

A este respeito, dois produtores desta categoria assim se manifestaram: “*temos conhecimento da existência do conselho, mas desconhecemos as ações por ele realizadas no município*”. Por outro lado, outro produtor relatou: “*conheço*

a existência do conselho e as atividades realizadas na conservação das estradas rurais do meu bairro”.

Somente 3,2% manifestaram preocupação em aumentar o número de participantes no conselho, passando de 9 (nove) para 12 (doze) elementos, enquanto 96,8% julgam este fato menos relevante, considerando que o importante no conselheiro é a sua qualidade e a sua representatividade (tabela 6).

No conselho de Espírito Santo do Pinhal, dadas as suas características próprias, situado em um município principalmente agrícola e de porte médio a pequeno, a maioria dos conselheiros entende que todos os segmentos ligados ao meio rural encontram-se representados com nove elementos, sendo este número considerado suficiente. Entretanto, esta representatividade pode variar para os casos de outros locais, levando-se em conta a complexidade dos municípios, principalmente o número de instituições vinculadas ao meio rural.

Quanto à adequação da atual legislação específica, 17,5% dos produtores entendem que satisfaz as necessidades do conselho, 1,6% acreditam que não, 17,5%, consideram que satisfaz apenas em termos e a maioria (63,5%) desconhece o assunto.

A pesquisa mostrou que a maioria dos produtores rurais desconhece a existência do conselho. Evidentemente, este fato leva também os produtores a desconhecerem os objetivos, forma de constituição e sistema de funcionamento do conselho.

No entendimento do chefe da Casa da Agricultura de Espírito Santo do Pinhal, “ *para o bom funcionamento do conselho seria necessária a existência de uma Secretaria Executiva específica, sediada em uma instituição do município, inclusive na própria Casa da Agricultura, uma vez que o CMDR é um órgão perene que permite a continuidade das ações programadas, independente das mudanças periódicas da política local*”.

As questões seguintes procuram identificar a percepção dos produtores quanto ao funcionamento do conselho e suas dificuldades para articular o processo de desenvolvimento no município. Neste sentido, observa-se que somente 9,5% dos produtores concordam totalmente com o conceito de

desenvolvimento rural sustentável, a ser alcançado com mudanças na estrutura fundiária, acesso à terra, melhoria nas condições ambientais, uma nova agricultura baseada na agroecologia e no aumento da renda para o setor rural, enquanto 87,3% concordam em parte e 3,2% desconhecem o assunto.

No entendimento do DESER (1997), sobre esta questão, é muito importante cada município ter o seu plano de desenvolvimento local, mas não se pode ter a ilusão de que o uso de forças locais será suficiente para viabilizar este processo. É fundamental que o plano local esteja integrado e sustentado em nível micro-regional, estadual e nacional. O Estado cumpre um papel fundamental de agente promotor e regulador do desenvolvimento econômico e social, colocando como objetivos estratégicos a distribuição de renda, a descentralização do poder político e econômico e a busca de um desenvolvimento sustentável.

Quanto à origem e às finalidades do CMDR, na visão dos produtores, 9,5% acreditam que foi criado para cumprir exigências legais, 4,8%, para receber verbas públicas, 84,1%, para atender ao setor rural e 1,6%, para outras finalidades.

A este respeito, o presidente do CRDR, da região de São João da Boa Vista, assim se manifestou: *“a maneira de se formar o conselho foi torná-lo uma exigência legal para o repasse de certas verbas”*. Informou, também, que a escolha dos participantes para compor o CMDR recaiu sobre pessoas que, no entender da prefeitura, eram representantes da sociedade no setor agropecuário e que tivessem alguma ligação com as entidades de classe. O presidente acredita que falta um elo de ligação entre o CMDR e o CRDR, bem como entre este e os demais órgãos superiores.

Na visão do presidente do CRDR, está se iniciando um processo de integração vertical do CMDR com o CRDR e horizontal do CRDR com as câmaras setoriais. A maior dificuldade encontrada é a falta de coordenação, uma vez que estes acontecimentos estão ocorrendo de maneira informal e voluntária, trazendo como resultado uma satisfação pessoal por ter feito algo de concreto pela região, município e sociedade do meio rural, ou seja, os fatos não têm ocorrido através de uma coordenação organizada institucionalmente.

Os critérios adotados para definir prioridades para o setor rural têm, como origem, 17,5% dos próprios conselheiros, 34,9% dos técnicos da área agrícola, 42,9% dos produtores rurais e 4,8% das autoridades envolvidas com o meio rural, na opinião dos produtores consultados.

Os projetos e ações propostas por órgãos ou instituições externas nem sempre atendem às necessidades locais; estas atividades devem nascer da participação conjunta da própria comunidade. De acordo com o chefe da C.A., *“as ações locais devem ser coordenadas pelas entidades do setor, que têm maiores conhecimentos dos problemas rurais, enquanto as ações de origens externas, como campanha da vacinação bovina, devem ser adequadas à realidade do município e executadas atendendo aos interesses e anseios dos produtores e da sociedade”*.

Com relação às definições de prioridades para a elaboração do PMDR, na visão dos agricultores, o CMDR conta com a participação de 60,3% dos conselheiros, 23,8% dos técnicos da área agrícola, 11,1% dos produtores rurais, 1,6% das entidades que representam o setor e 3,2% da Prefeitura Municipal.

Na visão de MARTIN (1998), a participação dos diferentes segmentos representativos do município deve ser constante, iniciando na definição das demandas, das escolhas das prioridades e na execução, fiscalização e avaliação do plano. Esta visão diferencia, em parte, da realidade dos produtores analisados, que centraliza este procedimento nos conselheiros e técnicos.

A participação dos produtores na elaboração de propostas e no acompanhamento das soluções ficou assim distribuída: para 47,6% dos produtores, a participação foi passiva, ou seja, são informados do que vai acontecer ou já aconteceu nas formulações das propostas e nos acompanhamentos pelo CMDR; para 12,7%, foi consultiva, ou seja, os produtores relatam os problemas para os conselheiros, mas sem interagir na elaboração de propostas e soluções; para 1,6%, interativa, significando que os produtores participam de forma cooperativa, interagindo com as ações e análises conjuntas no CMDR e para 38,1%, individual, isto é, os produtores tomam iniciativas próprias para mudar a situação do meio rural, independente das ações do conselho. Não

houve indicações de participação funcional, com os produtores fazendo parte de grupos que cumprem objetivos pré-estabelecidos em ações do conselho.

No entendimento do presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Pinhal, *“o CMDR é um fórum de discussão e de formulação de políticas agrícolas do município ao qual pertence. Os conselheiros centralizam as idéias, discutem no conselho e formulam o plano para o desenvolvimento do meio rural. A participação dos produtores depende da divulgação das ações e da forma de trabalho do conselho. Isto é fundamental para sensibilizar os produtores a se envolverem com as ações do conselho”*.

O CMDR utiliza mecanismos para estimular e articular as forças locais, visando a promover o desenvolvimento do município. A este respeito, dentre os instrumentos usados, o conselho conta com 57,1% do PMDR como principal mecanismo. Por outro lado, 1,6% são devidos às verbas oficiais, 22,2% são o cumprimento de leis, 1,6% são as forças locais e 17,5% são as reivindicações dos produtores rurais.

A implantação de um plano municipal, em que a agricultura seja considerada uma das prioridades, constitui o caminho a percorrer para o desenvolvimento econômico-social desses municípios pequenos e médios, onde a agricultura é um dos principais agentes propulsores do desenvolvimento comercial, industrial e dos serviços, como relata MARTIN (1998).

A proposta, aprovada pelo conselho e em fase de execução, consta da divisão da área total do município em quatro quadrantes, estrategicamente definidos, envolvendo todos os bairros rurais, sendo que, para cada quadrante, está prevista a criação de uma associação de produtores rurais. Com a descentralização das ações do conselho, são realizadas reuniões periódicas mensais nestes bairros rurais, com a participação dos produtores e seus familiares. Destas reuniões, resultou a criação de uma associação, legalizada e em funcionamento. A constituição da segunda associação está em fase de discussão e, em breve, deverá ser também criada e legalizada. Assim que a associação constituída vai tornando-se auto-suficiente, o conselho retoma o processo no quadrante seguinte, até completar a formalização das quatro

associações, previstas para conclusão em médio prazo, de aproximadamente um ano de atividades (CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 2001).

A mencionada estratégia vem contribuindo de forma decisiva para aumentar a participação dos produtores e das entidades do setor nas ações do conselho e na discussão e condução das reivindicações locais do meio rural.

Quanto às principais dificuldades encontradas pelo CMDR na execução de suas funções, os produtores entendem que se devem à falta de participação dos agricultores (50,8%), às interferências políticas (6,3%), à falta de executores (28,6%), à falta de divulgação das ações (7,9%) e à falta de continuidade nas ações programadas (6,3%). Portanto, ficam claramente caracterizadas as limitações quanto ao processo participativo e quanto às ações executivas.

Segundo MONTEIRO (1990), a cooperação entre os Poderes Executivo e Legislativo, bem como a participação ativa das principais lideranças da comunidade é condição essencial para a execução bem sucedida do plano.

Com relação aos fatos registrados, um produtor rural assim se manifestou: *“o membro do conselho é o representante da classe que, ao fazer reivindicações, vai de encontro com aquilo que os produtores gostariam que fosse feito, sendo muito importante a comunicação direta do conselho com o Poder Executivo por intermédio de um interlocutor, cabendo detectar as necessidades do setor rural. O membro do conselho deve estar ligado a uma associação de classe, onde exista uma estrutura já formada com meios de comunicação para contribuir na difusão das ações do conselho”*.

Os resultados da pesquisa mostram as principais ações do CMDR que têm contribuído para o desenvolvimento do município, como sendo a elaboração do PMDR, a implantação da patrulha mecanizada rural e a criação do SIMPOA. Foram levantados, também, como principais problemas ou dificuldades existentes no município, a falta de alternativas econômicas, a tradição e a monocultura do café, a falta de união dos produtores, a falta de política agrícola adequada e a perda do poder político do município.

6. CONCLUSÕES

Esta pesquisa sobre o Papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Espírito Santo do Pinhal (CMDR) abordou primeiramente o perfil dos conselheiros, revelando a existência de uma faixa etária elevada, situando-se acima dos 50 anos. A permanência média dos conselheiros, como representantes do setor rural, no conselho, é de aproximadamente sete anos.

Entretanto, a SAA define que este mandato deve ser de dois anos, com a possibilidade de uma reeleição. Portanto é recomendável e salutar que o período previsto seja respeitado, dando assim oportunidades para o aparecimento de novas lideranças no meio rural e, ao mesmo tempo, para possibilitar a participação de jovens no conselho. Também, convém que exista uma paridade entre o número de produtores ligados diretamente à produção agrícola e o número de representantes de trabalhadores do meio rural e de órgãos públicos e privados de todos os setores do município, pois é um direito constitucional.

Em sua maioria os conselheiros são produtores com nível de escolaridade superior, o que mostra tendência destas lideranças rurais em possuírem maior grau de instrução e deterem mais informações junto às entidades locais.

Ficou caracterizada a ausência de outras categorias de agricultores não proprietários e de outras entidades públicas e privadas no conselho, pois os integrantes do conselho se auto-identificam, em sua maioria, como produtores-proprietários vinculados às atividades agropecuárias. Em relação ao nível de organização dos conselheiros, todos pertencem a uma ou mais instituições sociais, como cooperativas e sindicatos, contrastando com a maioria dos agricultores do município, que apresenta pouco nível organizacional.

Estes fatos justificariam a ausência de outras pessoas não produtoras, como representantes de entidades e de jovens no conselho, dificultando o processo de renovação e representatividade, limitando a atuação do conselho junto ao meio rural.

A expectativa de resultados imediatos, no início, definiu a dinâmica do funcionamento do conselho, condicionando o ingresso da maioria dos

conselheiros por um processo direto de indicação por parte das entidades que seriam representadas.

Sobre o gerenciamento do conselho, um dos temas em debate é a necessidade de se criar um cargo, com função específica, como o de gerente de projetos, remunerado, ocupado por uma pessoa habilitada e que deverá ser contratada ou designada por uma instituição pública, quando ocorrer a sua efetivação.

As experiências conhecidas de implantação deste modelo participativo de desenvolvimento com previsão de remuneração para a execução de funções específicas são ainda isoladas, não encontrando respaldo suficiente em organismos governamentais.

No entanto, para alcançar o desenvolvimento local integrado e sustentável, é recomendada a participação efetiva dos organismos de desenvolvimento governamentais de diferentes níveis, como do município, da região, do estado, da união, do setor privado e da sociedade civil. Esta participação deve acontecer, basicamente, de forma voluntária, para os conselheiros; e de forma remunerada, para as funções executivas específicas, como as de conservador de estradas rurais, operador de máquinas agrícolas e outras atividades.

A estrutura da secretaria executiva do conselho deve ser financiada pela Prefeitura Municipal, que pode alocar profissionais que já integram o quadro de funcionários. Evidentemente, os recursos municipais podem ser complementados por aporte dos governos federal e estadual para a realização de despesas de acompanhamento, controle e avaliação do PMDR.

Neste sentido, o PDM de Espírito Santo do Pinhal (1992) destacava a importância do CAM para viabilizar a política de desenvolvimento rural, inclusive com a possibilidade de dotação orçamentária proveniente de organismos governamentais. Apesar da previsão de recursos orçamentários no PDM, o CMDR de Espírito Santo do Pinhal ainda não obteve êxito. A falta de alocação destes recursos para viabilizar as atividades administrativas, estratégias de comunicação social e de divulgação das atividades compatíveis com a realidade local vêm dificultando a execução de suas principais ações programadas.

Por outro lado, o conselho vem encontrando dificuldades no acompanhamento, fiscalização e avaliação do PMDR, principalmente pela falta de recursos financeiros e da participação dos produtores rurais, que têm adotado uma postura passiva e consultiva em relação às atividades do conselho.

Estas dificuldades encontradas pelo conselho no desempenho de suas funções podem ser explicadas também pela falta de instrumentos políticos de participação da sociedade civil e dos organismos governamentais, como a necessidade da reorganização institucional do Estado nas áreas de pesquisa e de extensão rural, na definição e intervenção das estratégias públicas, em especial para o meio rural.

Há, ainda, outros aspectos que dificultam a condução das atividades pelo conselho: as ações individuais dos agricultores, tomando iniciativas próprias no sentido de mudar a situação do meio rural; a falta de continuidade das atividades programadas; a deficiência na divulgação das ações implantadas pelo conselho; e a ausência de executores dos programas elaborados e aprovados.

Outras situações a serem consideradas sobre o desenvolvimento local integrado e sustentável no município dizem respeito à falta de interesse, à baixa motivação e ao pouco entendimento dos produtores sobre as vantagens e possibilidades para a implantação de um processo participativo e mais solidário de desenvolvimento rural.

A possibilidade de sucesso do CMDR em sua missão está associada à sua capacidade de articulação e de encaminhamento das soluções para superar as dificuldades encontradas.

Cabe ressaltar que um número representativo dos produtores, distribuído em todos os estratos de áreas, não está vinculado a nenhuma forma de organização. Portanto, pode-se considerar que constituem um grande potencial a ser trabalhado pelo conselho, enquanto os outros agricultores que apresentam um nível razoável de organização podem ser trabalhados com menor potencial de ação dos conselheiros. Isto mostra a necessidade da adoção de estratégias diferenciadas pelos conselheiros na condução das mudanças quanto às ações a

serem implantadas, no sentido de contribuir de maneira mais eficaz para o desenvolvimento do município.

A pouca participação dos produtores e das entidades pode estar interferindo na definição e execução das prioridades para o município, uma vez que as propostas vindas dos órgãos ou instituições externas nem sempre atendem às necessidades locais. A experiência do conselho de Espírito Santo do Pinhal mostra que as iniciativas tomadas de forma participativa com a comunidade, coordenada pelas entidades representativas do setor rural e adequadas à realidade do município, como a campanha da vacinação bovina contra a febre aftosa, coletas seletivas de lixo não orgânico nos bairros rurais, recolhimento e destinação das embalagens usadas de agrotóxicos, vêm atendendo aos interesses e anseios da comunidade rural. Portanto, com resultados valiosos para o município.

Os dados mostram que todos os agropecuaristas são proprietários e os que residem nas unidades de produção com seus familiares constituem minoria, o que revela uma diminuição do trabalho familiar no campo e um aumento do trabalho temporário e permanente. Isto mostra, para o conselho, que os proprietários e seus familiares estão se afastando das atividades rurais e que as metodologias de ação a serem implantadas, devem contemplar, também, este público de executores presentes no meio rural.

As ações na agropecuária são dirigidas predominantemente para a monocultura do café, que ocupa área significativa do município, revelando a concentração de atividades neste segmento do agronegócio local. Este fato pode estar inibindo o surgimento de novas alternativas agropecuárias para o município, como a fruticultura, olericultura, criação de pequenos animais e outros produtos básicos, refletindo no menor uso do crédito rural pelos agricultores, uma vez que menos de 50,0% dos produtores têm acesso a estes recursos.

Por outro lado, somente 7,8% da amostra dos agricultores potencialmente familiares, possuidores de unidades produtivas com áreas de até 88,0 hectares, utilizam a modalidade de crédito rural familiar PRONAF, apesar deste segmento analisado conter 81,8% dos agropecuaristas do município. Esta baixa adesão ao

PRONAF, dos produtores pesquisados no município, pode estar ligada à falta de divulgação deste programa, concentração de atividades econômicas no agronegócio café, poucos produtores residirem no meio rural, baixo uso da mão-de-obra familiar e ao pouco empenho das instituições financeiras em conceder financiamentos através do referido programa.

Nesta categoria de produtor, pertencente ao segmento de até 88,0 hectares, está a possibilidade do conselho e das entidades envolvidas desenvolverem ações locais efetivas, no sentido de ampliar o uso do referido programa de crédito, aumentando a participação dos agricultores, influenciando na diversificação das atividades no meio rural e criando alternativas econômicas para o município.

A visão sistêmica e o enfoque participativo da existência e funcionamento do conselho trazem a possibilidade da busca interativa da comunidade para solução dos problemas do meio rural. Neste sentido, observa-se que a maioria dos agricultores desconhece os objetivos do conselho junto ao setor rural, comprometendo, significativamente, a possibilidade de participarem e de contribuírem com sugestões para a execução do PMDR e para a implantação de programas ou atividades do setor.

Em relação a estes agricultores, a participação tem sido, sobretudo passiva e individual e, em seguida, consultiva, de forma que eles relatam os problemas, mas não participam da elaboração de propostas e possíveis soluções. Esta realidade mostra que os agropecuaristas não colaboram de forma cooperativa, não interagindo com as ações e análises conjuntas das atividades programadas. Estes fatos vêm dificultando na coordenação do PMDR, uma vez que os produtores são parte responsável pela execução, continuidade dos trabalhos e também beneficiários que contribuem para o desenvolvimento do município e da região.

Os resultados indicam a necessidade de um sistema de orientação educacional e tecnológico através de palestras e cursos, voltados para o atendimento das necessidades dos conselheiros e agricultores, com enfoque

sobre o papel do conselho na sociedade e a sua missão para articular o processo de desenvolvimento rural sustentável local.

Cabe destacar que o principal mecanismo que o CMDR dispõe para articular as forças locais do município, na direção do desenvolvimento do meio rural, é o PMDR. Deste plano, resultaram ações que vêm contribuindo para o desenvolvimento do município, dentre as quais são destacadas: a criação da patrulha mecanizada rural, o serviço de inspeção municipal de produtos de origem animal (SIMPOA), bem como estratégias para promover, organizar e fortalecer os produtores do município, como a criação de associações por setores rurais do município.

A estratégia que vem sendo adotada recentemente pelo conselho, criando condições para a organização dos agricultores em associações, por quadrantes do município, está contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento do meio rural, conforme relatado anteriormente. Esta estratégia adotada, com bons resultados no município estudado, poderia ser adaptada e experimentada em outros municípios do estado, com a devida coordenação do conselho.

As experiências constatadas no município de Espírito Santo do Pinhal, em função das ações do CMDR e pela existência do PMDR, possibilitam estabelecer diretrizes e ações efetivas para o desenvolvimento rural do município e, ao mesmo tempo, através do processo adotado, é possível obter uma percepção das características, dos problemas que estão acontecendo, para tomadas de decisões e, também, das eventuais pesquisas e estudos gerais que devem ser elaborados, com o objetivo de efetivar melhorias nas condições de vida dos produtores rurais.

Uma destas possíveis medidas seria o estabelecimento de convênios com centros oficiais de pesquisas e ONG's, integrando os agricultores através da extensão rural. Os PMDRs devem prever a atuação de pesquisadores, desde o processo de diagnóstico até a geração e ou adequação das pesquisas voltadas ao desenvolvimento sustentável do meio rural, estendendo estas medidas ao longo de toda a cadeia produtiva, principalmente da agricultura familiar e de pequenas e médias agroindústrias.

As diretrizes e ações definidas nos planos pelos conselhos de cada município poderiam ser analisadas nos CRDRs e, de forma sistematizada, constituírem instrumentos importantes para as políticas agrícolas no Estado de São Paulo, uma vez considerado o conjunto dos municípios.

É fundamental que cada município tenha o seu PMDR local, mas não se pode ter a ilusão de que somente o uso de forças locais é suficiente para viabilizar este processo. É necessário que o plano local seja integrado e sustentado em nível microrregional, estadual e federal, de modo que cada nível deve cumprir com o papel básico de agente promotor e regulador do desenvolvimento econômico e social, com sustentabilidade.

Esta experiência do CMDR de Espírito Santo do Pinhal indica a necessidade de estudos sobre a integração vertical e horizontal do sistema, ou seja, a coordenação das ações dos conselhos municipais com os regionais e os demais órgãos superiores, vinculados às questões do meio rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Joaquim Anécio. **Pesquisa em Extensão Rural: Um Manual de Metodologia**. Brasília: MEC/ ABEAS, 1989. 182 p.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei 2.209-A, de 23 de novembro de 1927. Dispõe sobre a criação do **Conselho Superior do Ensino de Agricultura do Estado**. Diário Oficial do Estado, São Paulo, 4 de dezembro de 1927.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Imprensa Oficial do Estado. São Paulo: IMESP, 1988. 48 p.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. **Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro**: incorporando a noção de desenvolvimento local. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, SOBER, 1999. Disponível em: <http://www.desenvolvimentoagrario.gov.br/espaco/pubs/pubs.htm>. Acesso em: 20/agosto/2001.

CAPRIGLIONE, Sandra Maria Lopes. **Relato da Experiência do Instituto Municipal de Administração Pública**: evento comemorativo. São Paulo: CEPAM, 1998. 104 p.

CARDOSO, João Luiz. **Política de Financiamento Rural**: antecedentes e perspectivas. 13 p. versão preliminar. Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2001. Trabalho não publicado.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. Rio de Janeiro, 1992.

CONSELHO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Casa da Agricultura de Espírito Santo do Pinhal. **Atas das reuniões realizadas de dez. 1990 a abr. 1998, n. 01 a 12.** Livro 01. p. 1-18.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL. Casa da Agricultura de Espírito Santo do Pinhal. **Atas das reuniões realizadas de nov. 1998 a maio 2001, n. 13 a 23.** Livro 01. p. 18-32.

_____, Casa da Agricultura de Espírito Santo do Pinhal. **Ata da reunião realizada em novembro de 2001.** Livro 01. p. 35-36.

DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS – DESER. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local.** Municipalização: Diretrizes de Desenvolvimento e Propostas de Políticas Públicas. Curitiba, 1997. 25p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Plano Diretor da EMBRAPA:** Realinhamento Estratégico 1999/2003 e Projetos Gerenciais da Diretoria Executiva. Brasília, cap. I, p. 13-16. 2000.

ESPÍRITO SANTO DO PINHAL. Lei Orgânica (1990). **Lei Orgânica do Município de Espírito Santo do Pinhal:** promulgada em 5 de abril de 1990. Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, 1990.

_____, Lei 1.744, de 29 de nov. de 1990. Dispõe sobre **Atribuições do Conselho Agrícola Municipal.** Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, 1990.

_____, Lei 1.861, de 9 de abr. de 1992. Dispõe sobre **Plano Diretor Municipal e outras providências.** Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, 1992. 43 p.

_____, Lei 2.382, de nov. 1998. Dispõe sobre **criação e atribuições do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e outras providências**. Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, 1998.

FLORES, Murilo. O desenvolvimento local: um caminho para o Novo Mundo Rural. Desafios e perspectivas. In: **o agronegócio brasileiro**. Brasília: SOBER, v. I, p. 187-193, 1998. 1062 p.

FRANCO, Augusto de. **Desenvolvimento local integrado e sustentável**: dez conceitos, São Paulo: proposta, n. 78, p. 6-19, 1998.

FUNDAÇÃO FARIA LIMA. **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural**: Orientação para o Município. São Paulo: CEPAM, Série Manuais 6, 1994. 41 p.

_____, **Conselhos Municipais das Áreas Sociais**. São Paulo: Informativo CEPAM, n. 1, ano I, 2000. 115 p.

GOMES, G. M. (1995). In: **Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/redesert/desus.html>. Acesso em: 08/maio/2001.

GOVERNO DA UNIÃO. Dec. 22.914, de jul. de 1933. **Conselho Técnico da Produção do Ministério da Agricultura e outras providências**, Diário Oficial da União (DOU), Brasília, jul. de 1933.

_____, Dec. 3.200, de 6 de out. de 1999. Dispõe sobre **Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural**. Diário Oficial da União (DOU), Brasília, 7 de outubro de 1999.

MARTIN, Nelson Batista, et al. **Subsídios para Elaboração de Plano Diretor Agrícola Municipal**. São Paulo: Informações Econômicas, v. 28, n. 4, p. 33-44, 1998.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística Geral e Aplicada**. São Paulo: Atlas 2001. 224 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Novo Mundo Rural**. Data Terra. 2001. Disponível em: <http://www.dataterra.org.br/Documentos/mundorural.htm>. Acesso em: 06/ abril/ 2001.

_____, Secretaria da Agricultura Familiar. **Plano de Safra 2001/2002 para Agricultura Familiar**. Brasília: PRONAF, 2001. 11 p.

_____, Secretaria da Reforma Agrária. **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sra4.htm>. Acesso em: 21/julho/2002.

MONTEIRO, José de Anchieta. **Subsídios para Elaboração de Plano Diretor Agrícola Municipal**. São Paulo: Informações Econômicas, v. 28, n. 4, p. 33-44, 1998.

MONTORO, Franco. **O Município e o Exercício da Democracia**. In: As Organizações Sociais na Esfera Municipal. São Paulo: Fundação Faria Lima. p.12-20, 1998.

MOREIRA, Mariana. **Questões para Implementação das Organizações Sociais nos Municípios**: Evento Comemorativo. São Paulo: CEPAM, 1998. 104 p.

PETTER, Luís Rudimar; Waquil, Paulo Dabdab. **Metodologia para determinação da sustentabilidade do desenvolvimento rural**: uma demarcação municipal. Rio Grande do Sul: Universidade Federal, Sumário, p. 1 – 19, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural**. Campinas, 2000. 18 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural**. Espírito Santo do Pinhal, 1996. 18 p.

_____, **Censo Demográfico**. Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, 2000.

SÃO PAULO. Constituição (1989). **Constituição do Estado de São Paulo**. Promulgada em 05 de outubro de 1989. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado - IMESP, 1989. 48 p.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, de jun. 1913. **Relações das Comissões Municipais de Agricultura**. São Paulo: Boletim de Agricultura, Série 14, n. 6, 1913.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto 4.812, de 31 de dez. de 1930. Dispõe sobre **Conselho Consultivo Econômico**. São Paulo: Diário Oficial do Estado, 3 de jan. de 1931.

_____, Decreto 21.326, de 1 de abr. de 1952. Dispõe sobre **Conselho de Política da Agricultura**. São Paulo: Boletim de Agricultura, Série 53 a, n. único, 1952.

_____, Decretos 47.799 e 48.019, de 1967. Dispõe sobre **Conselho Técnico de Coordenadores Regionais e os Conselhos Agropecuários Municipais**. São Paulo, 1967.

_____, Decreto 48.228, de 1967/69. Dispõe sobre **Conselho Agrícola Municipal**. São Paulo, 1969.

_____, Decreto 11.138 e 16.877, de 1978/81. Dispõe sobre a **Organização da Secretaria da Agricultura**. São Paulo, 1981.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano Agrícola Municipal (PAM)**: nova forma de participação. São Paulo, 1983. 4 p.

_____, Decreto 35.673, de 14 de set. de 1992. Dispõe sobre **Sistema Estadual Integrado de Agricultura Abastecimento**. São Paulo: Diário Oficial do Estado, 15 de set. de 1992.

_____, Decreto 40.103, de 25 de maio de 1995. Dispõe sobre a **Organização do Sistema Integrado de Agricultura e Abastecimento**. São Paulo: Diário Oficial do Estado, Seção I, v. 105, n. 99, p.1-2, 26 de maio de 1995.

_____, Decreto 41.718, de 16 de abr. de 1997. Dispõe sobre a **Reformulação do Sistema Integrado de Agricultura e Abastecimento**. Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, São Paulo, p. 5 – 6, 17 de abr. de 1997.

_____, Decreto 43.919, de 31 de mar. de 1999. Dispõe sobre a **Nova Redação dos Decretos 40.103 e 41.718**. São Paulo: Diário Oficial do Estado, seção I, p.1, 01 de abril de 1999.

_____, Resolução SAA, 8, de 14 de maio de 1997. Dispõe sobre a criação do **Grupo de Apoio Tecnológico**. São Paulo: Diário Oficial do Estado, 15 de maio de 1997.

_____, Resolução SAA, 10, de 27 de junho de 1997. Dispõe sobre a criação do **Regimento Interno para funcionamento do CMDR**. São Paulo: Diário Oficial do Estado, 28 de junho de 1997.

_____, Decreto 44.046, de 24 de jun. de 1999. Dispõe sobre a **Reorganização do Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento**. Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, São Paulo, 25 de jun. de 1999.

_____, Decreto 44.642, de 6 de jan. de 2000. Dispõe sobre a **Alteração do Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento**. Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, São Paulo, 7 de jan. de 2000.

SERVIÇO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA. **Diagnóstico Municipal e Plano de Ação**. Programa de Emprego e Renda (PRODER). Espírito Santo do Pinhal, 1999. 90p.

SHIMIZU, Hélio Yassutaka. **A Atividade Agropecuária na Região Metropolitana de Campinas**: Subsídios para a elaboração de plano municipal de desenvolvimento rural. 123 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO DE INFORMAÇÕES GERAIS PARA CONSELHEIROS

Nome:.....

Assinale com um (X) uma ou mais alternativas que julgar mais corretas.

1. Idade do entrevistado:..... anos.

2. Nível de escolaridade

() 1.º grau; () 2º grau; () 3º grau ; (completos)

3. Como você se auto-identifica?

() proprietário / produtor rural

() produtor rural / arrendatário / outro

() comerciante

() funcionário

() outro

4. É associado de alguma organização social ou econômica como:

() cooperativa; () sindicato; () associação; () outras; () nenhuma

5. Você está vinculado exclusivamente às atividades agropecuárias?

() sim; () não; quais atividades?

QUESTIONÁRIO DE INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA CONSELHEIROS

Nome:.....

Assinalar com um (X) a resposta que julgar mais correta.

6. Há quanto tempo você é conselheiro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) de Espírito Santo do Pinhal? anos.
7. Seu ingresso no CMDR se deu por:
() eleição; () indicação; () nomeação direta pelo prefeito
8. O CMDR vem cumprindo com seus objetivos junto ao setor rural?
() sim; () não; () em parte; () não sabe
9. O CMDR recebe solicitações, informações e sugestões dos produtores rurais?
() sim; () não; () não sabe
10. O atual número de componentes do CMDR é suficiente para representar o setor rural?
() sim; () não; () sugestão de número ideal
11. Você entende que a atual legislação a respeito do CMDR atende as necessidades?
() sim; () não; () em termos; () desconhece

Assinalar as respostas, em ordem de prioridade, de 01 a 05.

12. O desenvolvimento rural sustentável local será alcançado com mudanças na estrutura fundiária, acesso à terra, melhoria nas condições ambientais, uma nova agricultura baseada na agroecologia e no aumento da renda para o setor rural.

- ☐ concorda totalmente
- ☐ concorda em parte
- ☐ discorda totalmente
- ☐ desconhece o assunto

13. Na sua visão, o CMDR foi criado com a finalidade de:

- ☐ cumprir com finalidades ou exigências legais
- ☐ receber verbas do Estado ou da União
- ☐ atender as necessidades do setor rural
- ☐ atender aos interesses dos conselheiros
- ☐ atender a outras finalidades

14. Os critérios atuais mais utilizados para o estabelecimento de prioridades para o setor rural no município têm como origem as propostas:

- ☐ do próprio conselho agrícola
- ☐ dos técnicos da área agrícola
- ☐ dos produtores rurais
- ☐ das autoridades envolvidas
- ☐ de outras fontes

15. Na elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) e na definição de prioridades para o setor rural, o CMDR conta com a participação mais efetiva:

- ☐ dos membros do conselho agrícola
- ☐ dos técnicos da área agrícola
- ☐ dos produtores rurais
- ☐ das entidades que representam o setor rural
- ☐ da Prefeitura Municipal

16. Como você tem observado a participação dos produtores rurais, na elaboração de propostas e no acompanhamento das soluções, para o setor rural, pelo CMDR?

- ☐ participação passiva: sendo informados do que vai acontecer ou já aconteceu nas formulações das propostas e nos acompanhamentos
- ☐ participação consultiva: relatando os problemas mas sem interagir na elaboração de propostas e soluções
- ☐ participação funcional: fazendo parte de grupos que cumprem objetivos pré – estabelecidos em ações do CMDR
- ☐ participação interativa: os produtores participam de forma cooperativa, interagindo com as ações e análises conjuntas
- ☐ participação por decisões próprias: os produtores participam tomando iniciativas próprias para mudar a situação do setor rural, independente das ações do CMDR

17. Os mecanismos que o CMDR utiliza para estimular a articulação das forças locais ligadas ao setor rural são principalmente:

- ☐ o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
- ☐ as verbas oferecidas pela União, Estado e Município
- ☐ o cumprimento das leis específicas para o setor rural
- ☐ a participação espontânea das forças locais
- ☐ as reivindicações dos produtores rurais

18. As dificuldades encontradas pelo conselho na execução de suas atividades no setor rural do município estão vinculadas principalmente:

- () pela falta de participação dos produtores nas ações do conselho
- () pela interferência política nas decisões do conselho
- () pela deficiência ou falta de executores das ações programadas
- () pela falta de divulgação das ações do conselho
- () pela falta de continuidade nas ações das atividades planejadas

19. Indique três ações do CMDR que têm contribuído para o desenvolvimento do setor rural no município:

- a).....
- b).....
- c).....

20. Indique três situações ou problemas que têm dificultado o desenvolvimento do setor rural no município:

- a).....
- b).....
- c).....

**QUESTIONÁRIO DE INFORMAÇÕES GERAIS PARA PRODUTORES
RURAIS**

Nome:.....

Unidade de produção.....

**Assinalar com um (X) uma ou mais alternativas que julgar mais corretas e
completar as demais, conforme o solicitado. SAFRA 2000/2001**

21. Área total da unidade de produção :..... ha.

22. Condições do produtor rural:

() proprietário; () arrendatário; () parceiro; () posseiro

23. Reside na unidade de produção ?

() não; () sim; () quantas pessoas da família

24. O trabalho utilizado na unidade de produção (número de pessoas) é:

() familiar; () temporário; () permanente

25. Como é ocupado o solo da unidade de produção ?

a) Exploração vegetal (áreas e produções).....

.....

.....

b) Exploração animal (atividades, quantidade e produções).....

.....

.....

26. Máquinas e equipamentos (identificação).....

.....

.....

27. Insumos utilizados (identificação e quantidade)

.....

.....

28. Existem, na unidade de produção, atividades econômicas rurais, não agrícolas?

() não; () sim; Quais atividades?.....

29. Participa como cooperado, sindicalizado ou de outras organizações sociais ou econômicas?

() cooperativa; () sindicato; () associação; () conselho agrícola;

() outras; () nenhuma

30. Utiliza crédito rural?

() não; () sim; () corrente; () especial. Qual?

31. As atividades são exclusivamente dedicadas ao setor rural?

() sim () não; Quais atividades?.....

QUESTIONÁRIO DE INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA PRODUTORES RURAIS

Nome:.....

Unidade de produção :.....

No município de Espírito Santo do Pinhal existem as seguintes instituições: Cooperativa dos Cafeicultores; Sindicato Rural; Casa da Agricultura; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e outras ligadas ao setor rural.

Assinale com um (X) a resposta que julgar mais correta.

32. O CMDR vem cumprindo com seus objetivos junto ao setor rural?

() sim; () não; () em parte; () não sabe.

33. O CMDR recebe solicitações, informações e sugestões dos produtores rurais?

() sim; () não; () não sabe.

34. O atual número de componentes do CMDR (de 9 elementos) é suficiente para representar o setor rural?

() sim; () não; () sugestão de número ideal.

35. Você entende que a atual legislação a respeito do CMDR atende as necessidades?

() sim; () não; () em termos () desconhece.

Assinalar as respostas, em ordem de prioridades, de 01 a 05.

36. O desenvolvimento rural sustentável local será alcançado com mudanças na estrutura fundiária, acesso à terra, melhoria nas condições ambientais, uma nova agricultura baseada na agroecologia e no aumento da renda para o setor rural.

- ☐ concorda totalmente
- ☐ concorda em parte
- ☐ discorda totalmente
- ☐ desconhece o assunto

37. Na sua visão, o CMDR foi criado com a finalidade de:

- ☐ cumprir com finalidades ou exigências legais
- ☐ receber verbas do Estado ou da União
- ☐ atender as necessidades do setor rural
- ☐ atender aos interesses dos conselheiros
- ☐ atender a outras finalidades

38. Os critérios atuais mais utilizados para o estabelecimento de prioridades para o setor rural no município têm como origem as propostas:

- ☐ do próprio conselho agrícola
- ☐ dos técnicos da área agrícola
- ☐ dos produtores rurais
- ☐ das autoridades envolvidas
- ☐ de outras fontes

39. Na elaboração do PMDR e na definição de prioridades para o setor rural, o CMDR conta com a participação mais efetiva:

- ☐ dos membros do conselho agrícola
- ☐ dos técnicos da área agrícola
- ☐ dos produtores rurais
- ☐ das entidades que representam o setor rural
- ☐ da Prefeitura Municipal

40. Como você tem observado a participação dos produtores rurais, na elaboração de propostas e no acompanhamento das soluções, para o setor rural, pelo CMDR?

- ☐ participação passiva: sendo informados do que vai acontecer ou já aconteceu nas formulações das propostas e nos acompanhamentos
- ☐ participação consultiva: relatando os problemas mas sem interagir na elaboração de propostas e soluções
- ☐ participação funcional: fazendo parte de grupos que cumprem objetivos pré – estabelecidos em ações do CMDR
- ☐ participação interativa: os produtores participam de forma cooperativa, interagindo com as ações e análises conjuntas
- ☐ participação por decisões próprias: os produtores participam tomando iniciativas próprias para mudar a situação do setor rural, independente das ações do CMDR

41. Os mecanismos que o CMDR utiliza para estimular a articulação das forças locais ligadas ao setor rural são principalmente:

- ☐ o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
- ☐ as verbas oferecidas pela União, Estado e Município
- ☐ o cumprimento das leis específicas para o setor rural
- ☐ a participação espontânea das forças locais
- ☐ as reivindicações dos produtores rurais

42. As dificuldades encontradas pelo Conselho na execução de suas atividades no setor rural do município estão vinculadas principalmente:

- () pela falta de participação dos produtores nas ações do Conselho
- () pela interferência política nas decisões do Conselho
- () pela deficiência ou falta de executores das ações programadas
- () pela falta de divulgação das ações do Conselho
- () pela falta de continuidade nas ações das atividades planejadas

43. Indique três ações do CMDR que têm contribuído para o desenvolvimento do setor rural no município

- a).....
- b).....
- c).....

44. Indique três situações ou problemas que têm dificultado o desenvolvimento do setor rural no município:

- a).....
- b).....
- c).....

APÊNDICE 2

Tabela 3.1. Perfil individual dos conselheiros – Espírito Santo do Pinhal – 2001.

Conselheiros (Identificação)	1	2	3	4	5	6
Idade (anos)	50	55	60	47	65	48
Sexo:						
Masculino	X	X	X	X	X	X
Feminino	-	-	-	-	-	-
Nível de escolaridade:						
1º grau	-	-	-	-	-	-
2º grau	-	-	-	-	X	-
3º grau	X	X	X	X	-	X
Auto – identificação:						
Proprietário	X	X	X	X	X	X
Outras	-	-	-	-	-	-
Nível de organização:						
Cooperativa	-	X	X	X	X	X
Sindicato	-	X	X	X	X	X
Associação	X	-	-	-	-	X
Atividades agropecuárias:						
Sim	-	X	X	X	X	X
Não	X	-	-	-	-	-
Fonte: Dados da pesquisa						

Tabela 3.1. Perfil individual dos conselheiros – Espírito Santo do Pinhal – 2001
(continuação).

Conselheiros (Identificação)	7	8	9	Total	Média	Porcentagem
Idade (anos)	40	39	54	458	50,89	-
Sexo:						
Masculino	X	-	X	8	-	88,89
Feminino	-	X	-	1	-	11,11
Nível de escolaridade:						
1º grau	-	-	-	0	-	0,00
2º grau	-	-	-	1	-	11,11
3º grau	X	X	X	8	-	88,89
Auto – identificação:						
Proprietário	X	X	X	9	-	100,00
Outras	-	-	-	0	-	0,00
Nível de organização:						
Cooperativa	X	-	X	7	-	77,78
Sindicato	-	X	X	7	-	77,78
Associação	-	-	-	2	-	22,22
Atividades agropecuárias:						
Sim	-	-	-	5	-	55,56
Não	X	X	X	4	-	44,44
Fonte: Dados da pesquisa						

APÊNDICE 3

Tabela 4.1. Funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – Por conselheiro - Espírito Santo do Pinhal – 2001.

Conselheiros (identificação)	1	2	3	4	5	6
Tempo como Conselheiro (anos)	11	7	4	4	11	10
Formas de ingresso:						
Eleição	-	-	-	-	-	-
Indicação	X	X	X	X	X	X
Nomeação	-	-	-	-	-	-
Cumprimento dos objetivos:						
Sim	-	-	-	X	-	-
Não	-	-	-	-	X	-
Parte	X	X	X	-	-	X
Não sabe	-	-	-	-	-	-
Recebe sugestões dos produtores:						
Sim	X	-	X	X	-	-
Não	-	X	-	-	X	X
Não sabe	-	-	-	-	-	-
Número de conselheiros é suficiente:						
Sim	X	X	X	X	-	X
Não	-	-	-	-	X	-
Números	(9)	(9)	(9)	(9)	(12)	(9)
A legislação atende as necessidades:						
Sim	-	X	X	X	-	X
Não	-	-	-	-	X	-
Em termos	X	-	-	-	-	-
Desconhece	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento rural:						
Concorda totalmente	3	2	3	2	3	2
Concorda em parte	4	4	4	4	4	4
Discorda totalmente	2	3	2	3	2	3
Desconhece o assunto	1	1	1	1	1	1
Finalidades do CMDR:						
Cumprir leis	4	5	4	4	3	4
Receber verbas	3	4	3	3	4	3
Atender setor rural	5	3	5	5	5	5
Atender conselheiros	1	1	1	1	1	1
Outras	2	2	2	2	2	2
Origem das propostas para o CMDR:						
Do CMDR	5	2	5	5	5	1
Dos técnicos	3	5	3	4	4	3
Dos produtores	4	3	4	3	3	4
Das autoridades	2	4	2	2	2	5
Outras	1	1	1	1	1	2

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 4.1. Funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – Por conselheiro - Espírito Santo do Pinhal – 2001 (continuação).

Conselheiros (identificação)	7	8	9	Total	Média	Porcentagem
Tempo como conselheiro (anos)	6	4	11	68	7,6	-
Formas de ingresso:						
Eleição	-	X	-	1	-	11,11
Indicação	X	-	X	8	-	88,89
Nomeação	-	-	-	0	-	0,00
Cumprimento dos objetivos:						
Sim	-	-	-	1	-	11,11
Não	-	X	-	2	-	22,22
Parte	X	-	X	6	-	66,67
Não sabe	-	-	-	0	-	0,00
Recebe sugestões dos produtores :						
Sim	-	-	-	3	-	33,34
Não	X	X	-	5	-	55,56
Não sabe	-	-	X	1	-	11,10
Número de conselheiros é suficiente:						
Sim	X	-	X	7	-	77,78
Não	-	X	-	2	-	22,22
Números	(9)	(12)	(9)	-	-	-
A legislação atende as necessidades:						
Sim	-	-	-	4	-	44,44
Não	-	-	-	1	-	11,12
Em termos	X	X	X	4	-	44,44
Desconhece	-	-	-	0	-	0,00
Desenvolvimento rural:						
Concorda totalmente	4	2	1	1	-	11,11
Concorda em parte	3	4	4	8	-	88,89
Discorda totalmente	2	3	3	0	-	0,00
Desconhece o assunto	1	1	2	0	-	0,00
Finalidades do CMDR:						
Cumprir leis	4	5	3	2	-	22,22
Receber verbas	3	3	5	1	-	11,11
Atender setor rural	5	2	4	6	-	66,67
Atender conselheiros	1	1	1	0	-	0,00
Outras	2	4	2	0	-	0,00
Origem das propostas para o CMDR:						
Do CMDR	4	4	1	4	-	44,45
Dos técnicos	5	2	4	2	-	22,22
Dos produtores	3	3	5	1	-	11,11
Das autoridades	2	5	3	2	-	22,22
Outras	1	1	2	0	-	0,00

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 4.1. Funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural –
Por conselheiro - Espírito Santo do Pinhal – 2001 (continuação).

Conselheiros (identificação)	1	2	3	4	5	6
Participação no CMDR para elaboração do PMDR						
Membros do conselho	5	1	5	5	5	5
Técnicos do setor	1	3	2	2	4	4
Produtores rurais	3	2	4	4	1	2
Entidades do setor	4	4	3	3	2	3
Prefeitura Municipal	2	5	1	1	3	1
Participação dos produtores no CMDR:						
Passiva	4	5	1	1	4	5
Consultiva	5	4	5	5	5	2
Funcional	3	2	2	2	3	3
Interativa	2	3	4	3	2	1
Própria	1	1	3	4	1	4
Mecanismos usados pelo CMDR:						
PMDR	5	1	5	5	5	5
Verbas públicas	1	2	1	2	1	1
Leis	3	5	3	3	4	4
Forças locais	2	3	2	1	2	3
Reivindicações dos produtores	4	4	4	4	3	2
Causas das dificuldades do CMDR:						
Falta de participação	5	3	3	1	2	5
Interferências políticas	1	1	1	2	3	1
Falta de executores	4	5	5	4	5	3
Falta de divulgação	2	2	2	3	4	2
Falta de continuidade	3	4	4	5	1	4
Ações do CMDR que facilitam o desenvolvimento do município:	PMDR SIMPOA Patrulha mecanizada					
Problemas que dificultam as ações do conselho e o desenvolvimento do município:	Falta divulgação das ações do conselho Falta participação dos produtores Faltam executores Falta orientação aos conselheiros Falta política agrícola Pouca participação da prefeitura					

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 4.1 Funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – Por conselheiro - Espírito Santo do Pinhal – 2001 (continuação).

Conselheiros (identificação)	7	8	9	Total	Média	Porcentagem
Participação no CMDR para elaboração do PMDR:						
Membros do conselho	5	5	5	8	-	88,89
Técnicos do setor	4	2	4	0	-	0,00
Produtores rurais	3	3	2	0	-	0,00
Entidades do setor	2	4	3	0	-	0,00
Prefeitura Municipal	1	1	1	1	-	11,11
Participação dos produtores no CMDR:						
Passiva	4	5	5	4	-	44,45
Consultiva	5	4	2	4	-	44,45
Funcional	3	3	3	0	-	0,00
Interativa	2	2	1	0	-	0,00
Própria	1	1	4	1	-	11,10
Mecanismos usados pelo CMDR PMDR:	4	3	5	6	-	66,67
Verbas públicas	1	1	1	0	-	0,00
Leis	5	4	3	2	-	22,22
Forças locais	2	2	2	0	-	0,00
Reivindicações dos produtores	3	5	4	1	-	11,11
Causas das dificuldades do CMDR:						
Falta de participação	1	2	1	2	-	22,22
Interferências políticas	3	4	5	1	-	11,11
Falta de executores	5	5	4	5	-	55,56
Falta de divulgação	2	3	3	0	-	0,00
Falta de continuidade	4	1	2	1	-	11,11
Ações do CMDR que facilitam o desenvolvimento do município:	PMDR SIMPOA Patrulha mecanizada					
Problemas que dificultam as ações do conselho e o desenvolvimento do município :	Falta divulgação das ações do conselho Falta participação dos produtores Faltam executores Falta orientação aos conselheiros Falta política agrícola Pouca participação da prefeitura					

Fonte: Dados da pesquisa

APÊNDICE 4

Tabela 5.1. Perfil dos Produtores Rurais – Estrato de $0 < X \leq 5,0$ hectares – 10 produtores

Produtores	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	Média	Porcentagem
Área (ha)	0,8	1,0	1,0	1,0	2,5	3,0	3,5	3,6	4,3	4,8	25,50	2,55	-
Auto-identificação:													
Proprietário	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	10	100,00
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Reside na propriedade:													
Não	-	-	X	X	X	X	X	X	-	-	6	-	60,00
Sim	X	X	-	-	-	-	-	-	X	X	4	-	40,00
Número de pessoas	3	2	0	0	0	0	0	0	2	3	10	-	-
Forma de trabalho:													
Familiar	1	1	0	0	0	0	1	0	2	2	7	-	33,33
Temporário	0	0	0	1	1	1	5	0	0	0	8	-	38,10
Permanente	0	0	1	0	1	0	1	1	0	2	6	-	28,57
Ocupação do solo:													
Exploração vegetal	Café, milho, eucalipto, frutas, arroz, horta, outras.												
Exploração animal	Aves, suínos, braquiária, gordura, outras.												
Máquinas e equipamentos:	Casas, galpões, terreiros, pulverizador, outras.												
Insumos	Adubos, calcário, esterco, palha de café, defensivos, outros.												
Atividades não agrícolas:													
Não	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	9	-	90,00
Sim	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	10,00
Nível de organização													
Cooperativa	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-	2	-	20,00
Sindicato	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	1	-	10,00
Associação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0,00
Conselho agrícola	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	1	-	10,00
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0,00
Nenhuma	X	X	-	-	X	-	-	X	X	X	6	-	60,00
Usa crédito rural:													
Não	X	X	X	X	X	-	X	-	-	-	6	-	60,00
Sim	-	-	-	-	-	X	-	X	X	X	4	-	40,00
Corrente	-	-	-	-	-	X	-	X	-	-	2	-	20,00
Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	2	-	20,00
Qual	-	-	-	-	-	-	-	-	Pro	Pro	-	-	-
									na	na			
Atividade rural exclusiva:													
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	2	-	20,00
Não	X	X	X	X	X	X	X	X	-	-	8	-	80,00

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 5.2. Perfil dos Produtores Rurais – Estrato de $5,0 < X \leq 20,0$ hectares – 21 produtores.

Produtores	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
Área (ha)	6,0	7,4	8,0	8,0	8,2	9,5	9,5	9,9	10,2	10,2	10,8	11,0
Auto-identificação:												
Proprietário	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reside na propriedade:												
Não	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	-
Sim	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X
Número de pessoas	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	1
Forma de trabalho:												
Familiar	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2
Temporário	2	0	0	2	0	2	0	4	2	2	2	5
Permanente	1	1	2	0	3	2	1	1	1	1	1	0
Ocupação do solo:												
Exploração vegetal	Café, milho, eucalipto, frutas, arroz, horta, outras.											
Exploração animal	Leite, misto, braquiária, napier, gordura, outras.											
Máquinas e equipamentos:	Casas, galpões, terreiros, trator, secador, curral, outras.											
Insumos:	Adubos, calcário, esterco, palha de café, defensivos, outros.											
Atividades não agrícolas:												
Não	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Nível de organização:												
Cooperativa	X	-	X	X	-	-	-	X	X	-	-	-
Sindicato	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-
Associação	x	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho agrícola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nenhuma	-	X	-	-	-	X	X	-	-	X	X	X
Usa crédito rural:												
Não	X	X	X	X	-	X	-	X	X	X	X	X
Sim	-	-	-	-	X	-	X	-	-	-	-	-
Corrente	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-
Especial	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Qual	-	-	-	-	-	-	Pro naf	-	-	-	-	-
Atividade rural exclusiva:												
Sim	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X
Não	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	-

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 5.2. Perfil dos Produtores Rurais – Estrato de $5,0 < X \leq 20,0$ hectares – 21 produtores (continuação).

Produtores	23	24	25	26	27	28	29	30	31	Total (Média)	Porcen- tagem
Área (ha)	13,0	14,5	14,5	15,0	16,9	17,0	17,0	17,1	19,4	(253,1)	12,05
Auto-identificação:											
Proprietário	X	X	X	X	X	X	X	X	X	21	100,00
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Reside na propriedade:											
Não	X	X	X	X	X	X	-	X	X	18	85,71
Sim	-	-	-	-	-	-	X	-	-	3	14,29
Número de pessoas	0	0	0	0	0	0	4	0	0	8	-
Forma de trabalho:											
Familiar	5	0	0	5	0	0	3	0	0	18	16,22
Temporário	5	0	2	8	0	4	12	2	6	60	54,05
Permanente	0	1	0	6	7	2	0	0	3	33	29,73
Ocupação do solo:											
Exploração vegetal	Café, milho, eucalipto, frutas, arroz, horta, outras.										
Exploração animal	Aves, suínos, braquiária, gordura, outras.										
Máquinas e equipamentos:	Casas, galpões, terreiros, pulverizador, outras.										
Insumos:	Adubos, calcário, esterco, palha de café, defensivos, outros.										
Atividades não agrícolas:											
Não	X	X	X	X	X	X	X	X	X	20	95,24
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,76
Nível de organização:											
Cooperativa	-	X	X	X	X	X	X	X	-	12	57,14
Sindicato	-	-	-	X	-	-	-	X	X	5	23,81
Associação	-	-	-	X	-	X	-	-	-	4	19,05
Conselho agrícola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Nenhuma	X	-	-	-	-	-	-	-	-	7	33,33
Usa crédito rural:											
Não	X	X	-	-	-	X	-	X	X	15	71,43
Sim	-	-	X	X	X	-	X	-	-	6	28,57
Corrente	-	-	X	X	X	-	X	-	-	5	23,81
Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,76
Qual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividade rural exclusiva:											
Sim	X	-	-	X	-	-	X	-	-	1	23,81
Não	-	X	X	-	X	X	-	X	X	5	76,19

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 5.3. Perfil dos Produtores Rurais – Estrato de $20,0 < X \leq 50,0$ hectares – 14 produtores.

Produtores	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Área (ha)	21,1	21,1	21,5	21,5	22,3	24,2	31,8	31,9	33,9
Auto-identificação:									
Proprietário	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reside na propriedade:									
Não	X	X	X	X	X	X	X	X	-
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Número de pessoas	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Forma de trabalho:									
Familiar	0	0	0	2	0	8	1	0	1
Temporário	0	2	0	2	0	5	2	10	5
Permanente	3	1	1	0	4	2	1	4	2
Ocupação do solo:									
Exploração vegetal	Café, milho, eucalipto, frutas, arroz, horta, outras.								
Exploração animal	Leite, misto, braquiária, napier, gordura, outras.								
Máquinas e equipamentos:	Casas, galpões, terreiros, trator, secador, curral, outras.								
Insumos	Adubos, calcário, esterco, palha de café, defensivos, outros.								
Atividades não agrícolas:									
Não	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nível de organização:									
Cooperativa	X	-	X	-	X	X	X	-	X
Sindicato	-	X	-	-	X	-	-	-	-
Associação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho agrícola	-	-	-	-	X	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nenhuma	-	-	-	X	-	-	-	X	-
Usa crédito rural:									
Não	X	X	-	X	-	-	X	X	-
Sim	-	-	X	-	X	X	-	-	X
Corrente	-	-	X	-	X	X	-	-	-
Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Qual	-	-	-	-	-	-	-	-	Pro-naf
Atividade rural exclusiva:									
Sim	-	-	-	-	-	X	-	X	X
Não	X	X	X	X	X	-	X	-	-

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 5.3. Perfil dos Produtores Rurais – Estrato de $20,0 < X \leq 50,0$ hectares – 14 produtores (continuação).

Produtores	41	42	43	44	45	Total	Média	Porcentagem
Área (ha)	40,0	41,4	48,0	48,0	48,4	455,1	32,51	-
Auto-identificação:								
Proprietário	X	X	X	X	X	14	-	100,00
Outras	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Reside na propriedade:								
Não	X	-	-	X	-	10	-	71,43
Sim	-	X	X	-	X	4	-	28,57
Número de pessoas	0	5	5	0	4	16	-	0,00
Forma de trabalho:								
Familiar	0	5	5	0	4	26	-	21,85
Temporário	2	15	8	2	5	58	-	48,74
Permanente	1	6	6	0	4	35	-	29,41
Ocupação do solo:								
Exploração vegetal	Café, milho, eucalipto, frutas, arroz, horta, outras.							
Exploração animal	Aves, suínos, braquiária, gordura, outras.							
Máquinas e equipamentos:	Casas, galpões, terreiros, pulverizador, outras.							
Insumos:	Adubos, calcário, esterco, palha de café, defensivos, outros.							
Atividades não agrícolas:								
Não	X	X	X	X	-	13	-	92,86
Sim	-	-	-	-	X	1	-	7,14
Nível de organização:								
Cooperativa	X	-	X	-	X	9	-	71,43
Sindicato	-	-	X	-	-	3	-	21,43
Associação	-	-	X	-	-	1	-	7,14
Conselho agrícola	-	-	-	-	-	1	-	7,14
Outras	-	-	-	-	-	0	-	0,00
Nenhuma	-	X	-	X	-	4	-	28,57
Usa crédito rural:								
Não	X	-	-	X	-	7	-	50,00
Sim	-	X	X	-	X	7	-	50,00
Corrente	-	X	X	-	X	6	-	42,86
Especial	-	-	-	-	-	1	-	7,14
Qual	-	-	-	-	-	0	-	0,00
Atividade rural exclusiva:								
Sim	-	X	X	-	X	5	-	42,86
Não	X	-	-	X	-	8	-	57,14

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 5.4. Perfil dos Produtores Rurais – Estrato de $50,0 < X \leq 88,0$ hectares – 06 produtores.

Produtores	46	47	48	49	50	51	Total	Média	Porcentagem
Área (ha)	55,0	72,0	72,6	72,6	75,9	88,0	436,1	72,68	-
Auto-identificação:									
Proprietário	X	X	X	X	X	X	6	-	100,00
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Reside na propriedade:									
Não	X	X	X	X	-	-	4	-	66,67
Sim	-	-	-	-	X	X	2	-	33,33
Número de pessoas	0	0	0	0	8	5	13	-	0,00
Forma de trabalho:									
Familiar	0	0	0	0	0	0	0	-	0,00
Temporário	6	2	42	0	0	0	50	-	56,82
Permanente	10	0	2	2	4	20	38	-	43,18
Ocupação do solo:									
Exploração vegetal	Café, milho, eucalipto, frutas, arroz, horta, outras.								
Exploração animal	Leite, misto, braquiária, napier, gordura, outras.								
Máquinas e equipamentos:	Casas, galpões, terreiros, trator, secador, curral, outras.								
Insumos:	Adubos, calcário, esterco, palha de café, defensivos, outros.								
Atividades não agrícolas:									
Não	X	X	X	X	X	X	6	-	100,00
Sim	-	-	-	-	-	-	0	-	0,00
Nível de organização:									
Cooperativa	X	X	X	X	X	X	6	-	100,00
Sindicato	X	-	X	-	X	X	4	-	66,67
Associação	X	-	X	-	-	X	3	-	50,00
Conselho agrícola	-	-	-	X	-	-	1	-	16,67
Outras	-	-	-	-	-	-	0	-	0,00
Nenhuma	-	-	-	-	-	-	0	-	0,00
Usa crédito rural:									
Não	-	X	X	-	X	-	3	-	50,00
Sim	X	-	-	X	-	X	3	-	50,00
Corrente	X	-	-	X	-	X	3	-	50,00
Especial	-	-	-	-	-	-	0	-	0,00
Qual	-	-	-	-	-	-	0	-	0,00
Atividade rural exclusiva:									
Sim	-	-	-	-	-	X	1	-	16,67
Não	X	X	X	X	X	-	5	-	83,33

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 5.5. Perfil dos Produtores Rurais – Estrato de $88,0 < X \leq 500,0$ hectares – 10 produtores.

Produtores	52	53	54	55	56	57
Área (ha)	120,0	121,4	130,0	144,0	166,9	177,5
Auto-identificação:						
Proprietário	X	X	X	X	X	X
Outras	-	-	-	-	-	-
Reside na propriedade:						
Não	-	X	X	-	X	X
Sim	X	-	-	X	-	-
Número de pessoas	3	0	0	4	0	0
Forma de trabalho:						
Familiar	1	0	0	1	0	2
Temporário	0	20	10	20	0	5
Permanente	16	5	8	13	10	14
Ocupação do solo:						
Exploração vegetal	Café, milho, eucalipto, frutas, arroz, horta, outras.					
Exploração animal	Leite, misto, napier, braquiária, gordura, outras.					
Máquinas e equipamentos:	Casas, galpões, terreiros, trator, secador, curral, outras.					
Insumos:	Adubos, calcáreo, esterco, palha de café, defensivos, outros.					
Atividades não agrícolas:						
Não	X	X	X	-	X	X
Sim	-	-	-	X	-	-
Nível de organização:						
Cooperativa	X	X	X	X	X	X
Sindicato	X	X	X	X	X	X
Associação	-	-	X	-	X	-
Conselho agrícola	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-
Nenhuma	-	-	-	-	-	-
Usa crédito rural:						
Não	-	-	-	-	-	-
Sim	X	X	X	X	X	X
Corrente	X	X	X	X	X	X
Especial	-	-	-	-	-	-
Qual	-	-	-	-	-	-
Atividade rural exclusiva:						
Sim	X	-	-	X	-	X
Não	-	X	X	-	X	-

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 5.5. Perfil dos Produtores Rurais – Estrato de $88,0 < X \leq 500,0$ hectares – 14 produtores (continuação).

Produtores	58	59	60	61	Total	Média	Porcentagem
Área (ha)	198,4	222,6	352,0	496,0	2128,80	212,88	-
Auto-identificação:							
Proprietário	X	X	X	X	10	-	100,00
Outras	-	-	-	-	0	-	0,00
Reside na propriedade:							
Não	X	X	X	-	7	-	70,00
Sim	-	-	-	X	3	-	30,00
Número de pessoas	0	0	0	3	10	-	0,00
Forma de trabalho:							
Familiar	0	0	1	2	7	-	2,10
Temporário	5	80	0	0	140	-	42,04
Permanente	2	66	10	42	186	-	55,86
Ocupação do solo:							
Exploração vegetal	Café, milho, eucalipto, frutas, arroz, horta, outras.						
Exploração animal	Leite, misto, napier, braquiária, gordura, outras.						
Máquinas e equipamentos:	Casas, galpões, terreiros, trator, secador, curral, outras.						
Insumos:	Adubos, calcário, esterco, palha de café, defensivos, outros.						
Atividades não agrícolas:							
Não	X	X	X	X	9	-	90,00
Sim	-	-	-	-	1	-	10,00
Nível de organização:							
Cooperativa	X	X	X	X	10	-	100,00
Sindicato	-	X	X	X	9	-	90,00
Associação	-	X	-	-	3	-	30,00
Conselho agrícola	-	-	-	-	0	-	0,00
Outras	-	-	-	-	0	-	0,00
Nenhuma	-	-	-	-	0	-	0,00
Usa crédito rural:							
Não	X	X	-	-	2	-	20,00
Sim	-	-	X	X	8	-	80,00
Corrente	-	-	X	X	8	-	80,00
Especial	-	-	-	-	0	-	0,00
Qual	-	-	-	-	0	-	0,00
Atividade rural exclusiva;							
Sim	-	-	X	X	5	-	50,00
Não	X	X	-	-	5	-	50,00

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 5.6. Perfil dos Produtores Rurais – Estrato de $500,0 < X \leq 1000,0$ hectares
– 2 produtores

Produtores	62	63	Total	Média	Porcentagem
Área	505,1	862,8	1367,90	683,95	-
Auto-identificação:					
Proprietário	X	X	2	-	100,00
Outras	-	-	0	-	0,00
Reside na propriedade:					
Não	X	-	1	-	50,00
Sim	-	X	1	-	50,00
Número de pessoas	0	4	4	-	0,00
Forma de trabalho:					
Familiar	-	2	2	-	2,32
Temporário	20	22	42	-	48,84
Permanente	24	18	42	-	48,84
Ocupação do solo:					
Exploração vegetal	Café, milho, eucalipto, outras.				
Exploração animal	Leite, misto, napier, braquiária, gordura, outras.				
Máquinas e equipamentos:	Casas, galpões, terreiros, trator, secador, curral, outras.				
Insumos:	Adubos, calcário, esterco, palha de café, defensivos, outros.				
Atividades não agrícolas					
Não	X	X	2	-	100,00
Sim	-	-	0	-	0,00
Nível de organização:					
Cooperativa	-	X	1	-	50,00
Sindicato	X	X	2	-	100,00
Associação	-	X	1	-	50,00
Conselho agrícola	-	-	0	-	0,00
Outras	-	-	0	-	0,00
Nenhuma	-	-	0	-	0,00
Usa crédito rural:					
Não	-	-	0	-	0,00
Sim	X	X	2	-	100,00
Corrente	X	X	2	-	100,00
Especial	-	-	0	-	0,00
Qual	-	-	-	-	0,00
Atividade rural exclusiva					
Sim	-	X	1	-	50,00
Não	X	-	1	-	50,00

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 5.7. Perfil dos produtores rurais – Síntese dos seis estratos – Espírito Santo do Pinhal – 2001.

Estratos	0 < X ≤ 5,0	5,0 < X ≤ 20,0	20,0 < X ≤ 50,0	50,0 < X ≤ 88,0	88,0 < X ≤ 500,0
Área (ha)	25,5	253,1	455,1	436,1	2128,8
Auto – identificação:					
Proprietário	10	21	14	6	10
Outros	0	0	0	0	0
Reside na propriedade:					
Não	6	18	10	4	4
Sim	4	3	4	2	2
Número de pessoas	10	8	16	13	13
Forma de trabalho:					
Familiar	7	18	26	0	0
Temporário	8	60	58	50	50
Permanente	6	33	35	38	38
Ocupação do solo:					
Exploração vegetal	Café, milho, eucalipto, feijão, arroz, sorgo				
Exploração animal	Suínos, frango, eqüinos, cortes, misto, leite				
Máquinas e equipamentos:	Máquinas, equipamentos, terreiros, estábulos, currais, secadores				
Insumos:	Defensivos, esterco, medicamentos, calcáreo, adubos, outros				
Atividades não agrícolas:					
Não	9	20	13	6	9
Sim	1	1	1	0	1
Quais	comércio	comércio	comércio	-	comércio
Nível de organização:					
Cooperativa	2	12	9	6	10
Sindicato	1	5	3	4	9
Associação	0	4	1	3	3
Conselho agrícola	1	0	1	1	0
Outras	0	0	0	0	0
Nenhuma	6	7	4	0	0
Usa crédito rural:					
Não	6	15	7	3	2
Sim	4	6	7	3	8
Corrente	2	5	6	3	8
Especial	2	1	1	0	0
Qual	PRONAF	PRONAF	PRONAF	0	0
Atividade rural exclusiva:					
Sim	2	5	6	1	5
Não	8	16	8	5	5
Quais	aposenta- do	comércio	funcionário	contador	professor

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 5.7. Perfil dos produtores rurais – Síntese dos seis estratos – Espírito Santo do Pinhal – 2001 (continuação).

Estratos	500,0 < X ≤ 1000,0	Total	Média	Porcentagem
Área (ha)	1367,9	4666,5	74,07	-
Auto – identificação:				
Proprietário	2	63	-	100,00
Outros	0	0	-	0,00
Reside na propriedade:				
Não	1	46	-	73,02
Sim	1	17	-	26,98
Número de pessoas	4	61	-	-
Forma de trabalho:				
Familiar	2	60	-	7,92
Temporário	42	358	-	47,23
Permanente	42	340	-	44,85
Ocupação do solo:				
Exploração vegetal	Café, milho, eucalipto, feijão, arroz, sorgo			
Exploração animal	Suínos, frango, eqüinos, cortes, misto, leite			
Máquinas e equipamentos:	Máquinas, equipamentos, terreiros, estábulos, currais, secadores			
Insumos:	Defensivos, esterco, medicamentos, calcáreo, adubos, outros			
Atividades não agrícolas:				
Não	2	59	-	93,65
Sim	0	4	-	6,35
Quais	-	-	-	-
Nível de organização:				
Cooperativa	1	40	-	63,49
Sindicato	2	24	-	38,09
Associação	1	12	-	19,05
Conselho agrícola	0	3	-	4,76
Outras	0	0	-	0,00
Nenhuma	0	17	-	26,98
Usa crédito rural:				
Não	0	33	-	52,38
Sim	2	30	-	47,62
Corrente	2	26	-	41,27
Especial	0	4	-	6,35
Qual	0	0	-	0,00
Atividade rural exclusiva:				
Sim	1	20	-	31,75
Não	1	43	-	68,25
Quais	autônomo	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa

APÊNDICE 5

Tabela 6.1. Funcionamento do Conselho – Estrato de $0 < X \leq 5,00$ hectares – Espírito Santo do Pinhal – 2001

Produtores	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	Porcentagem
O CMDR cumpre com os objetivos:												
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Parte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Não sabe	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	10	100,00
O CMDR recebe sugestões dos produtores:												
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Não	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	1	10,00
Não sabe	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	9	90,00
Número de representantes do CMDR é suficiente:												
Sim	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	10	100,00
Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Número	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	-	-
A legislação atende as necessidades do CMDR:												
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Em termos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Desconhece	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	10	100,00
Conceito de desenvolvimento rural sustentável:												
Concorda totalmente	2	3	4	3	2	4	2	2	2	3	2	20,00
Concorda em parte	4	4	2	4	4	3	4	4	4	4	8	80,00
Discorda totalmente	1	2	3	2	3	2	3	3	3	2	0	0,00
Desconhece	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0,00
Finalidades do CMDR:												
Cumprir leis	4	4	4	3	4	4	5	4	4	4	1	10,00
Receber verbas	2	3	2	4	3	2	3	3	3	2	0	0,00
Atender o setor rural	5	5	5	5	5	5	4	5	5	5	9	90,00
Atender os conselheiros	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	0	0,00
Outras finalidade	3	2	3	2	2	3	2	2	1	3	0	0,00

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6.1. Funcionamento do Conselho – Estrato de $0 < X \leq 5,00$ hectares – Espírito Santo do Pinhal – 2001 (continuação).

Produtores	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	Porcentagem
Origem das propostas para o CMDR:												
CMDR	3	3	3	3	3	4	3	3	3	3	0	0,00
Técnicos	5	5	4	4	5	5	5	5	4	4	6	60,00
Produtores	4	4	5	5	4	3	4	4	5	5	4	40,00
Autoridades	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0,00
Outras fontes	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0,00
Participação do CMDR para a elaboração do PMDR:												
Membros do conselho	3	5	5	5	4	5	5	4	4	4	5	50,00
Técnicos do setor	5	3	4	4	5	4	4	5	3	5	4	40,00
Produtores rurais	4	2	3	3	3	3	2	3	5	3	1	10,00
Entidades do setor	2	4	2	1	2	2	3	2	2	2	0	0,00
Prefeitura Municipal	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	0	0,00
Participação dos produtores no CMDR:												
Passiva	5	4	5	5	4	5	4	3	5	4	5	50,00
Consultiva	3	3	4	4	3	3	3	5	3	2	1	10,00
Funcional	2	2	1	2	1	2	1	2	2	3	0	0,00
Interativa	1	1	3	1	2	1	2	1	1	1	0	0,00
Própria	4	5	2	3	5	4	5	4	4	5	4	40,00
Mecanismos usados pelo CMDR:												
PMDR	5	5	5	3	5	5	5	2	5	5	8	80,00
Verbas públicas	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	0	0,00
Cumprimento de leis	4	4	2	5	3	4	4	5	4	4	2	20,00
Forças locais	3	2	3	1	2	2	3	4	2	3	0	0,00
Reivindicações produtores	2	3	4	4	4	3	2	3	3	2	0	0,00
Dificuldades do CMDR na execução das atividades:												
Falta de participação	4	5	4	3	4	5	5	5	5	4	5	50,00
Interferências políticas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0,00
Falta executores	3	4	3	2	5	4	4	4	3	5	2	20,00
Falta de divulgação	2	2	2	5	2	2	2	3	2	2	1	10,00
Falta continuidade	5	3	5	4	3	3	3	2	4	3	2	20,00
Ações do CMDR que facilitam o desenvolvimento do município:	PMDR SIMPOA Patrulha mecanizada											
Problemas que dificultam as ações do conselho e o desenvolvimento do município:	Falta de executores Falta de divulgação Falta de participação											

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6.2. Funcionamento do Conselho – Estrato de $5,0 < X \leq 20,00$ hectares – Espírito Santo do Pinhal – 2001.

Produtores	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
O CMDR cumpre com os objetivos:													
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parte	X	-	-	-	-	X	X	-	-	-	X	-	-
Não sabe	-	X	X	X	X	-	-	X	X	X	-	X	X
O CMDR recebe sugestões dos produtores:													
Sim	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não sabe	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Número de representantes do CMDR é suficiente (9):													
Sim	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A legislação atende as necessidades do CMDR:													
Sim	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em termos	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-
Desconhece	-	X	X	-	X	X	-	X	X	X	X	X	X
Conceito de desenvolvimento rural sustentável:													
Concorda totalmente	2	2	2	2	2	2	3	4	3	2	3	3	3
Concorda em parte	4	4	4	4	4	4	4	3	4	4	4	4	4
Discorda totalmente	3	3	3	3	3	3	1	1	1	3	2	2	2
Desconhece	1	1	1	1	1	1	2	2	2	1	1	1	1
Finalidades do CMDR:													
Cumprir leis	4	3	4	4	3	5	4	3	4	3	4	4	4
Receber verbas	3	2	3	3	4	3	3	2	3	4	3	2	3
Atender o setor rural	5	5	5	5	5	4	5	5	2	5	5	5	5
Atender os conselheiros	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Outras finalidade	2	4	1	2	2	2	2	4	5	2	2	3	2

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6.2. Funcionamento do Conselho – Estrato de $5,0 < X \leq 20,00$ hectares – Espírito Santo do Pinhal – 2001 (continuação).

Produtores	24	25	26	27	28	29	30	31	Total	Porcentagem
O CMDR cumpre com os objetivos:										
Sim	X	-	-	-	-	-	-	-	1	4,76
Não	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Parte	-	-	X	-	X	X	X	-	8	38,10
Não sabe	-	X	-	X	-	-	-	X	12	57,14
O CMDR recebe sugestões dos produtores:										
Sim	-	-	-	-	-	X	X	-	3	14,28
Não	-	-	X	-	X	-	-	-	2	9,51
Não sabe	X	X	-	X	-	-	-	X	16	76,20
Número de representantes do CMDR é suficiente:										
Sim	X	X	X	X	X	X	X	X	21	100,00
Não	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Número	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
A legislação atende as necessidades do CMDR:										
Sim	-	-	X	-	-	-	-	-	2	9,52
Não	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Em termos	-	-	-	-	X	X	X	-	5	23,81
Desconhece	X	X	-	X	-	-	-	X	14	66,67
Conceito de desenvolvimento rural sustentável:										
Concorda totalmente	2	0	2	2	3	2	3	0	1	4,76
Concorda em parte	4	0	4	4	4	4	4	0	18	85,72
Discorda totalmente	3	0	3	3	2	3	2	0	0	0,00
Desconhece	1	4	1	1	1	1	1	4	2	9,52
Finalidades do CMDR:										
Cumprir leis	4	0	3	4	5	4	4	0	2	9,52
Receber verbas	2	0	5	3	3	3	3	0	1	4,76
Atender o setor rural	5	5	4	5	4	5	5	5	17	80,96
Atender os conselheiros	1	0	1	2	1	1	1	0	0	0,00
Outras finalidade	3	0	2	1	2	2	2	0	1	4,76

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6.2. Funcionamento do Conselho – Estrato de 5, $0 < X \leq 20,00$ hectares – Espírito Santo do Pinhal – 2001 (continuação).

Produtores	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
Origem das propostas para o CMDR:													
CMDR	4	3	5	3	5	4	3	3	5	2	3	3	3
Técnicos	3	4	3	4	3	5	4	5	1	4	5	5	4
Produtores	5	5	4	5	4	3	5	4	3	3	4	4	5
Autoridades	2	2	2	2	2	2	2	2	2	5	2	2	2
Outras fontes	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	1
Participação do CMDR para a elaboração do PMDR:													
Membros do conselho	5	5	5	3	5	5	5	4	3	4	5	5	5
Técnicos do setor	3	3	4	4	3	4	3	5	5	3	4	4	3
Produtores rurais	2	4	3	5	4	2	1	3	4	2	2	3	4
Entidades do setor	4	2	1	1	2	3	4	1	1	5	3	2	2
Prefeitura Municipal	1	1	2	2	1	1	2	2	2	1	1	1	1
Participação dos produtores no CMDR:													
Passiva	5	4	5	4	5	4	3	5	4	4	4	4	4
Consultiva	3	5	3	3	3	3	4	4	3	3	3	3	3
Funcional	2	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Interativa	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Própria	4	1	4	5	4	5	5	3	5	5	5	5	5
Mecanismos usados pelo CMDR:													
PMDR	5	5	5	3	5	5	5	4	5	3	5	4	5
Verbas públicas	1	1	1	1	3	1	1	1	1	1	1	1	1
Cumprimento de leis	4	4	3	2	2	4	2	2	3	5	4	5	3
Forças locais	2	2	2	4	1	3	3	3	2	2	2	3	2
Reivindicações produtores	3	3	4	5	4	2	4	5	4	4	3	2	4
Dificuldades do CMDR na execução das atividades:													
Falta de participação	5	2	4	5	5	5	3	5	5	5	5	4	4
Interferências políticas	1	1	5	1	1	1	4	1	1	1	1	1	1
Falta executores	4	5	3	3	2	4	5	3	4	4	4	5	5
Falta de divulgação	2	4	2	2	4	2	1	2	3	3	2	3	3
Falta continuidade	3	3	1	4	3	3	2	4	2	2	3	2	2
Ações do CMDR que facilitam o desenvolvimento do município:	PMDR SIMPOA Patrulha mecanizada												
Problemas que dificultam as ações do conselho e o desenvolvimento do município:	Falta participação Falta executores Falta divulgação												
Fonte: Dados da pesquisa													

Tabela 6.2. Funcionamento do Conselho – Estrato de 5, $0 < X \leq 20,00$ hectares – Espírito Santo do Pinhal – 2001 (continuação).

Produtores	24	25	26	27	28	29	30	31	Total	Porcentagem
Origem das propostas para o CMDR:										
CMDR	3	0	4	5	3	4	2	0	4	19,05
Técnicos	4	0	3	3	5	3	4	0	5	23,81
Produtores	5	5	5	4	4	5	5	5	11	52,38
Autoridades	2	0	2	2	2	2	3	0	1	4,76
Outras fontes	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0,00
Participação do CMDR para a elaboração do PMDR:										
Membros do conselho	5	5	5	5	5	4	5	5	16	76,20
Técnicos do setor	4	4	4	4	4	3	3	0	2	9,52
Produtores rurais	3	3	3	3	3	5	4	0	2	9,52
Entidades do setor	2	2	2	1	2	2	2	0	1	4,76
Prefeitura Municipal	1	1	1	2	1	1	1	0	0	0,00
Participação dos produtores no CMDR:										
Passiva	5	5	5	5	5	5	5	5	12	57,14
Consultiva	3	0	2	3	3	3	3	0	1	4,76
Funcional	2	0	3	2	2	2	2	0	0	0,00
Interativa	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0,00
Própria	4	4	4	4	4	4	4	4	8	38,10
Mecanismos usados pelo CMDR:										
PMDR	5	5	4	5	5	5	4	5	15	71,43
Verbas públicas	1	1	3	1	1	1	1	0	0	0,00
Cumprimento de leis	2	3	5	3	4	3	5	0	4	19,05
Forças locais	4	2	2	2	2	2	2	0	0	0,00
Reivindicações produtores	3	4	1	4	3	4	3	4	2	9,52
Dificuldades do CMDR na execução das atividades:										
Falta de participação	4	5	4	4	4	5	5	5	12	57,14
Interferências políticas	1	1	1	5	1	1	1	1	2	9,52
Falta executores	5	3	3	2	5	4	4	4	6	28,58
Falta de divulgação	2	2	5	3	3	2	2	2	1	4,76
Falta continuidade	3	4	2	1	2	3	3	3	0	0,00
Ações do CMDR que facilitam o desenvolvimento do município:	PMDR SIMPOA Patrulha mecanizada									
Problemas que dificultam as ações do conselho e o desenvolvimento do município:	Falta participação Falta executores Falta divulgação									

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6.3. Funcionamento do Conselho – Estrato de $20,0 < X \leq 50,00$ hectares – Espírito Santo do Pinhal – 2001.

Produtores	32	33	34	35	36	37	38	39
O CMDR cumpre com os objetivos:								
Sim	-	-	-	-	-	X	-	-
Não	-	X	-	-	-	-	-	-
Parte	X	-	-	X	X	-	-	-
Não sabe	-	-	X	-	-	-	X	X
O CMDR recebe sugestões dos produtores:								
Sim	-	-	-	X	-	-	-	-
Não	-	X	-	-	-	-	-	-
Não sabe	X	-	X	-	X	X	X	X
Número de representantes do CMDR é suficiente:								
Sim	X	-	X	X	X	X	X	X
Não	-	X	-	-	-	-	-	-
Número	-	12	-	-	-	-	-	-
A legislação atende as necessidades do CMDR:								
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-
Não	-	-	-	-	-	-	-	-
Em termos	X	X	-	X	X	-	-	-
Desconhece	-	-	X	-	-	X	X	X
Conceito de desenvolvimento rural sustentável:								
Concorda totalmente	2	2	2	3	1	3	2	3
Concorda em parte	4	4	4	4	4	4	4	4
Discorda totalmente	3	3	3	2	3	2	3	2
Desconhece	1	1	1	1	2	1	1	1
Finalidades do CMDR:								
Cumprir leis	4	5	4	4	3	4	4	4
Receber verbas	3	3	3	3	5	3	3	2
Atender o setor rural	5	2	5	5	4	5	5	5
Atender os conselheiros	1	1	1	2	1	1	1	1
Outras finalidade	2	4	2	1	2	2	2	3

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6.3. Funcionamento do Conselho – Estrato de $20,0 < X \leq 50,00$ hectares – Espírito Santo do Pinhal – 2001 (continuação).

Produtores	40	41	42	43	44	45	Total	Porcentagem
O CMDR cumpre com os objetivos:								
Sim	-	-	-	-	-	-	1	7,14
Não	-	-	-	-	-	-	1	7,14
Parte	-	-	-	X	-	X	5	35,72
Não sabe	X	X	X	-	X	-	7	50,00
O CMDR recebe sugestões dos produtores:								
Sim	-	-	-	-	-	-	1	7,14
Não	-	-	-	X	-	-	2	14,29
Não sabe	X	X	X	-	X	X	11	78,57
Número de representantes do CMDR é suficiente:								
Sim	X	X	X	X	X	X	13	92,86
Não	-	-	-	-	-	-	1	7,14
Número	-	-	-	-	-	-	-	-
A legislação atende as necessidades do CMDR:								
Sim	-	-	-	X	-	-	1	7,14
Não	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Em termos	-	-	-	-	-	-	4	28,57
Desconhece	X	X	X	-	X	X	9	64,29
Conceito de desenvolvimento rural sustentável:								
Concorda totalmente	3	3	2	2	2	2	0	0,00
Concorda em parte	4	4	4	4	4	4	14	100,00
Discorda totalmente	2	2	3	3	3	3	0	0,00
Desconhece	1	1	1	1	1	1	0	0,00
Finalidades do CMDR:								
Cumprir leis	3	4	4	3	4	4	1	7,14
Receber verbas	2	2	3	5	3	3	2	14,29
Atender o setor rural	5	5	5	4	5	5	11	78,57
Atender os conselheiros	1	1	1	1	1	1	0	0,00
Outras finalidade	4	3	2	2	2	2	0	0,00

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6.3. Funcionamento do Conselho – Estrato de $20,0 < X \leq 50,00$ hectares – Espírito Santo do Pinhal – 2001 (continuação).

Produtores	32	33	34	35	36	37	38	39
Origem das propostas para o CMDR:								
CMDR	5	4	3	3	1	3	5	3
Técnicos	4	2	5	4	4	5	3	5
Produtores	3	3	4	5	5	4	4	4
Autoridades	2	5	2	2	3	2	2	2
Outras fontes	1	1	1	1	2	1	1	1
Participação do CMDR para a elaboração do PMDR:								
Membros do conselho	5	5	4	4	5	3	3	4
Técnicos do setor	4	2	5	5	4	4	5	5
Produtores rurais	2	4	3	2	2	5	4	3
Entidades do setor	3	3	2	3	3	2	1	2
Prefeitura Municipal	1	1	1	1	1	1	2	1
Participação dos produtores no CMDR:								
Passiva	4	5	3	5	5	1	4	4
Consultiva	2	4	5	3	2	3	3	3
Funcional	3	3	2	2	3	4	2	2
Interativa	1	2	1	1	1	5	1	1
Própria	5	1	4	4	4	2	5	5
Mecanismos usados pelo CMDR:								
PMDR	5	3	2	5	5	3	5	4
Verbas públicas	1	1	1	1	1	1	1	1
Cumprimento de leis	3	4	5	4	3	2	3	5
Forças locais	2	2	4	2	2	4	2	3
Reivindicações produtores	4	5	3	3	4	5	4	2
Dificuldades do CMDR na execução das atividades:								
Falta de participação	5	2	5	5	1	3	5	4
Interferências políticas	1	4	1	1	5	1	1	1
Falta executores	4	5	4	4	4	5	4	5
Falta de divulgação	2	3	3	2	3	4	3	2
Falta continuidade	3	1	2	3	2	2	2	3
Ações do CMDR que facilitam o desenvolvimento do município:	PMDR SIMPOA Patrulha mecanizada							
Problemas que dificultam as ações do conselho e o desenvolvimento do município:	Falta participação Falta executores Falta divulgação							

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6.3. Funcionamento do Conselho – Estrato de $20,0 < X \leq 50,00$ hectares – Espírito Santo do Pinhal – 2001 (continuação).

Produtores	40	41	42	43	44	45	Total	Porcentagem
Origem das propostas para o CMDR:								
CMDR	4	4	3	4	4	5	3	21,42
Técnicos	5	5	4	3	3	3	5	35,72
Produtores	3	3	5	5	5	4	5	35,72
Autoridades	2	2	2	2	2	2	1	7,14
Outras fontes	1	1	1	1	1	1	0	0,00
Participação do CMDR para a elaboração do PMDR:								
Membros do conselho	5	4	5	5	4	4	6	42,86
Técnicos do setor	4	3	3	4	3	3	4	28,57
Produtores rurais	3	2	4	3	5	5	3	21,43
Entidades do setor	2	1	2	2	2	1	0	0,00
Prefeitura Municipal	1	5	1	1	1	2	1	7,14
Participação dos produtores no CMDR:								
Passiva	1	5	4	5	5	5	7	50,00
Consultiva	5	4	3	2	3	3	2	14,29
Funcional	3	1	2	3	2	2	0	0,00
Interativa	4	3	1	1	1	1	1	7,14
Própria	2	2	5	4	4	4	4	28,57
Mecanismos usados pelo CMDR:								
PMDR	2	1	4	4	5	4	5	35,71
Verbas públicas	1	2	1	3	3	1	0	0,00
Cumprimento de leis	3	5	3	5	4	2	4	28,57
Forças locais	4	3	2	2	2	3	0	0,00
Reivindicações produtores	5	4	5	1	1	5	5	35,72
Dificuldades do CMDR na execução das atividades:								
Falta de participação	2	5	4	4	5	3	6	42,86
Interferências políticas	1	1	1	1	1	1	1	7,14
Falta executores	4	2	5	3	4	5	5	35,71
Falta de divulgação	5	4	2	5	3	2	2	14,29
Falta continuidade	3	3	3	2	2	4	0	0,00
Ações do CMDR que facilitam o desenvolvimento do município:	PMDR SIMPOA Patrulha mecanizada							
Problemas que dificultam as ações do conselho e o desenvolvimento do município:	Falta participação Falta executores Falta divulgação							

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6.4. Funcionamento do Conselho – Estrato de $50,0 < X \leq 88,00$ hectares – Espírito Santo do Pinhal – 2001

Produtores	46	47	48	49	50	51	Total	Porcentagem
O CMDR cumpre com os objetivos:								
Sim	-	-	X	-	-	-	1	16,67
Não	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Parte	-	-	-	X	-	X	2	33,33
Não sabe	X	X	-	-	X	-	3	50,00
O CMDR recebe sugestões dos produtores:								
Sim	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Não	-	-	X	X	-	X	3	50,00
Não sabe	X	X	-	-	X	-	3	50,00
Número de representantes do CMDR é suficiente:								
Sim	X	X	X	X	X	X	6	100,00
Não	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Número	-	-	-	-	-	-	-	-
A legislação atende as necessidades do CMDR:								
Sim	-	-	X	-	-	X	2	33,33
Não	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Em termos	-	-	-	X	-	-	1	16,67
Desconhece	X	X	-	-	X	-	3	50,00
Conceito de desenvolvimento rural sustentável:								
Concorda totalmente	2	3	3	4	4	2	2	33,33
Concorda em parte	4	4	4	3	3	4	4	66,67
Discorda totalmente	3	2	2	2	2	3	0	0,00
Desconhece	1	1	1	1	1	1	0	0,00
Finalidades do CMDR:								
Cumprir leis	4	2	3	4	4	4	0	0,00
Receber verbas	3	4	4	3	3	3	0	0,00
Atender o setor rural	5	5	5	5	5	5	6	100,00
Atender os conselheiros	2	3	2	1	1	1	0	0,00
Outras finalidade	1	1	1	2	2	2	0	0,00

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6.4. Funcionamento do Conselho – Estrato de $50,0 < X \leq 88,00$ hectares – Espírito Santo do Pinhal – 2001 (continuação).

Produtores	46	47	48	49	50	51	Total	Porcentagem
Origem das propostas para o CMDR:								
CMDR	4	2	4	4	3	1	0	0,00
Técnicos	3	5	3	5	4	3	2	33,33
Produtores	5	3	5	3	5	4	3	50,00
Autoridades	2	4	2	2	2	5	1	16,67
Outras fontes	1	1	1	1	1	2	0	0,00
Participação do CMDR para a elaboração do PMDR:								
Membros do conselho	4	5	3	5	5	5	4	66,66
Técnicos do setor	3	4	5	4	4	4	1	16,67
Produtores rurais	5	3	1	3	3	2	1	16,67
Entidades do setor	2	1	4	2	2	3	0	0,00
Prefeitura Municipal	1	2	2	1	1	1	0	0,00
Participação dos produtores no CMDR:								
Passiva	4	3	4	4	5	5	2	33,33
Consultiva	3	5	3	3	3	2	1	16,67
Funcional	2	4	2	1	2	3	0	0,00
Interativa	1	1	1	2	1	1	0	0,00
Própria	5	2	5	5	4	4	3	50,00
Mecanismos usados pelo CMDR:								
PMDR	2	4	3	4	4	5	1	16,66
Verbas públicas	4	5	1	1	2	1	1	16,67
Cumprimento de leis	5	2	2	5	1	4	2	33,33
Forças locais	1	3	4	2	3	3	0	0,00
Reivindicações produtores	3	1	5	3	5	2	2	33,33
Dificuldades do CMDR na execução das atividades:								
Falta de participação	4	4	5	1	5	5	3	50,00
Interferências políticas	1	5	2	3	1	1	1	16,67
Falta executores	3	2	4	5	4	3	1	16,67
Falta de divulgação	2	3	1	2	3	2	0	0,00
Falta continuidade	5	1	3	4	2	4	1	16,67
Ações do CMDR que facilitam o desenvolvimento do município:	PMDR SIMPOA Patrulha mecanizada							
Problemas que dificultam as ações do conselho e o desenvolvimento do município:	Falta participação Falta executores Falta divulgação							

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6.5. Funcionamento do Conselho – Estrato de $88,0 < X \leq 500,00$ hectares – Espírito Santo do Pinhal – 2001.

Produtores	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	Total	Porcentagem
O CMDR cumpre com os objetivos:												
Sim	-	X	-	-	-	-	-	X	X	-	3	30,00
Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	1	10,00
Parte	X	-	-	X	X	X	-	-	-	-	4	40,00
Não sabe	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	2	20,00
O CMDR recebe sugestões dos produtores:												
Sim	X	X	X	-	-	-	-	-	X	-	4	40,00
Não	-	-	-	X	-	X	-	X	-	X	4	40,00
Não sabe	-	-	-	-	X	-	X	-	-	-	2	20,00
Número de representantes do CMDR é suficiente:												
Sim	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-	9	90,00
Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	1	10,00
Número	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A legislação atende as necessidades do CMDR:												
Sim	X	X	-	X	X	-	-	X	X	-	6	60,00
Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	1	10,00
Em termos	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	1	10,00
Desconhece	-	-	-	-	-	X	X	-	-	-	2	20,00
Conceito de desenvolvimento rural sustentável:												
Concorda totalmente	3	3	3	2	3	3	3	3	2	3	0	0,00
Concorda em parte	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	10	100,00
Discorda totalmente	2	2	2	3	2	2	2	2	3	2	0	0,00
Desconhece	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0,00
Finalidades do CMDR:												
Cumprir leis	4	4	4	5	4	5	4	3	4	3	2	20,00
Receber verbas	3	3	3	4	2	4	3	4	3	4	0	0,00
Atender o setor rural	5	5	5	3	3	3	5	5	5	5	8	80,00
Atender os conselheiros	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0,00
Outras finalidade	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2	0	0,00

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6.5. Funcionamento do Conselho – Estrato de $88,0 < X \leq 500,00$ hectares – Espírito Santo do Pinhal – 2001 (continuação).

Produtores	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	Total	Porcentagem
Origem das propostas para o CMDR:												
CMDR	5	3	4	2	3	2	3	4	5	5	3	30,00
Técnicos	3	4	5	5	4	5	4	3	4	4	3	30,00
Produtores	4	5	3	3	5	4	5	5	3	3	4	40,00
Autoridades	2	2	1	4	2	3	2	2	2	2	0	0,00
Outras fontes	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	0	0,00
Participação do CMDR para a elaboração do PMDR:												
Membros do conselho	5	5	5	1	3	1	5	3	5	5	6	60,00
Técnicos do setor	2	4	4	3	5	5	3	5	2	4	3	30,00
Produtores rurais	4	1	1	2	4	4	4	1	4	1	0	0,00
Entidades do setor	3	3	3	4	2	3	2	4	3	2	0	0,00
Prefeitura Municipal	1	2	2	5	1	2	1	2	1	3	1	10,00
Participação dos produtores no CMDR:												
Passiva	1	4	5	5	5	4	5	4	1	4	4	40,00
Consultiva	5	3	1	4	3	3	3	3	5	5	3	30,00
Funcional	2	2	4	3	2	2	1	2	2	3	0	0,00
Interativa	4	1	3	2	1	1	2	1	3	2	0	0,00
Própria	3	5	2	1	4	5	4	5	4	1	3	30,00
Mecanismos usados pelo CMDR:												
PMDR	5	5	4	1	4	2	5	3	5	5	5	50,00
Verbas públicas	1	1	1	2	1	1	1	1	2	1	0	0,00
Cumprimento de leis	3	2	2	5	5	3	4	2	3	4	2	20,00
Forças locais	2	3	3	3	2	5	2	4	1	2	1	10,00
Reivindicações produtores	4	4	5	4	3	4	3	5	4	3	2	20,00
Dificuldades do CMDR na execução das atividades:												
Falta de participação	3	3	5	3	5	1	5	5	1	2	4	40,00
Interferências políticas	1	1	1	1	1	4	1	2	2	3	0	0,00
Falta executores	5	2	4	5	4	5	4	4	4	5	4	40,00
Falta de divulgação	2	5	3	2	2	3	2	1	3	4	1	10,00
Falta continuidade	4	4	2	4	3	2	3	3	5	1	1	10,00
Ações do CMDR que facilitam o desenvolvimento do município:	PMDR SIMPOA Patrulha mecanizada											
Problemas que dificultam as ações do conselho e o desenvolvimento do município:	Falta participação Falta executores Falta divulgação											

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6.6. Funcionamento do Conselho – Estrato de $500,0 < X \leq 1000,00$ hectares – Espírito Santo do Pinhal – 2001.

Produtores	62	63	Total	Porcentagem
O CMDR cumpre com os objetivos:				
Sim	-	-	0	0,00
Não	-	-	0	0,00
Parte	-	X	1	50,00
Não sabe	X	-	1	50,00
O CMDR recebe sugestões dos produtores:				
Sim	-	-	0	0,00
Não	-	-	0	0,00
Não sabe	X	X	2	100,00
Número de representantes do CMDR é suficiente:				
Sim	X	X	2	100,00
Não	-	-	0	0,00
Número	-	-	-	-
A legislação atende as necessidades do CMDR:				
Sim	-	-	0	0,00
Não	-	-	0	0,00
Em termos	-	-	0	0,00
Desconhece	X	X	2	100,00
Conceito de desenvolvimento rural sustentável:				
Concorda totalmente	4	2	1	50,00
Concorda em parte	3	4	1	50,00
Discorda totalmente	2	3	0	0,00
Desconhece	1	1	0	0,00
Finalidades do CMDR:				
Cumprir leis	4	4	0	0,00
Receber verbas	3	3	0	0,00
Atender o setor rural	5	5	2	100,00
Atender os conselheiros	1	1	0	0,00
Outras finalidade	2	2	0	0,00

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6.6. Funcionamento do Conselho – Estrato de $500,0 < X \leq 1000,00$ hectares – Espírito Santo do Pinhal – 2001 (continuação).

Produtores	62	63	Total	Porcentagem
Origem das propostas para o CMDR:				
CMDR	5	3	1	50,00
Técnicos	4	5	1	50,00
Produtores	3	4	0	0,00
Autoridades	2	2	0	0,00
Outras fontes	1	1	0	0,00
Participação do CMDR para a elaboração do PMDR:				
Membros do conselho	4	5	1	50,00
Técnicos do setor	5	4	1	50,00
Produtores rurais	3	3	0	0,00
Entidades do setor	2	2	0	0,00
Prefeitura Municipal	1	1	0	0,00
Participação dos produtores no CMDR:				
Passiva	4	4	0	0,00
Consultiva	3	3	0	0,00
Funcional	2	2	0	0,00
Interativa	1	1	0	0,00
Própria	5	5	2	100,00
Mecanismos usados pelo CMDR:				
PMDR	5	5	2	100,00
Verbas públicas	1	1	0	0,00
Cumprimento de leis	4	4	0	0,00
Forças locais	2	2	0	0,00
Reivindicações produtores	3	3	0	0,00
Dificuldades do CMDR na execução das atividades:				
Falta de participação	5	5	2	100,00
Interferências políticas	1	1	0	0,00
Falta executores	4	4	0	0,00
Falta de divulgação	2	2	0	0,00
Falta continuidade	3	3	0	0,00
Ações do CMDR que facilitam o desenvolvimento do município:	PMDR SIMPOA Patrulha mecanizada			
Problemas que dificultam as ações do conselho e o desenvolvimento do município:	Falta participação Falta executores Falta divulgação			

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6.7. Funcionamento do Conselho – Síntese dos 6 estratos – Espírito Santo do Pinhal - 2001.

Estratos	0 < X ≤ 5,0	5,0 < X ≤ 20,0	20,0 < X ≤ 50,0	50,0 < X ≤ 88,0
O CMDR cumpre com os objetivos:				
Sim	0	1	1	1
Não	0	0	1	0
Parte	0	8	5	2
Não sabe	10	12	7	3
O CMDR recebe sugestões dos produtores:				
Sim	0	3	2	0
Não	1	2	2	3
Não sabe	9	16	10	3
Número de representantes do CMDR é suficiente:				
Sim	10	21	13	6
Não	0	0	1	0
Número	0	0	(12)	0
A legislação atende as necessidades do CMDR:				
Sim	0	2	1	2
Não	0	0	0	0
Em termos	0	5	4	1
Desconhece	10	14	9	3
Conceito de desenvolvimento rural sustentável:				
Concorda totalmente	2	1	0	2
Concorda em parte	8	18	14	4
Discorda totalmente	0	0	0	0
Desconhece	0	2	0	0
Finalidades do CMDR:				
Cumprir leis	1	2	1	0
Receber verbas	0	1	2	0
Atender o setor rural	9	17	11	6
Atender os conselheiros	0	0	0	0
Outras finalidade	0	1	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6.7. Funcionamento do Conselho – Síntese dos 6 estratos – Espírito Santo do Pinhal – 2001 (continuação).

Estratos	88,0<X≤500,0	500,0 < X ≤ 1000,0	Total	Porcentagem
O CMDR cumpre com os objetivos:				
Sim	3	0	6	9,52
Não	1	0	2	3,17
Parte	4	1	20	31,75
Não sabe	2	1	35	55,56
O CMDR recebe sugestões dos produtores:				
Sim	4	0	9	14,29
Não	4	0	12	19,05
Não sabe	2	2	42	66,66
Número de representantes do CMDR é suficiente:				
Sim	9	2	61	96,83
Não	1	0	2	3,17
Número	(12)	0	(12)	-
A legislação atende as necessidades do CMDR:				
Sim	6	0	11	17,46
Não	1	0	1	1,59
Em termos	1	0	11	17,46
Desconhece	2	2	40	63,49
Conceito de desenvolvimento rural sustentável:				
Concorda totalmente	0	1	6	9,52
Concorda em parte	10	1	55	87,31
Discorda totalmente	0	0	0	0,00
Desconhece	0	0	2	3,17
Finalidades do CMDR:				
Cumprir leis	2	0	6	9,52
Receber verbas	0	0	3	4,76
Atender o setor rural	8	2	53	84,13
Atender os conselheiros	0	0	0	0,00
Outras finalidade	0	0	1	1,59

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6.7. Funcionamento do Conselho – Síntese dos 6 estratos – Espírito Santo do Pinhal - 2001 (continuação).

Estratos	0 < X ≤ 5,0	5,0 < X ≤ 20,0	20,0 < X ≤ 50,0	50,0 < X ≤ 88,0
Origem das propostas para o CMDR:				
CMDR	0	4	3	0
Técnicos	6	5	5	2
Produtores	4	11	5	3
Autoridades	0	1	1	1
Outras fontes	0	0	0	0
Participação do CMDR para a elaboração do PMDR:				
Membros do conselho	5	16	6	4
Técnicos do setor	4	2	4	1
Produtores rurais	1	2	3	1
Entidades do setor	0	1	0	0
Prefeitura Municipal	0	0	1	0
Participação dos produtores no CMDR:				
Passiva	5	12	7	2
Consultiva	1	1	2	1
Funcional	0	0	0	0
Interativa	0	0	1	0
Própria	4	8	4	3
Mecanismos usados pelo CMDR:				
PMDR	8	15	5	1
Verbas públicas	0	0	0	1
Cumprimento de leis	2	4	4	2
Forças locais	0	0	0	0
Reivindicações produtores	0	2	5	2
Dificuldades do CMDR na execução das atividades:				
Falta de participação	5	12	6	3
Interferências políticas	0	2	1	1
Falta executores	2	6	5	1
Falta de divulgação	1	1	2	0
Falta continuidade	2	0	0	1
Ações do CMDR que facilitam o desenvolvimento do município:	Elaboração do PMDR - Destino do lixo tóxico Criação do SIMPOA - Organização dos produtores Patrulha mecanizada - Lei orgânica			
Problemas que dificultam as ações do conselho e o desenvolvimento do município:	Falta participação - Falta de continuidade Falta executores - Interferência política Falta divulgação			

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6.7. Funcionamento do Conselho – Síntese dos 6 estratos – Espírito Santo do Pinhal – 2001 (continuação).

Estratos	88,0<X≤500,0	500,0 < X ≤ 1000,0	Total	Porcentagem
Origem das propostas para o CMDR:				
CMDR	3	1	11	17,46
Técnicos	3	1	22	34,92
Produtores	4	0	27	42,86
Autoridades	0	0	3	4,76
Outras fontes	0	0	0	0,00
Participação do CMDR para a elaboração do PMDR:				
Membros do conselho	6	1	38	60,32
Técnicos do setor	3	1	15	23,81
Produtores rurais	0	0	7	11,11
Entidades do setor	0	0	1	1,59
Prefeitura Municipal	1	0	2	3,17
Participação dos produtores no CMDR:				
Passiva	4	0	30	47,61
Consultiva	3	0	8	12,70
Funcional	0	0	0	0,00
Interativa	0	0	1	1,59
Própria	3	2	24	38,10
Mecanismos usados pelo CMDR:				
PMDR	5	2	36	57,14
Verbas públicas	0	0	1	1,59
Cumprimento de leis	2	0	14	22,22
Forças locais	1	0	1	1,59
Reivindicações produtores	2	0	11	17,46
Dificuldades do CMDR na execução das atividades:				
Falta de participação	4	2	32	50,79
Interferências políticas	0	0	4	6,35
Falta executores	4	0	18	28,57
Falta de divulgação	1	0	5	7,94
Falta continuidade	1	0	4	6,35
Ações do CMDR que facilitam o desenvolvimento do município:	Elaboração do PMDR Criação do SIMPOA Patrulha mecanizada	- Destino do lixo tóxico - Organização dos produtores - Lei orgânica		
Problemas que dificultam as ações do conselho e o desenvolvimento do município:	Falta participação Falta executores Falta divulgação	- Falta de continuidade - Interferência política		

Fonte: Dados da pesquisa

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA - BAE - UNICAMP

F413p	<p>Ferreira, Joaquim Alves</p> <p>Papel do conselho municipal de desenvolvimento rural: a experiência de Espírito Santo do Pinhal. / Joaquim Alves Ferreira.--Campinas, SP: [s.n.], 2002.</p> <p>Orientador: João Luiz Cardoso.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.</p> <p>1. Comunidade. 2. Desenvolvimento rural. 3. Meio ambiente. 4. Participação. 5. Proteção ambiental. I. Cardoso, João Luiz. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III. Título.</p>
-------	---